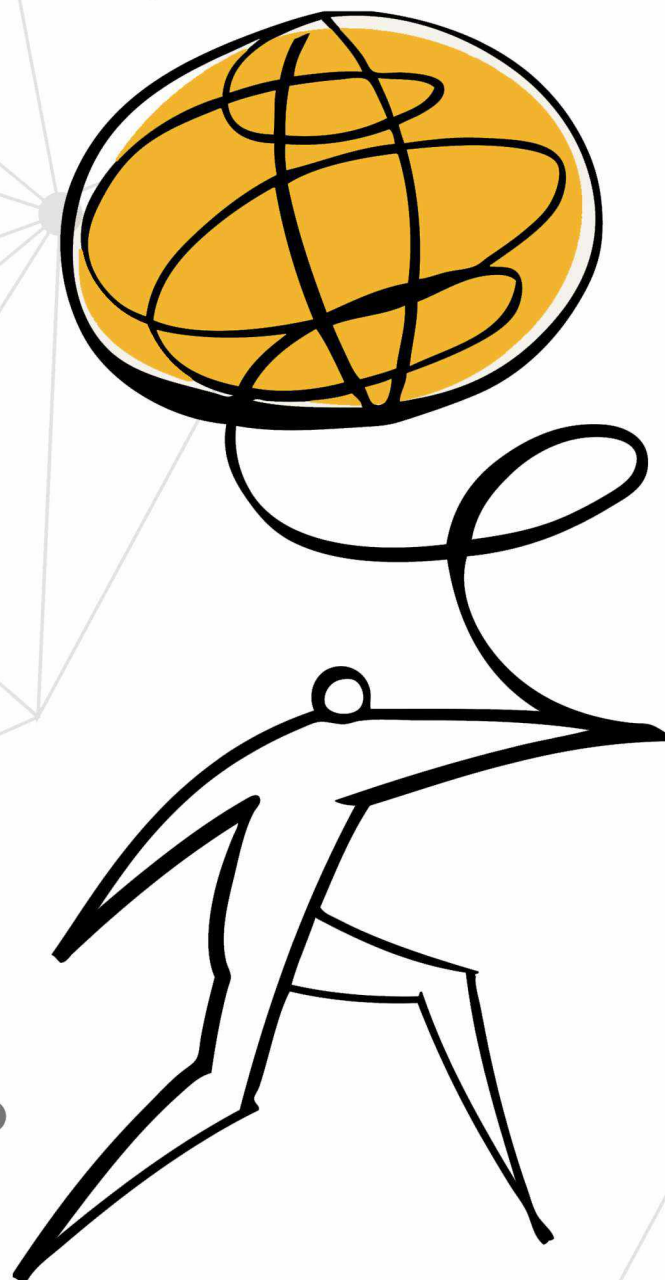




CADERNO DE RESUMOS

XV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Pibic|Fundaj|CNPq
15 e 16 de outubro de 2019

APOIO



REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Fundação Joaquim Nabuco

Antônio Ricardo Acciolly Campos
Presidente

Carlos Osório de Cerqueira
Diretor de Pesquisas Sociais

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC-Fundaj

Cesar Mendonça Pereira
Coordenação

Cesar Mendonça Pereira
Carlos Augusto Sant'Anna Guimarrães
Cacília de Melo Dias
Marcos Antônio Ramos Pereira Lucena
Rosineide Vieira da Silva
Comitê interno (2018-2019)

Valdiane Souza Lima
Ane Caroline Ferreira da Silva
Secretaria do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



SECRETARIA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
FUNDACIÃO JOAQUIM NABUCO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

Catálogo

XV Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco
(15 e 16 de outubro de 2019, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumo da XV Jornada de Iniciação Científica. Recife,
FUNDAJ, 2019.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
PROGRAMAÇÃO - XV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO.....	7
RESUMOS.....	9
ANÁLISE ESPACIAL PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO DE MORTALIDADE NEONATAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, BRASIL.....	10
A CONCEPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO: ANÍSIO TEIXEIRA E FLORESTAN FERNANDES.....	15
A TEMÁTICA "GÊNERO E TRABALHO" SEGUNDO OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO (PNLD – 2018).....	18
PLURALISMO RELIGIOSO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL.....	22
GRUPOS E PÁGINAS NO FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS JOVENS.....	26
ENTRE ÁFRICA E BRASIL: REPRESENTAÇÕES DE AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NOS RELATOS E FOTOGRAFIAS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1850-1930).....	31
A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO RACIAL SOBRE O NEGRO NO DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1937).....	35
MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSA EXTERNAS.....	39
O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	43
O TRABALHO DOCENTE, A PESQUISA E A INOVAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	48
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO SOB AS PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PERNAMBUCO.....	51
O IMAGINÁRIO NACIONAL SOBRE OS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO DAS PESQUISAS, ARTIGOS E ESTUDOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS, REVISTAS, LIVROS E EDIÇÕES DA FUNDAJ.....	55

RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	59
USO DE RECURSOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA INTERNET NA PRÁTICA DOCENTE.....	63
DESEMPENHO ESCOLAR E CAPITAL FAMILIAR.....	67
COTIDIANO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIDADE DO PROINFÂNCIA.....	71
O ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DO NORDESTE: EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	75
O PROINFÂNCIA NA ZONA RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIDADE.....	79
A HISTÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RECIFE: CONTEXTUALIZANDO SUA TRAJETÓRIA.....	83
MORTALIDADE MATERNA NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, 2010-2017.....	88
OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU NA PERSPECTIVA DA GESTÃO URBANA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SALVADOR, BAHIA.....	92
SÉRIE TEMPORAL DA MORTALIDADE FETAL NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL.....	97
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA PROFESSORA ZULMIRA DE PAULA ALMEIDA.....	101
DOCENTES EM SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO NORDESTE: EVOLUÇÃO RECENTE E ACOMPANHAMENTO DA FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR.....	105
POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS ACERVOS, ARQUIVOS E EXPOSIÇÕES DO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE.....	110
A DOCÊNCIA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE UMA LITERATURA RECENTE.....	117
O ENSINO SUPERIOR E A EMPREGABILIDADE EM ALAGOAS.....	122
IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO ENSINO BÁSICO: ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EM PERNAMBUCO.....	126



APRESENTAÇÃO

A FUNDAJ realiza a XV Jornada de Iniciação Científica, evento que congrega os bolsistas de iniciação científica e orientadores da instituição. Esta Jornada constitui-se num importante fórum de debates sobre os estudos e pesquisas desenvolvidos no período 2018-2019. Atualmente, participamos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e recebemos 29 bolsas. Com o PIBIC, a FUNDAJ abre suas portas e compartilha o conhecimento produzido por seus servidores com os jovens graduandos de instituições públicas e privadas localizadas na região Nordeste e contribui, assim, para a formação de uma nova geração de pesquisadores.

Este caderno reúne os resumos produzidos pelos bolsistas e orientadores do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da FUNDAJ. Boa leitura!

Coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Fundação Joaquim Nabuco



PROGRAMAÇÃO - XV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Fundação Joaquim Nabuco

Diretoria de Pesquisas Sociais

Local: Sala Gilberto Osório, Apipucos

15/10/2019

MANHÃ

08h00 ENTREGA DO MATERIAL

09h00 ABERTURA

APRESENTAÇÃO DOS BOLSISTAS

- Docentes em Sociologia no Ensino Médio na Região Nordeste: evolução recente e acompanhamento da formação de nível superior
Bolsista: Sabrina da Silva Sousa
Orientador: Cátia Wanderley Lubambo
- O Imaginário Nacional sobre os Povos Indígenas: uma revisão das pesquisas, artigos e estudos publicados em periódicos, revistas, livros e edições da FUNDAJ
Bolsista: Jula Carolina Souza Vasconcelos
Orientador: Maurício Antunes Tavares
- Povos Indígenas do Nordeste e suas Representações nos acervos, arquivos e exposições do Museu do Homem do Nordeste
Bolsista: Thyara Freitas de Alcantara
Orientador: Maurício Antunes Tavares
- Desempenho Escolar e Capital Familiar
Bolsista: Lucas Elias Arcelino Silva
Orientador: Patrícia Bandeira de Melo
- Impactos da Reforma Trabalhista no Ensino Básico: análise das negociações coletivas em Pernambuco
Bolsista: Yasmim Chagas Costa
Orientador: Darcilene Claudio Gomes

DEBATE - 11h20

ALMOÇO

TARDE

- A Construção do Imaginário Racial sobre o Negro no Discurso médico-científico dos Primeiros Anos da República no Brasil (1889-1937)
Bolsista: Gwan Silvestre Arruda Torres
Orientador: Cibele Barbosa da Silva Andrade
- Entre África e Brasil: representações de africanos e afro-brasileiros nos relatos e fotografias de viajantes estrangeiros entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas da república no Brasil (1850-1930)
Bolsista: Gustavo Henrique Ribeiro Tiné
Orientador: Cibele Barbosa da Silva Andrade
- O Trabalho Docente, a Pesquisa e a Inovação nos Institutos Federais
Bolsista: Isadora Lóssio Lubambo do Rêgo Barros
Orientador: Darcilene Claudio Gomes
- A história do Conselho Municipal de Educação de Recife: contextualizando sua trajetória
Bolsista: Marília de Melo Cavalcanti
Orientador: Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches
- O Proinfância na Zona Rural: estudo de caso em uma unidade
Bolsista: Mariana Uchôa Simões Barbosa
Orientador: Patrícia Maria Uchôa Simões

DEBATE - 14h40
INTERVALO 15h00 - 15h10

- Uso de Recursos de Divulgação Científica na Internet na Prática Docente
Bolsista: Letícia Maria Guedes Barbosa
Orientador: Viviane Toraci Alonso de Andrade
- O Funcionamento dos Conselhos do Fundeb em Municípios de Pernambuco: um estudo sobre representatividade dos conselheiros no contexto da gestão democrática da educação
Bolsista: Irene Adryane Marciano da Silva
Orientador: Henrique Guimarães Coutinho
- O Ensino Superior e a Empregabilidade em Alagoas.
Bolsista: Welliton Aragão Bezerra de Souza Filho
Orientador: Luís Henrique Romani de Campos
- Cotidiano e Práticas Pedagógicas: estudo de caso em uma unidade do Proinfância
Bolsista: Marcela Pires Barbosa
Orientador: Patrícia Maria Uchôa Simões
- A Concepção de Participação no Pensamento Pedagógico Brasileiro: Anísio Teixeira e Florestan Fernandes
Bolsista: Eduardo Andrade Cavalcanti
Orientador: Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

DEBATE - 14h40

16/10/2019

MANHÃ

- Relação entre Comunicação e Educação Ambiental na Gestão Participativa de Unidades de Conservação
Bolsista: Larissa Fernandes Ferreira
Orientador: Edneida Rabêlo Cavalcanti
- A Temática "gênero e trabalho" segundo os livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio (PNLD – 2018)
Bolsista: Elizabete Maria de Oliveira
Orientador: Alexandre Zarias
- Grupos e Páginas no Facebook como Ferramenta de Articulação Política entre os Jovens
Bolsista: Francielle Rayanne Bezerra dos Anjos
Orientador: Allan Rodrigo Arantes Monteiro



PROGRAMAÇÃO - XV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

10h00	Gestão Democrática da Educação na Escola Professora Zulmira de Paula Almeida
10h15	Bolsista: Renata Coriolano de Souza Paixão Orientador: Alexandre Zarias
DEBATE - 10h20	
INTERVALO 10h40 - 10h50	
10h55	Juventude e Participação Política no Ensino Médio Sob as Perspectivas de Professores de Sociologia de Escolas Públicas em Pernambuco
11h10	Bolsista: Ivo Pereira Neto Orientador: Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo
11h15	A Docência no Ensino Médio: uma análise da literatura recente
11h30	Bolsista: Walyson de Lima Cavalcante da Silva Orientador: Cibele Maria Lima Rodrigues
11h35	Objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva da Gestão Urbana de Resíduos Sólidos no Brasil: um estudo de caso do Programa Minha Casa Minha Vida em Salvador, Bahia
11h50	Bolsista: Rebeca Allana de Albuquerque Araújo Orientador: Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
DEBATE - 11h20	
ALMOÇO	
TARDE	
13h00	Tendência Temporal da Mortalidade Fetal no Recife, Pernambuco, Brasil
13h15	Bolsista: Rebecca Seus Barbosa Orientador: Cristine Vieira do Bonfim
13h20	Mortalidade Materna no Recife, Pernambuco, Brasil, 2010-2017
13h35	Bolsista: Rayllene Pacheco Muniz Orientador: Cristine Vieira do Bonfim
13h40	Mortalidade Infantil por causas Externas
13h55	Bolsista: Henry Johnson Passos de Oliveira Orientador: Cristine Vieira do Bonfim
14h00	Análise Espacial para Identificação das Áreas de Risco de Mortalidade Neonatal no Estado de Pernambuco, Brasil
14h15	Bolsista: Alan Henrique de Oliveira Vila Nova Orientador: Cristine Vieira do Bonfim
14h20	A Oligopolização do Ensino Superior Afeta a Qualidade do Ensino?
14h35	Bolsista: Marcus Vinicius Gomes Cardona Orientador: Luis Henrique Romani de Campos
14h40	Pluralismo Religioso e Intolerância Religiosa no Brasil
14h55	Bolsista: Emanuela Catunda da Silva Orientador: Joanildo Albuquerque Burity
DEBATE - 15h00	
INTERVALO 15h20 - 15h35	
ENCERRAMENTO	

RECIFE, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2019



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E
TÉCNICA



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

RESUMOS



ANÁLISE ESPACIAL PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO DE MORTALIDADE NEONATAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, BRASIL

Alan Henrique de Oliveira Vila Nova¹; Cristine Viera do Bonfim²;

¹Estudante do Curso de enfermagem - FENSG/UPE; alanhenriquepe@yahoo.com.br ; ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: A mortalidade neonatal inclui os óbitos ocorridos nos primeiros 27 dias de vida, e consiste no componente da mortalidade infantil que é mais difícil de reduzir. Esse trabalho teve como objetivo geral de investigar o padrão espacial da mortalidade neonatal no estado de Pernambuco. Estudo ecológico realizado no estado de Pernambuco e teve o município como unidade de análise. Os dados são provenientes do Sistema de Informação sobre Mortalidade e sobre nascidos vivos. Para a classificação da evitabilidade foi utilizada lista brasileira de causas de mortes evitáveis por intervenção no SUS. Foram calculadas as taxas de mortalidade neonatal e neonatal evitável e suavizadas pelo método Bayesiano empírico local, utilizaram-se técnicas de autocorrelação espacial, por meio da estatística de Moran. Resultados: A taxa média de mortalidade neonatal e neonatal evitável foi 9,50 e 6,61 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente. O Índice Global de Moran constatou forte autocorrelação espacial para a mortalidade neonatal e neonatal evitável e fraca para a vulnerabilidade social. Taxas mais elevadas de mortalidade neonatal foram identificadas na VI RS. Conclusão: Houve a detecção de aglomerados de municípios com altas taxas de mortalidade neonatal, localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Análise Espacial; Causas de Morte; Estatísticas Vitais; Mortalidade Infantil; Vulnerabilidade Social;

INTRODUÇÃO

A mortalidade neonatal inclui os óbitos ocorridos nos primeiros 27 dias de vida, e consiste no componente da mortalidade infantil que é mais difícil de reduzir. No primeiro mês de vida o risco de morrer é quase 15 vezes maior do que em qualquer outro momento durante o primeiro ano. No Brasil, a taxa de mortalidade neonatal passou de 23,1 óbitos por mil NV para 8,8 óbitos por mil NV entre 1990 e 2017 (redução de 61,9%). Para redução dos óbitos neonatais, sobretudo evitáveis é necessário garantia do acesso oportuno e da boa qualidade dos serviços de assistência à saúde. A vulnerabilidade social relaciona-se com a condição de fragilidade advinda de aspectos geográficos, materiais, culturais e políticos que interferem na vida dos indivíduos e grupos. Pesquisas com análise espacial poderão contribuir no direcionamento de intervenções em saúde com o propósito de reduzir as desigualdades espaciais da mortalidade neonatal. Este estudo teve como objetivo



investigar o padrão espacial da mortalidade neonatal e produzir mapas que identifiquem áreas de risco no espaço urbano do estado de Pernambuco, mediante técnicas de análise espacial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado no estado de Pernambuco composto por 184 municípios e um distrito estadual (Fernando de Noronha) e é dividido em 12 Regiões de Saúde (RS): I Recife, II Limoeiro, III Palmares, IV Caruaru, V Garanhuns, VII Salgueiro, VII Petrolina, IX Ouricuri, X Afogados da Ingazeira, XI Serra Talhada, XII Goiana.

Trata-se de um estudo ecológico que teve como unidade de análise os municípios do estado de Pernambuco. A população do estudo foi foram todos os óbitos neonatais de residentes do estado, ocorridos entre 2011 e 2015. Os dados foram provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). A análise dos dados subdividiu-se em: análise estatística descritiva com distribuição de frequência absoluta e relativa das variáveis; da evitabilidade, de acordo com a Lista brasileira de causas de mortes evitáveis por intervenções do SUS; da vulnerabilidade social por meio do Indicador de Vulnerabilidade Social (IVS), que agrupa a vulnerabilidade social nos estratos: muito baixa (0-0,200), baixa (0,200-0,300), média (0,300-0,400), alta (0,400-0,500) e muito alta ($\geq 0,500$). Na análise espacial foram utilizadas as taxas de mortalidade neonatal e neonatal evitável (por quartil) e IVS (por estrato). O método bayesiano empírico local foi empregado para suavização das taxas. Posteriormente, foi aplicada autocorrelação espacial pelo índice de Moran global, que identifica a dependência espacial entre as observações, calculado a partir de parâmetro de vizinhança preestabelecido. Os valores desse índice podem variar de -1 (autocorrelação negativa) a +1 (autocorrelação positiva), resultados iguais a zero indicam a inexistência de autocorrelação espacial. Para visualização de dependência espacial, utilizou-se o diagrama de espalhamento de Moran, o qual se baseia em valores normalizados, e permitem a identificação de áreas críticas e de transição. Dessa forma, buscou-se identificar aglomerados de áreas com riscos semelhantes para ocorrência do desfecho, da seguinte forma: os quadrantes 1 (Q1- valores e médias positivas) e 2 (Q2- valores e médias negativas) identificam uma localização que possui vizinhos com valores similares. Os quadrantes 3 (Q3- valores positivos e médias negativas) e 4 (valores negativos e médias positivas) indicam uma localização que possui vizinhos com valores distintos. O Local Indicator of Spatial Association (LISA) foi usado para detectar regiões com correlação local e significância de 95%, 99%, 99.9%, além de áreas não significantes. Para construir o MoranMap, mesclaram-se as áreas que possuem relação espacial positiva pelo BoxMap, com a significância espacial acima de 95% apontadas pelo LisaMap. Consideraram-se áreas críticas aquelas enquadradas no Q1.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No período estudado, o SIM registrou 6.787 óbitos neonatais, desses 5.205 (76,69%), foram por causas evitáveis. A taxa média de mortalidade neonatal no estado foi 9,5 óbitos por mil NV e a taxa média de mortalidade neonatal evitável foi 6,6 óbitos por mil NV. O principal grupo de evitabilidade foi constituído

pelos óbitos “reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação, parto, feto e ao recém-nascido”(5.041; 74,27%) com destaque para as afecções maternas que afetam o feto ou o recém-nascido (n=928; 13,67%). Os óbitos neonatais, a maior parte apresentou causas de morte reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação, de igual modo ao observado em outros estudos realizados anteriormente em Pernambuco, e em outros estados brasileiros e em diferentes países. A literatura aponta a relação espacial da mortalidade neonatal com as precárias condições de atenção à saúde da mulher e da criança, sobretudo na ocorrência de óbitos evitáveis. Pesquisas desenvolvidas em território africano destacaram como fatores de risco ao óbito neonatal a falta de planejamento familiar e a ausência de assistência obstétrica, além da baixa escolaridade, e dos extremos de idade materna.

O índice de Moran global apresentou forte autocorrelação espacial ($I=0,88$; $p=0,01$). No BoxMap detectou-se um cluster (Q1) composto por 74 (40,21%) municípios distribuídos da seguinte forma: quatro na IV RS, 18 na V, e os demais nas VI, VII, VIII, IX e XI. Por meio do LisaMap foram localizados três clusters (confiança de 99,9%), o primeiro cluster abrange 24 (13,04%) municípios do estado, difundidos nas RS I, II, III e IV. O maior número de municípios prioritários desse cluster encontra-se na III RS com 12 (54,54%). O segundo cluster compreendeu 19 (10,32%) municípios do estado distribuídos nas V, VI, VII, VIII, IX, XI RS. O maior número de municípios prioritários desse cluster encontra-se na XI RS 11 (90,90%). Por último o cluster com dois municípios (1,08%) ambos pertencentes a X RS. No MoranMap foi identificado um único cluster composto por 40 (21,73%) municípios do estado, difundidos nas V, VI, VII, VIII, IX, XI RS onde o maior número de municípios prioritários situa-se na XI RS 10 (90,90%).

A XI RS apresentou mais elevada taxa bruta de mortalidade neonatal evitável. O índice de Moran global apresentou associação espacial positiva ($I=0,71$; $p=0,01$). No BoxMap verificou-se um cluster (Q1) com o total 71 (38,58%) municípios dispostos em 18 na V, cinco na VI, e os demais nas VI, VII, VIII, IX e XI. No LisaMap permaneceram os mesmos três clusters anteriormente para significância de 99,9%, com redução três municípios. No MoranMap foi detectado um cluster (Q1) com o total de 36 (19,56%) municípios nas V, VI, VII, VIII, IX, XI RS

No mapa do IVS foram localizados 58 (31,52%) municípios com estrato muito alto e 103 (55,97%) alto distribuídos em todas as RS do estado. O índice de Moran global constatou autocorrelação espacial para a vulnerabilidade social ($I=0,24$, $p=0,01$). O diagrama de espalhamento de Moran apontou três clusters (Q1) composto por 57 (30,97%) municípios distribuídos, I, II, III, IV, V, VI, IX, XI, XII RS (Figura 4B). O LisaMap, com significância de 99,9%, detectou dois clusters formados seis (3,26%) municípios nas V, VII, IV RS. No MoranMap identificou-se três clusters de municípios no Q1 dispostos em XI, VI, V, III RS.

As RS V foi a que obteve a maior proporção de municípios classificados como IVS muito alto 12 (57,14%) e a X RS com a maior proporção de municípios com IVS alto 10 (83,33%). Quando comparado ao estrato muito alto do IVS e as áreas prioritárias (Q1) das taxas de mortalidade neonatal destacaram-se a V, VI, VII, VIII e IX, porém apenas VI RS tem a maior parte dos seus municípios no IVS muito alto. Apesar da XI apresentar todos os municípios como prioritários, apenas 20% deles tem IVS muito alto. Quando comparado ao estrato muito alto do IVS e as áreas prioritárias (Q1) das taxas de mortalidade neonatal evitável destacaram-se a V, VI, VII,



IX e XI porém apenas VI RS tem a maior parte dos seus municípios no IVS muito alto.

Com a utilização do diagrama de espalhamento de Moran e visualização do Box Map foram detectadas áreas críticas de elevado risco para mortalidade neonatal e neonatal evitável, e muito alta vulnerabilidade social simultaneamente. Tais resultados ratificam a importância de pesquisa realizada em Belo Horizonte, que verificou a interação entre o aumento da vulnerabilidade social e a ocorrência de óbitos perinatais, cuja etiologia assemelha-se aos óbitos neonatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou semelhanças entre os aglomerados prioritários de mortalidade neonatal e neonatal evitável com altos e muito altos índices de vulnerabilidade social no estado de Pernambuco. O emprego da análise espacial foi capaz de identificar áreas de risco e poderá subsidiar a definição de prioridades e tomada de decisão pelo poder público no sentido de melhoria da atenção, sobretudo à mulher na gestação, a fim de reduzir óbitos neonatais evitáveis no estado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente ao CIEG por todo o suporte, e por fim, à orientação e investimento da professora Cristine Vieira Bonfim.

REFERÊNCIAS

- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association: LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93–115, 1995.
- ASSUNÇÃO, R. M. et al. Mapas de taxas epidemiológicas: uma abordagem Bayesiana. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 4, p. 713–23, 1998.
- CANUTO, I. M. DE B. et al. Intraurban differentials of perinatal mortality: modeling for identifying priority areas. **Esc Anna Nery**, v. 23, n. 1, p. 1–8, 2019.
- CARMO, M. E. DO; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1–14, 2018.
- GAIVA, M. A. M.; FUJIMORI, E.; SATO, A. P. S. Neonatal mortality: analysis of preventable causes Mortalidad. **Rev Enfer UERJ**, v. 23, n. 2, p. 247–53, 2015.
- KIRBY, R. S.; DELMELLE, E.; EBERTH, J. M. Advances in spatial epidemiology and geographic information systems. **Annals of Epidemiol**, v. 27, n. 1, p. 1–9, 2016.
- LEAL, M. DO C. et al. Reproductive, maternal, neonatal and child health in the 30 years since the creation of the Unified Health System (SUS). **Ciê & Saúde Colet**, v. 23, n. 6, p. 1915–28, 2018.
- LIU, L. et al. Global, regional, and national causes of child mortality in 2000–13, with projections to inform post-2015 priorities: An updated systematic analysis. **The Lancet**, v.385, p. 430–440, 2015.
- MALTA, D. C.; LEAL, M. DO C. Update of avoidable causes of deaths due to interventions at the Brazilian Health System. **Epidemiol Serv Saúde**, v. 19, n. 2, p. 173–76, 2010.



MARTINS, E. F. et al. Mortalidade perinatal e desigualdades socioespaciais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, n. 5, p. 1–9, 2013.

NARDI, S. M. T. et al. Use of geo-processing system in Public Health: principles and applications. **Rev Insti Adolfo Lutz**, v. 72, n. 3, p. 185–91, 2013.

NASCIMENTO, L. F. C.; ALMEIDA, M. C. DA S.; GOMES, C. DE M. S. Neonatal mortality and avoidable causes in the micro regions of São Paulo state. **Rev Bras Ginecol e Obstet**, v. 36, n. 7, p. 303–09, 2014.

TAVARES, L. T. et al. Child mortality by avoidable causes in Bahia, 2000-2012. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 10, n. 3, p. 1–10, 2016.

World Health Organization and UNICEF. Every Newborn: an action plan to end preventable deaths. South Africa: WHO and UNICEF; 2014.



A CONCEPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO: ANÍSIO TEIXEIRA E FLORESTAN FERNANDES

Eduardo Andrade Cavalcanti¹; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail: edu.andrade42@gmail.com , ²Analista em Ciência e Tecnologia da Fundaj – (CECIM/DIPES/PPGECI); e-mail: anafpsa@gmail.com

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo compreender a concepção de participação no pensamento pedagógico brasileiro, a partir de dois autores que estabeleceram as bases filosóficas e organizativas do sistema educacional no Brasil, estes autores são Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, que juntos fizeram parte de um projeto de unificação da luta pelo ensino público, que atingisse a todos os cidadãos, além de organizar e fundamentar as bases da relação entre pesquisa e ensino. Para isto, situamos os autores nos seus contextos históricos, bem como evidenciamos suas filiações teóricas e suas preocupações delas derivadas. Por fim, analisamos a forma como estes dois autores articulam os conceitos chave para se pensar a participação, a saber, transformação, democracia e educação.

Palavras-chave: Anísio Teixeira, Democracia, Educação, Florestan Fernandes, Participação.

INTRODUÇÃO

O pensamento pedagógico brasileiro tem seu período de principal formação no início do século XX, é neste período que a educação começa a ser pensada dentro de uma conjuntura de formação do chamado pensamento nacional. Diante disso, alguns conceitos como o de participação, democracia e transformação social, encontram profundos desenvolvimentos numa defesa e idealização da educação pública brasileira, bem como na dinamização da relação entre pesquisa e ensino. Com efeito, Anísio Teixeira e Florestan Fernandes são personagens fundamentais, que pensaram, a sua própria maneira, esses conceitos, sendo a partir deles o ponto de partida da análise. De um lado, há uma preocupação de introduzir o método científico à atividade educacional e, sobretudo, a promoção de um ensino voltado à formação integral do ser humano. De outro, uma preocupação com as mudanças sociais, dentro das quais a escola exerce um papel crucial, e de uma educação que possa promover uma transformação da sociedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise desses autores, realizou-se primeiramente um levantamento bibliográfico dos autores, verificando tanto o corpo geral das publicações de cada autor, bem como onde os temas relativos à educação se fazem presentes. Foi utilizado a análise de conteúdo (Bardin, 1977), e, sobretudo alguns procedimentos de cautela analítica, que procuram pensar o autor em relação aos problemas que este busca resolver, e os conceitos que busca criar ou inventar .



RESULTADOS/DISCUSSÃO

Diante do que foi apresentado na Introdução, esta seção preocupou-se em pensar a forma como o conceito de participação é articulado do ponto de vista de Anísio Teixeira e de Florestan Fernandes, levando em consideração tanto a conjuntura histórica dos autores bem como os problemas que buscavam resolver, problemas os quais encontram-se relacionados às suas filiações teóricas bem como ao contexto histórico de cada autor. Anísio Teixeira, por um lado, tinha como preocupação a organização e formação do ensino público seja no âmbito da escola, seja no âmbito de um corpo de pesquisa que pensasse a atividade pedagógica, tendo em vista que no início de sua fase republicana, o Brasil não possuía como preocupação a formação de uma educação de base; Florestan Fernandes, por outro, preocupava-se com o tema da mudança social no Brasil, onde a escola é um dos principais veículos dessas mudanças, tendo em vista que o país tinha como principal dilema a formação de um Brasil moderno. O sociólogo, no entanto, preocupava-se com o que essa modernidade poderia trazer em termos de formação ideológica e autonomia econômica e social, e o papel que a escola poderia exercer nesse direcionamento. Nesse sentido, o que se observa é, entre os dois autores, a preocupação com as instituições de ensino na promoção de uma democracia plena e em sua capacidade transformativa, articulações que realizam variações entre ambos os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se falar de participação, observamos que este conceito está articulado e é indissociável na relação entre democracia e educação, donde aparece aqui mais um elemento fundamental, o da transformação. Situou-se este conceito através dos olhares de Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, dois autores fundamentais na formação do pensamento pedagógico brasileiro, pensando na forma como estes articulam os conceitos de participação, transformação e democracia. Enquanto que para Anísio, a preocupação é pensar em como a participação e a idealização de uma gestão escolar podem contribuir para uma sociedade em plena modernização; Florestan Fernandes busca formar, através da escola e sua capacidade transformativa, uma ideia nacional de modernização, que leve em conta as particularidades do corpo social e cultural brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES/CNPq e Fundaj, órgãos que exercem seu papel no incentivo à e divulgação da atividade científica e, portanto, prestam serviço fundamental ao país. Por fim, agradeço à minha orientadora Ana Abranches, por guiar-me ao longo da escrita deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- _____. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Global, 2009.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, vol.1.
- _____. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960

SAVIANI, Demerval. *Florestan Fernandes e a Educação*. Estudos Avançados, 10 (26), 1996

TEIXEIRA, Anísio. *Mestres de Amanhã*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.40, n.92, out./dez. 1963. P.10-19

. *Ciência e a arte de educar*. Educação e Ciências Sociais. v.2, n.5, ago. 1957. p.5-22.

_____. *A educação que nos convém*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.21, n.54, abr./jun. 1954. p.16-33.

NUNES, Clarice. Ensaio in: Anísio Teixeira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

WESTBROOK, Robert B.; Teixeira, Anísio; Romão, José Eustáquio; Rodrigues, Verone Lane (orgs.). John Dewey. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010



A TEMÁTICA "GÊNERO E TRABALHO" SEGUNDO OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO (PNLD – 2018)

Elizabete Maria de Oliveira¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante de Licenciatura em Ciências Sociais – FENSG/ UPE; elizabeteoliveira.tpa@gmail.com; ² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) – Cecim/Dipes; alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO: Esta pesquisa compreende a análise dos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018 (PNLD) no que diz respeito aos conteúdos relacionados com a temática “gênero e trabalho”. Teve duração de um ano (2018-2019), com natureza exploratória, abordagem qualitativa e revisão teórica sobre a temática examinada. Apoiar-se nos estudos sobre as relações de gênero e suas construções sociais do que é ser homem ou ser mulher. Essas distinções de gênero expressam um conjunto de desigualdades sociais presentes em diferentes âmbitos. Como efeito dessas construções sociais, a divisão sexual do trabalho apresenta-se como um de seus indicadores sociais. A escola, por sua vez, aparece como um importante espaço de confrontação dessas desigualdades, e os livros didáticos como recursos valiosos para o acesso à cultura e desenvolvimento da educação. Nos livros analisados, foi possível identificar que todos tratam as temáticas gênero e trabalho. Entretanto, a interdisciplinaridade entre essas temáticas só é vista em três dos cinco livros, que no geral apresentam a desigualdade de gênero no trabalho, a disparidade salarial, a divisão sexual do trabalho e a história da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Livros didáticos. Sociologia. Gênero. Trabalho. PNLD.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa compreende a análise dos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018 (PNLD), que está em sua terceira edição, no que diz respeito aos conteúdos relacionados com a temática “gênero e trabalho”.

As referências bibliográficas utilizadas correspondem a textos científicos relacionados com a temática da pesquisa. Portanto, teve como base os estudos sobre o livro didático, tais como os de Simone Meucci (2014) e de Munakata (2012). Nas discussões de gênero e trabalho, foram usados os estudos do The Blackwell Encyclopedia of Sociology (2007), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), Guacira Louro (1992), Joan Scott (1989), Hildete Melo e Marta Castilho (2009).

Parte-se do pressuposto de que as relações de gênero são criadas socialmente com base em ideias e valores atribuídos à noção do que é ser homem ou ser mulher, e que essas diferenças estão diretamente ligadas às relações de poder. As distinções de gênero expressam um conjunto de desigualdades sociais presentes em diferentes âmbitos das relações sociais. Como efeito dessas construções sociais, a divisão sexual do trabalho apresenta-se como um dos indicadores sociais dessas desigualdades. A escola, por sua

vez, assume um papel importante de dar suporte aos seus estudantes sobre o conhecimento de gênero e da realidade social e política, especialmente do Brasil (LDB, 1996).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, revisão teórica sobre a temática da pesquisa e análise bibliográfica dos cinco livros didáticos de Sociologia (PNLD-2018), aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018 (PNLD).

Os livros foram analisados com o objetivo de identificar como é apresentado o tema “gênero e trabalho”. As obras analisadas foram: “Tempos modernos, tempos de sociologia” (BOMENY et al., 2016); “Sociologia” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016); “Sociologia em movimento” (SILVA et al., 2016); “Sociologia hoje” (AMORIM; BARROS; MACHADO, 2016); “Sociologia para jovens do século XXI” (COSTA; OLIVEIRA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muito tempo o trabalho foi visto como sinônimo de tortura e esforço físico, mas com a chegada do capitalismo isso mudou. Atualmente, o trabalho é essencial para garantir o sustento de grande parte da população. Assim, a sociedade ficou conhecida como a sociedade do trabalho. Por ser um dos principais fatores estruturantes das relações sociais, o mercado de trabalho é um ambiente suscetível de desigualdades sociais, inclusive as de gênero. Nesse aspecto, o trabalho e as questões de gênero são fundamentais para as Ciências Sociais e o Ensino da Sociologia, pois permitem ao estudante apropriação sobre a realidade social, política e econômica, especialmente do Brasil (LDB, 1996).

No livro Sociologia, a discussão sobre “gênero e trabalho” apresenta como aconteceu a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a disparidade salarial e índices de desemprego entre os sexos.

O livro Sociologia hoje, apesar de apontar indícios dessa discussão ao falar sobre a família e a divisão de tarefas, a desigualdade de gênero no ambiente de trabalho não é abordada e as discussões sobre trabalho tem como foco os clássicos da Sociologia.

A obra Sociologia em movimento, trata da temática trazendo dados estatísticos sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres, o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, PEC das domésticas, a relação da violência contra mulher e a dependência financeira etc.

Em Sociologia para os jovens do século XXI, apesar de realizar uma discussão densa sobre as questões de gênero, o foco da discussão sobre o trabalho é sua relação com o capitalismo. Tal como o livro Sociologia hoje, não há uma discussão sobre as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

No livro Tempos moderno, tempos de Sociologia, as autoras destacam com dados a disparidade salarial entre os sexos, a divisão sexual do trabalho, a participação de mulheres e crianças como mão de obra barata nas indústrias durante o século XVII, diferença salarial entre homens e mulheres, mudança de comportamento das mulheres, luta por igualdade dentro do trabalho e fora dele, desempenho educacional das mulheres e atividade doméstica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos livros de Sociologia, percebe-se que todos os livros discutem a temática gênero e trabalho, seja de forma breve ou mais densa. No geral, o trabalho aparece relacionado aos clássicos da Sociologia, capitalismo, desemprego e divisão social do trabalho. Já as questões de gênero são relacionadas com as desigualdades, feminismo, movimentos sociais, violência, família e, às vezes, ao trabalho. A interseccionalidade dessas duas temáticas não é identificada nos livros *Sociologia Hoje* nem no livro *Sociologia para jovens do século XXI*. Nos livros que trazem a discussão interdisciplinar dessas temáticas, há uso de dados estatísticos durante as discussões de desemprego, diferença salarial entre os sexos, divisão sexual de atividades, índices de presença dos homens e mulheres no mercado de trabalho e, às vezes, a diferença no nível de ensino de homens e mulheres.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só possível a partir do auxílio da Fundação Joaquim Nabuco, assim como do CNPq, aos quais agradeço. Agradeço também a todos que me incentivaram, em especial a minha família, a colega de pesquisa Renata Coriolano e a Alexandre Zarias que acompanhou e orientou esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2016.
- ARAÚJO, Silvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.
- BOMENY, H. et al. **Tempos modernos, tempos de sociologia**. 3. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- CASTILHO, Marta; MELO, Hildete Pereira. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz? **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan./abr. 2009.
- COSTA, Ricardo Cesar Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.37, n.132, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, jan./jun. 2014.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38817>> Acesso em: 16 dez. 2018.
- RITZER, George. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltda, 2017.



SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.



PLURALISMO RELIGIOSO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

Emanuela Catunda da Silva¹; Joanildo Albuquerque Burity²

¹ Estudante de Ciências Sociais / CFCH - Departamento de Sociologia / UFPE; catundamanu18@gmail.com

² Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco / CECIM/DIPES; jaburity@gmail.com

RESUMO: Este presente relatório final de pesquisa de iniciação científica busca trazer conceitos teóricos e as concepções percebidas pelos participantes através da metodologia de coleta de dados proporcionada pelas Oficinas Deliberativas realizadas nos anos de 2013 até 2017 em todas as regiões do país, acerca da (in) tolerância religiosa, seu conceito teórico e empírico oriundo da visão dos participantes, bem como o conceito do pluralismo religioso seguindo a mesma linha e os caminhos trilhados em ações, prioridades e áreas estratégicas definidos pelos mesmos em deliberações para resolução do conflito. Nesse processo de percepção e análise de concepções e propostas foi utilizada a metodologia de análise do discurso. Ao longo do processo observei que as áreas mais escolhidas foram: educação e criação de fóruns. Há uma relevante convergência com ações pró-direitos humanos já existentes e o conceito de (in) tolerância e pluralismo dos participantes tem respaldo na literatura existente sobre o tema.

Palavras-chave: tolerância; intolerância religiosa; pluralismo religioso; oficinas deliberativas e análise do discurso.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil vem sendo palco de transformações em diversos sentidos, especialmente no seu cenário político é possível perceber relevantes mudanças, como a inserção dos evangélicos no Congresso Nacional (cf. CAMPOS, 2002). Nesse mesmo ambiente de conquista de reconhecimento de um setor cristão “menosprezado” e ofuscado pelo catolicismo, percebe-se a emergência de religiões de minorias, como afro brasileiro e afro indígena (salvaguardadas suas variações) no espaço público, seja clamando por direitos garantidos constitucionalmente, como da liberdade de crença, seja por reconhecimento não somente jurídico, mas sócio-cultural. Esse reconhecimento também que circunda as relações sociais face à face, nos quais o pluralismo e a prática da tolerância se constroem como desafio nesse sentido, digo, no espaço das relações cotidianas entre os indivíduos em sociedade, no qual, mesmo onde leis de combate a intolerância religiosa incidem, esse pluralismo não tem realização plena, por causa da falta de respeito (vide Burity, 2005). O pluralismo é regime que exige marcos institucionais que direcionem como política e juridicamente este será aplicado, mas a sua falta de reconhecimento é refletida nesses atos de intolerância religiosa: desrespeito, agressões físicas, verbais, psicológicas, destruições de terreiros etc.

Para entender a intolerância, trago a concepção de Paul Ricoeur, segundo Ricoeur (1993) como o ato de não tolerar, não suportar e condenar algo da conduta alheia, seja em relação a fé pessoal ou outra coisa.

E no caso do Brasil, mesmo com o afastamento do catolicismo do Estado não é perceptível nas relações interpessoais, a prática da tolerância e do respeito com o diferente, muito embora, existam leis que regulamentem questões sobre intolerância religiosa no país, bem como laicidade do Estado e liberdade de consciência.

No entanto, de acordo com Chantal Mouffe, a simultaneidade de pluralismo e democracia é uma realidade que encontra obstáculos, porque são as diferenças de todos os tipos e que convivem entre si, e que cada grupo tem uma distinta demanda, como as religiões de matriz africana, que precisa ser atendida, mas isso não é possível quando eles são considerados iguais abstratamente e não concretamente/materialmente (isto é, sem leis de reparação a minorias e o reconhecimento da legitimidade da diferença pelos indivíduos nas suas relações interpessoais). (MOUFFE, 2003, p.4).

Logo, diante da presente configuração de conflito social motivados por crenças religiosas e a não abstenção do outro em impor a sua verdade a outros, a agressão, desrespeito, não reconhecimento do outro enquanto tal, e a omissão do Estado na falha reparação dos danos através de políticas, se fazem necessário o seu estudo para melhor compreensão de que forma a intolerância religiosa se constitui.

METODOLOGIA (COLETA E ANÁLISE)

Para coleta dos dados nós utilizamos o método das oficinas deliberativas, realizado em todas as regiões do país durante os anos de 2013 até 2017. A oficina deliberativa consiste na reunião para deliberação entre indivíduos que podem - ou não - ter diferentes opiniões e concepções, selecionamos diferentes pessoas de diferentes religiões (católica, protestantes, candomblecistas, juremeiros, espíritas...). Havia seções de introdução ao tema, dados estatísticos sobre o último censo de 2010, especificamente dados sobre religião, e explicação da dinâmica grupal. Logo depois havia a seção em pequenos grupos com facilitador/mediador e observadores que somente iria ajudar na condução da oficina, mas não poderia intervir, o objetivo dessa seção era fazer com que os indivíduos encontrassem as áreas e prioridades estratégicas para uma possível resolução do problema da intolerância religiosa. Após essa etapa de pequenos grupos, os participantes iriam para a deliberação em reunião com outros pequenos grupos para em conjunto com todos os participantes das oficinas poderem achar e condensar algo que no final seriam as ações duas áreas de ação estratégica para no mínimo atenuar o conflito da intolerância religiosa e apresentarem na etapa de plenária.

Já na parte de análise desses dados, nós nos preocupamos em analisar as falas dos participantes durante todo o andamento das oficinas deliberativas, procurando então, dessa forma, ir além do que está dito, levando em conta as perspectivas de quem fala, como o que se fala tem origens na história, na política e revelando como o indivíduo não é autor sozinho dos seus próprios discursos, mas sim enfatizando como o social, como a história, como a política e a cultura afeta e direciona o que é dito. “A análise do discurso parte dos pressupostos de que o sentido de uma palavra expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico que são produzidas e que toda formação discursiva dissimula sua dependência das formações ideológicas.” (Minayo, 2000).



RESULTADOS

Meu objetivo principal foi verificar a concepção desses participantes a respeito do que é intolerância religiosa, pluralismo religioso e quais seriam as formas de conviver mutuamente. Para eles intolerância é percebida como um fenômeno decorrente de um processo que tomou o Brasil desde o momento da chegada de colonizadores, as práticas etnocêntricas com religiões, rituais e costumes indígenas, a demonização da cultura africana trazida pelos escravos é a semente do problema social pesquisado (Silveira, 2006). A intolerância é, para os participantes, situação de anulação do outro, desrespeito, não aceitação das diferenças culturais e da liberdade dos outros, movida por uma concepção pessoal de verdades absolutas e radicais que levam aos indivíduos e querer extinguir todas as outras que sejam divergentes, tornando-as mentirosas, falaciosas e não dignas de abertura ao espaço público, de direitos e garantias fundamentais e isso se traduz nas agressões realizadas pelos intolerantes.

Novos cenários religiosos, novas religiões de minoria no espaço público e a competição entre elas, é algo que ocorre simultaneamente a pluralização religiosa que vem se construindo no país, na qual as religiões cristãs se vêm perdendo controle das filiações religiosas e que reclama para construção de um marco legal e uma cultura pluralista. Isto é, na visão deles algo que colabora para a intolerância religiosa, tendo como base a forma com que o diferente tem sido tratado no Brasil desde a construção da sociedade brasileira. (Maggie, 1992, p. 4). O pluralismo religioso, é concebido como um regime de práticas plurais, diversas, heterogêneas e que possuem uma regulação institucional legal, mas também cultural, ou seja, na relação entre as pessoas em sociedade, quando as mesmas reconhecem as diferenças, a sua legitimidade e a partir disso respeitam o outro.

Portanto, é possível concluir, que os participantes concebem a intolerância religiosa como uma realidade existente no Brasil e que precisa ser enfrentada pelo Estado através de secretarias, como a de Direitos Humanos, como propôs Roseli Fischmann (2001) que seja também realizada pelo Ministério da Educação, que promovam mudanças na realidade do ensino religioso buscando corrigir as falhas na aplicação das leis 10.639 e 11.645. Também se espera que o combate seja reforçado pela Justiça, através da fiscalização e punição contidas em leis como a 7.716/89, pelos ministérios afins e pela sociedade em conjunto, através do respeito e da tolerância para com os diferentes.

Além disso, pretendi em objetivos específicos analisar possíveis soluções para o problema da intolerância religiosa e possíveis convergências com planos e propostas já levantadas anteriormente pró-direitos humanos e que tenham como foco o combate a intolerância religiosa. Dessa forma, percebi que as sugestões dos participantes das oficinas deliberativas realizadas seguiram sempre a tendência de proporem ações na área de educação (especialmente sobre ensino religioso e aplicação das leis 10.639 e 11.645) e criação de fóruns ou conselhos para desenvolvimento de debates sobre a intolerância religiosa e uso da mídia para o combate da discriminação. Tais áreas escolhidas pelos participantes, bem como as sugestões, encontram sua correspondência e convergência com o CONAPIR 2011 e o PNDH-3, essas convergências são confirmadas no relatório final na segunda seção.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível confirmar que os participantes percebem a intolerância religiosa no país como algo que é oriundo da própria construção da sociedade brasileira. A dificuldade de lidar com a cosmologia indígena das várias tribos encontradas pelos europeus, a imposição do catolicismo e a forçada adaptação dos negros escravos a religião cristã é a semente da intolerância religiosa. Nesse mesmo país, o pluralismo religioso, visto como a diversidade, é percebido pelos participantes como algo incipiente, uma realidade não existente no Brasil, vista apenas como diversidade cristã. A intolerância religiosa precisa ser enfrentada pelo Estado através de secretarias, como a de Direitos Humanos, e pelo Ministério da Educação, buscando evitar a prática proselitista e realizando escolhas de profissionais competentes e da educação pública no país, buscando corrigir as falhas na aplicação das leis 10.639 e 11.645. Essas formas de resolução encontram seus espelhos nos programas de combate a intolerância religiosa e da promoção da igualdade racial. Os participantes esperam que o combate a esse problema seja reforçado pela Justiça, através da fiscalização e punição contidas em leis de combate a intolerância religiosa e pela sociedade em conjunto, através do respeito e da tolerância para com os diferentes.

AGRADECIMENTOS

Eu sou muito grata a bolsa concedida pelo Cnpq a minha pesquisa. Muito obrigada a FUNDAJ pela oportunidade no PIBIC. Como interessada na pesquisa de religião, sinto-me muito feliz em ter contado com a contribuição para evolução acadêmica permitida pelo meu orientador Joanildo Burity. E obrigada a Valdiene e Jacqueline.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURITY, J. Religião e república: desafios do pluralismo democrático. ST25 -Republicanism, religião e estado no Brasil Contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu-MG: 26 out. 2004. Acesso em: 10 out. 2018.
- MENEZES, Jonathan (2015). Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 189-209.
- MINAYO, M. C. DE S. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. n. n o 18, 2001.
- MOUFFE, C. Religião, Democracia Liberal e Cidadania. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. DAS D. C. (Eds.). . Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. [s.l.]Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005. p. 15–27.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise do discurso (AAD-69). Campinas: Pontes, 1999.
- RICOEUR, P. Tolerância, Intolerância, Intolerável. In: Leituras 1: em torno ao político. São Paulo: Loyola, 1993.



GRUPOS E PÁGINAS NO FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS JOVENS

Francyelle Rayanne Bezerra dos Anjos¹; Allan Rodrigo Arantes Monteiro²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais- DECISO/UFRPE; e-mail: francyelledosanjos@gmail.com , ²Pesquisador do Centro de Estudos da História Brasileira da Fundaj – Cehibra-Meca/MPCS-Difor; e-mail: allan.fundaj@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa parte do questionamento acerca das formas de utilização do Facebook no engajamento político juvenil. O objetivo geral foi analisar como as redes sociais têm sido utilizadas como uma ferramenta no processo de participação política das juventudes brasileiras, tomando como campo de estudo grupos e páginas que tratam dessa temática, na plataforma do Facebook. Nesse sentido, são utilizados dados de diversas fontes, acerca do uso da Internet e, mais especificamente, do Facebook. Porém, o principal método aplicado foi a análise das páginas referentes às ocupações no estado de Pernambuco, em 2016. Os resultados mostraram que estas páginas constituíram uma via importante de comunicação para alguns manifestantes entre si, e entre eles e a sociedade, contribuindo para a formação da coletividade. Concluímos, contudo, que embora as redes sociais não sejam um aspecto necessário ao engajamento político, elas apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de características dos novos movimentos sociais.

Palavras-chave: Facebook; juventude; ocupações escolares; participação política.

INTRODUÇÃO

A relação entre o espaço virtual e as novas dinâmicas de engajamento político parece estar se tornando um aspecto importante na formação cidadã, política e sociológica das novas gerações, favorecendo uma tendência à maior interação com esses meios por parte dos professores de Sociologia de ensino médio, cujos alunos, em geral são adolescentes. A fim de auxiliar na compreensão do contexto de atuação destes profissionais, o objetivo deste subprojeto é analisar como as redes sociais têm sido utilizadas como uma ferramenta no processo de participação política das juventudes brasileiras, tomando como campo de estudo grupos e páginas que tratam dessa temática, na plataforma do Facebook.

O presente trabalho se vincula, nesse sentido, a um objetivo específico, “examinar a transformação do perfil de licenciados e professores de Sociologia ao longo dos anos”, da pesquisa “O Licenciado em Ciências Sociais e sua atuação profissional no Nordeste”, coordenada pelo pesquisador Wilson Fusco, da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Em pesquisas anteriores, alguns autores identificaram uma inclinação para novos modos de participação política entre os jovens. Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2009) observaram que a maioria dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude apresentavam uma série de



críticas à política partidária, embora muitos deles militassem em alguma causa. Outra pesquisa, publicada pela Ibase e Pólis (2005), evidenciou a aversão da maioria dos indivíduos entre 15 e 24 anos pela política tradicional em diversas Regiões Metropolitanas do Brasil.

Atualmente, são vários os conceitos utilizados para definir juventude, sendo que muitos autores recomendam o termo “juventudes” (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; LIMA FILHO, 2015; CASTAÑEDA, 2015), para expressar a diversidade da experiência de ser jovem. Todavia, as perspectivas que geralmente convergem em compreender as recentes mobilizações juvenis como alternativas de participação política, são aquelas que consideram as variadas experiências de juventude como potenciais de negação dos padrões pré-estabelecidos (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; CASTAÑEDA, 2015).

Por outro lado, alguns autores vêem também na revolução tecnológica e dos meios de comunicação um aspecto fundamental das novas formas de participar politicamente. Castells (2013) argumenta que, embora a constituição dos movimentos sociais seja um processo de transformação de emoções individuais em ação coletiva, os meios de comunicação são uma ferramenta crucial nesse processo.

Acerca das ocupações de escolas públicas realizadas em São Paulo, no final de 2015, Catini e Mello (2016) observam que antes da deflagração das ocupações, estudantes e familiares também utilizaram as redes sociais para manifestar a insatisfação diante da proposta do governo.

Sendo assim, a importância desta presente pesquisa se dá pela contribuição neste debate acerca do aspecto virtual dos chamados “novos movimentos sociais”, trazendo uma via de interpretação desse fenômeno no contexto juvenil pernambucano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação priorizou a análise de páginas relacionadas às ocupações escolares de 2016, na plataforma do Facebook. O critério definido para a seleção destas páginas foi a vinculação direta das mesmas ao movimento em uma das escolas do estado de Pernambuco. Embora tenham sido contabilizadas 22 escolas ocupadas no âmbito estadual, foram encontradas 10 páginas de ocupações, com o auxílio da aba de pesquisas do Facebook e os links fornecidos por uma postagem no “Blog do Prof. Jamerson Silva”[]: “OCUPA Eptacio”, “OCUPA Cândido Duarte”, “OCUPE Martins Júnior”, “OCUPA GP - Aurora”, “Ocupa Silva Jardim”, “OCUPA PORTO Digital”, “Ocupa Eteplap”, “Ocupe Nilo Pereira”, “Grêmio Estudantil Chico Science”, “Aplicação Ocupa”.

A coleta dos dados foi feita por meio de um exame detalhado de todas essas páginas, no que diz respeito às suas datas de criação, mudanças de nome, as fotos de perfil e de capa; o alcance e a aprovação destas páginas entre usuários do Facebook; além do conteúdo das páginas propriamente dito, sua auto-definição e as postagens mais relevantes.

Foram também utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras (TIC Educação) de 2018, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Bem como resultados de pesquisas



críticas à política partidária, embora muitos deles militassem em alguma causa. Outra pesquisa, publicada pela Ibase e Pólis (2005), evidenciou a aversão da maioria dos indivíduos entre 15 e 24 anos pela política tradicional em diversas Regiões Metropolitanas do Brasil.

Atualmente, são vários os conceitos utilizados para definir juventude, sendo que muitos autores recomendam o termo “juventudes” (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; LIMA FILHO, 2015; CASTAÑEDA, 2015), para expressar a diversidade da experiência de ser jovem. Todavia, as perspectivas que geralmente convergem em compreender as recentes mobilizações juvenis como alternativas de participação política, são aquelas que consideram as variadas experiências de juventude como potenciais de negação dos padrões pré-estabelecidos (MESQUITA, 2015; BURGOS, 2015; CASTAÑEDA, 2015).

Por outro lado, alguns autores vêem também na revolução tecnológica e dos meios de comunicação um aspecto fundamental das novas formas de participar politicamente. Castells (2013) argumenta que, embora a constituição dos movimentos sociais seja um processo de transformação de emoções individuais em ação coletiva, os meios de comunicação são uma ferramenta crucial nesse processo.

Acerca das ocupações de escolas públicas realizadas em São Paulo, no final de 2015, Catini e Mello (2016) observam que antes da deflagração das ocupações, estudantes e familiares também utilizaram as redes sociais para manifestar a insatisfação diante da proposta do governo.

Sendo assim, a importância desta presente pesquisa se dá pela contribuição neste debate acerca do aspecto virtual dos chamados “novos movimentos sociais”, trazendo uma via de interpretação desse fenômeno no contexto juvenil pernambucano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação priorizou a análise de páginas relacionadas às ocupações escolares de 2016, na plataforma do Facebook. O critério definido para a seleção destas páginas foi a vinculação direta das mesmas ao movimento em uma das escolas do estado de Pernambuco. Embora tenham sido contabilizadas 22 escolas ocupadas no âmbito estadual, foram encontradas 10 páginas de ocupações, com o auxílio da aba de pesquisas do Facebook e os links fornecidos por uma postagem no “Blog do Prof. Jamerson Silva”[]: “OCUPA Epitacio”, “OCUPA Cândido Duarte”, “OCUPE Martins Júnior”, “OCUPA GP - Aurora”, “Ocupa Silva Jardim”, “OCUPA PORTO Digital”, “Ocupa Eteplap”, “Ocupe Nilo Pereira”, “Grêmio Estudantil Chico Science”, “Aplicação Ocupa”.

A coleta dos dados foi feita por meio de um exame detalhado de todas essas páginas, no que diz respeito às suas datas de criação, mudanças de nome, as fotos de perfil e de capa; o alcance e a aprovação destas páginas entre usuários do Facebook; além do conteúdo das páginas propriamente dito, sua auto-definição e as postagens mais relevantes.

Foram também utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras (TIC Educação) de 2018, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Bem como resultados de pesquisas



encomendadas pelo próprio Facebook, disponíveis na plataforma online Facebook IQ. Além de dados do Censo Escolar de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 foi possível perceber que a Internet foi mais utilizada nesse período, tanto no Brasil como no Nordeste, entre os indivíduos de 15 a 29 anos de idade. Além disso, os dados da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras (TIC Educação) de 2018, mostram o Facebook como a segunda rede social mais utilizada por alunos de escola pública no país.

Nesse sentido, foi observado que 8 das 12 escolas ocupadas em Recife criaram ou utilizaram páginas para o movimento, sendo um ponto em comum entre 10 das 22 ocupações escolares em todo o estado. Observou-se ainda que, em metade dos casos analisados, as páginas foram criadas antes das ocupações dos respectivos prédios, como um apelo para que as pessoas apoiassem a ideia e ela viesse a se realizar. O município de São Lourenço da Mata, no entanto, teve 5 das suas 58 escolas ocupadas, sendo o município que mais aderiu, proporcionalmente, ao movimento, em Pernambuco, e não ocorreu a utilização de páginas no Facebook para tal.

Analisando as páginas existentes, nota-se que em 4 delas o número de seguidores é superior ao número total de alunos e funcionários, com base nos dados do Censo Escolar de 2016. Além disso, a existência de uma página online permitiu a manifestação pública daqueles que discordavam do movimento e seus argumentos permanecem acessíveis, ainda que tenham sido minoria naquele contexto.

Percebe-se ainda que estas páginas apresentam a auto-definição do movimento, oferecendo esclarecimentos sobre as decisões e as atividades das mesmas.

É importante destacar que algumas dessas páginas continuaram sendo utilizadas pelos manifestantes ao longo do ano de 2017, para denunciar à população o não cumprimento dos acordos alcançados a partir da ocupação. Porém o nível de atividade de todas elas diminuiu consideravelmente, o que confirma que uma das características dessas novas formas de mobilização é a efemeridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões deste estudo foram de que o Facebook foi uma ferramenta importante na formação da coletividade, especialmente entre os estudantes da capital pernambucana. Porém não foi possível perceber se teve algum papel na articulação dos jovens no município de São Lourenço da Mata, por exemplo. O Facebook facilitou as conexões entre os indivíduos e o compartilhamento das experiências e emoções, favorecendo assim a construção de uma rede de solidariedade e a deflagração da ação coletiva, ao mesmo tempo que se constituiu um espaço a ser também ocupado pelas reivindicações, simbologias e significados do movimento.

Também foi possível reconhecer uma extrapolação dos limites físicos e cronológicos do movimento por meio



destas páginas, possibilitando o reconhecimento e a identificação entre aqueles que estavam dentro dos limites espaço-temporais das ocupações e aqueles que estavam e estão externos a elas. Além disso, o estudo mostrou que existe potencial nas redes sociais para a criação de espaços de debate político mais democráticos, uma vez que foi possível àqueles que discordavam das ocupações se expressarem publicamente, bem como foi possível ao movimento se delinear enquanto assunto de interesse público, divulgando suas pautas, suas propostas e os conflitos travados por eles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as coisas. À parceria Fundaj/CNPq que me permitiu realizar esta pesquisa, proporcionando todas as ferramentas necessárias. Ao meu orientador Allan Monteiro e ao pesquisador Tulio Barreto que também nos ajudou em várias etapas deste estudo. Ao meu querido esposo, minha família e meus amigos.

REFERÊNCIAS

- BURGOS, Marcelo Baumann. **Direito à juventude**: fronteira da democracia no Brasil. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Acesso em: 31 jan. 2018
- CASTAÑEDA, Marcelo. **Socialidades da juventude entre as tecnologias da internet**: um olhar a partir do midiativismo. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Acesso em: 31 jan. 2018
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos Sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos**: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.
- CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. **Escolas de Luta, Educação Política**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401177&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 01 mar. 2018.
- IBASE/POLIS. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório de Pesquisa, 2005.
- LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. **A juventude como estética**. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Acesso em: 31 jan. 2018
- MESQUITA, Wania Amélia Belchior. **Juventude e religião**: notas a partir dos sentidos de pertencimentos e experiências religiosas. Revista Coletiva, n. 17, set/out/nov/dez 2015. Acesso em: 31 jan. 2018



ENTRE ÁFRICA E BRASIL: REPRESENTAÇÕES DE AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NOS RELATOS E FOTOGRAFIAS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1850-1930).

Gustavo Henrique Ribeiro Tiné¹; Cibeles Barbosa da Silva Andrade²

¹Estudante do curso de Licenciatura em História, da UFRPE. E-mail: gustavo.tine20@gmail.com, ²Pesquisadora do Centro de Estudos da História do Brasil (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: cibelesbarbosa2@gmail.com

RESUMO: O trabalho pretende traçar paralelos entre as representações coloniais e eurocêntricas acerca de africanos e afro-brasileiros na fotografia de meados do século XIX às primeiras décadas do XX, tanto em África como no Brasil. A partir de relatos e publicações de viajantes que aqui aportavam, é possível notar que com a expansão da técnica fotográfica a partir dos anos 1840, identificamos um viés etnológico-raciológico típico do chamado “racismo científico” da época e a imposição de modelos eurocêntricos na cultura. No âmbito das relações raciais a pesquisa baseia-se nas reflexões e trabalhos de Gould (2003), Schwarcz (1999), Maio e Santos (2010) sobre as teorias raciais que nortearam o pensamento eurocêntrico. Sobre a produção de imagens fotográficas e história visual, buscamos entender “o potencial cognitivo da imagem visual” nas palavras de Meneses (2003). As imagens produzidas coadunavam-se com os textos de viajantes, confirmando as teses do colonialismo cultural, racial e político vigente no recorte temporal da pesquisa (1850-1930).

Palavras-chave: História visual; Viajantes; Racismo científico; Colonialismo cultural; Afro-brasileiros.

INTRODUÇÃO

A iconografia do negro e da escravidão tem servido como “ilustrações artísticas”, não recebendo o devido tratamento crítico enquanto documentos históricos portadores de múltiplas significações (KOSSOY; CARNEIRO, 1994), esta constatação aponta para uma carência na análise restrita de documentação produzida no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, coincidindo com o desenvolvimento da técnica fotográfica e os primeiros anos de república no Brasil, por viajantes, profissionais liberais, imigrantes, missionários oficiais e tantos outros personagens que registraram documentos que fornecem um manancial de informações visuais, sendo portadoras de múltiplas significações.

Trata-se de uma pesquisa histórica sobre as representações comparadas de fotografias e textos produzidos na África e no Brasil por fotógrafos e viajantes estrangeiros que retrataram populações negras no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período de implantação do chamado “racismo científico” e imposição de modelos eurocêntricos na cultura.

A iconografia teve papel fundamental enquanto veículo de difusão da imagem do outro apresentada como novidade. O olhar europeu, sobretudo, demonstra a centralidade da produção de informações. Turazzi (2016)

relata que as estampas brasileiras do século XIX presentes nas exposições nacionais e internacionais, que também eram comercializadas por mercadores e livreiros da capital francesa ou do Rio de Janeiro, publicadas em livros e jornais ilustrados do Brasil e do exterior, inscrevem-se em um conjunto mais amplo de representações visuais, que contribuíram também para o alargamento da memória individual e coletiva, no mundo oitocentista.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho se insere confluência dos estudos sobre a história das relações raciais e história visual. No âmbito das relações raciais a pesquisa baseia-se nas reflexões e trabalhos como o de Gould (1991), Schwarcz (1993) e Maio & Santos (2010) sobre as teorias raciais que nortearam o pensamento eurocêntrico. Sobre a produção de imagens fotográficas e história visual buscamos nas abordagens de História visual de Meneses (2003) que desloca a imagem como fonte histórica para a construção da visualidade.

Elaborou-se um banco de dados com informações e indexações das imagens, a serem disponibilizadas ao acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Também foi realizado um segundo levantamento com imagens produzidas na África. O material analisado faz parte dos acervos digitalizados de portais como o da Biblioteca Nacional da França, Portal Memória da África e do Oriente e The Metropolitan Museum de Nova Iorque, além de acervos da Fundação Joaquim Nabuco sobre o tema.

Também foram feitas leituras sobre a trajetória biográfica dos fotógrafos de modo a elaborar um quadro com as origens e trabalhos destes fotógrafos. Textos de viajantes como Louis Agassiz, Adélie Toussaint-Samson, Henry Koster e Charles Expilly foram selecionados a partir do inventário “Viajantes em Terras Brasileiras”, existentes no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf, localizada na Fundação Joaquim Nabuco, de autoria da bibliotecária Lúcia Gaspar, também disponível no site da Fundaj.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Especificamente o escravizado foi retratado, a partir do século XIX, por vezes posando, em outros momentos embaraçados diante das lentes intronizadas, em algumas situações mostrando incômodo em meio aos estúdios com seus cenários artificiais, em outras revelando desenvoltura, posando em situações cotidianas ou tomados de maneira estanque nos registros da ciência e da polícia, o fato é que escravizados aparecem numa infinidade de fotografias e de maneiras variadas (SCHWARCZ, 1993), estas maneiras demonstram o olhar europeu, por consequência eurocêntrica de uma imaginário colonialista presente nestas representações. No estúdio do fotógrafo, o negro livre e o forro tratavam de se fazer representar seguindo, via de regra, os itens do padrão europeu da moda então vigente (KOUTSOUKOS, 2010). Essa cartografia perversa revela, por sua vez, como esse sistema era corriqueiro e “exemplar” no Brasil, até porque era apresentado e vendido no exterior como um “produto exótico” desse país tropical.

As imagens produzidas, e que foram selecionadas para compor o banco de dados coadunaram-se com os textos de viajantes que foram pesquisados, lidos e interpretados como instrumentos de descrição, observação, formulação e confirmação das teses do colonialismo cultural, racial e político, vigente no



período de análise da pesquisa. As obras literárias, em consonância com a reprodução das imagens fotográficas, serviram para excluir e marginalizar ainda mais a população negra, que no imediato pós-abolição necessitava de todo aparato social para minimizar o infinito malefício causado por séculos de exploração. Estratégias de resistência, status social, recolocação em extratos sociais acima dos que ocupavam também foram identificadas nas fotografias, apresentando um novo prisma de análise para estes documentos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta às documentações comprova a tese da influência do racismo científico no Brasil. Segundo Lilian Schwarcz (1993), o racismo é uma construção cultural nascida das profundas diferenças sociais que nos dividem. Fotografias e textos analisados do recorte temporal da pesquisa (1850-1930) atestam as teses colonialistas e raciais, bem como sugerem uma visível desigualdade social entre a população brasileira, composta, essencialmente de negros, brancos, indígenas e mestiços destas três etnias. A fotografia, mesmo representando no imaginário social uma espécie de “passaporte” para extratos sociais mais elevados, para ex-escravizados e afrodescendentes, bem como formas de resistência e afirmação de uma nova condição de vida, contribuiu também para segregar ainda mais estas populações das elites econômicas e das famílias outrora escravocratas que continuavam a consumir tais artefatos como produtos exóticos e pitorescos, em formatos outros que foram sendo popularizados no século XX como os cartões postais e os álbuns de família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco, ao CNPq/CAPES pelo apoio financeiro, à Professora Dr^a Cibele Barbosa, e aos funcionários da Biblioteca Blanche Knoff.

REFERÊNCIAS

- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução: Válder Lellis Siqueira; Revisão da tradução: Luís Carlos Borges. Revisão técnica: Carlos Camargo Alberts. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KOSSOY, Boris. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O olhar europeu: o negro na fotografia brasileira do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 316 p.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, jul. 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

TURAZZI, Maria Inez. **A exposição de história do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico**. ANPUH. Usos do Passado: XVII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro, 2016.



A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO RACIAL SOBRE O NEGRO NO DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1937)

Gwan Silvestre Arruda Torres¹; Cibeles Barbosa da Silva Andrade².

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História – UFRPE; email: gwan09@gmail.com, ² Pesquisadora da Diretoria de Educação e Relações Étnico-raciais da Fundaj – CEHIBRA; email: cibeles.barbosa@fundaj.gov.br.

RESUMO: A pesquisa buscou observar os escritos dos médicos e intelectuais da época republicana brasileira com recorte na questão racial sobre a população negra para a partir disto analisar as teorias raciais e sua inserção nas representações sobre população afro-brasileira. O objetivo do trabalho foi a realização de uma pesquisa histórico documental com intuito de encontrar a produção de imagens e discursos médicos sobre as populações negras nesse período. Diante disso, foram utilizadas as obras de apoio de Schwarcz (1993), Gould (1999), como também as obras dos próprios médicos da época tais como Penna e Neiva (1912), Freitas (1935), para compor o imaginário racial. Logo após, o fruto da análise foi a composição de um banco de imagens com o total de 590 fotografias retiradas tanto de sites quanto de acervos físicos. Por fim a percepção de que o discurso médico nas décadas iniciais da República sobre o negro vai muito além do recorte historiográfico em estudo e os desdobramentos dessas percepções de alguma forma pairam ainda hoje no imaginário social.

Palavras-chave: Teoria racial; médicos; afro-brasileiro; fotografia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo observar a presença das teorias raciais nos periódicos médicos, assim como em artigos e fotografias médicas, com foco na população afrodescendente, uma vez que nas décadas iniciais da República o discurso que se propagava era o cuidado sobre a nação e práticas higienistas para alcançar o tão almejado desenvolvimento. O estudo dessas fontes permitiu entender como as teorias raciológicas foram reproduzidas e problematizadas na sociedade da época.

A partir da análise desse material, A Construção do imaginário racial sobre o negro nos primeiros anos da República brasileira (1889-1937), faz parte de um projeto maior chamado Imaginário colonial e racismo nas primeiras décadas da República no Brasil que visa encontrar em cartões postais, periódicos, fotografias médicas temas que remetam ao racismo na construção sobre a imagem do negro no Brasil no final do século XIX e nos anos iniciais do século XX. Para constituição da pesquisa foi realizada uma investigação a partir do saber médico brasileiro e como este saber era mesclado aos estudos estrangeiros.

Com base nas fontes secundárias de Schwarcz (1993), Gould (1991) a se caracterizar a sociedade brasileira através do discurso a “lei e o remédio” e a inserção das teorias raciais no Brasil. Já nas obras primárias de Neiva e Penna (1912), Freitas (1935) a fala médica que se relaciona ao recorte racial e por fim a leitura da

produção de Kossoy (2001) para descrever a fotografia como fonte histórica e a pluralidade de significados dentro de uma imagem.

O foco do trabalho foi a seleção da produção imagética sobre delineamento temático das populações negras e a comparação das imagens científicas com outros gêneros iconográficos de modo a relacionar as teorias raciais vigentes na época e a produção de imagens sobre populações africanas e afrodescendentes.

Por fim, esta pesquisa se fez importante, pois construiu um estudo sobre as relações étnico-raciais no período inicial republicano e trouxe alguns discursos que caracterizavam a população negra, na época. De modo a entendermos e problematizarmos as práticas raciológicas inseridas no imaginário social também no tempo presente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que se utilizou foi à leitura de bibliografias de apoio das obras de Schwarcz (1999), Gould (2003), para diante delas se ter o conhecimento sobre os médicos e intelectuais da época. Diante disso, consegui localizar os médicos tanto estrangeiros quanto brasileiros. Com o foco por um momento nos médicos Juliano Moreira e Octavio de Freitas, através desses médicos eu pude obter posicionamentos opostos sobre a questão racial no Brasil.

Logo após a etapa de leituras das obras, me ative aos acervos iconográficos para a composição do banco de imagens com recorte na população afro-brasileira a partir dos registros fotográficos médicos. De modo que obtive 590 fotografias, foram consultadas nas seguintes bases digitais/sites: Casa Oswaldo Cruz, Brasiliana Fotográfica, Hemeroteca Digital, Gallica, Bibliothèque interuniversitaire de Santé - Biu Santé, Abebooks, Instituto Moreira Salles. Aos quais as fotografias em análise eram de enfermidades, retratos médicos, assim como as populações negras. Por conseguinte busquei imagens de africanos e afrodescendentes tanto em jornais quanto em revistas para comparar a produção imagética do período.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A caracterização do termo *raça*, que se utiliza de significados e ideologias diferentes com o passar do tempo. A se abordar nesta pesquisa a caracterização enquanto fundamento sociológico para diante disto rever a raciologia inserida no tempo passado.

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. (MUNANGA, 2003, p. 5).

Nessa situação se emprega a fotografia como objeto de estudo para descrever a representação do corpo negro na sociedade da época, tendo como resultado a obtenção de 590 fotografias. De forma que

determinadas imagens ainda reproduzem o imaginário racial sobre o corpo negro, como exemplo a pintura (Figura 1) utilizada pela Academia Nacional de Medicina, atualmente, como tela de abertura no seu site em que propaga o discurso raciológico das décadas iniciais da República do qual a população afro-brasileira é atrelada as enfermidade e, por conseguinte objeto de estudo.



Figura 1 Pintura Alegórica das campanhas lideradas por Oswaldo Cruz de erradicação da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro do Início do Século XX. Academia Nacional de Medicina, RJ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pesquisa trouxe trechos do discurso médico-científico na sociedade republicana brasileira e problematizou como tais práticas ainda podem ser percebidas nos dias atuais, seja através de imagens, músicas ou nos sites de instituições importantes de conhecimento, como já visto na imagem à cima (figura1). Por conseguinte consultar os acervos documentais possibilitou encontrar fotografias e uma em particular, em que o médico diagnosticava uma paciente e em seu diagnóstico dimensionava a inteligência dela como “inópia”, cabendo neste contexto à teoria racial. A fotografia que descrevo foi encontrada na obra de Neiva e Penna, 1912.

Portanto, a fotografia foi uma importante fonte de pesquisa, além dos artigos e sites para compor o trabalho a se demonstrar de forma palpável as teorias raciais vigentes na época e sua desconstrução no ensino de História, no tempo presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico junto a Fundação Joaquim Nabuco pela bolsa de pesquisa e consequentemente o auxílio para que a mesma esteja concluída. Agradeço também a minha orientadora Cibele Barbosa, pois sem ela não teria direcionamento e por fim ao Memorial de Medicina de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, M. L. Tucci. O racismo na História do Brasil. Mito e realidade. 2ªed. São Paulo: Ática, 1995.
- CARVALHO. José Jorge. “Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele”. Revista Cinética, Rio de Janeiro, v. II n. 2 p. 74-100, 2008.
- GOULD, Stephen Jay. A falsa medida do homem. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e História, São Paulo: Ática, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra do 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB - RJ, 2003.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, 1912.

PERNAMBUCANO, Ulysses. Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco (Psicologia –Psiquiatria –Higiene Mental). Recife - Ano III, 1933.

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do "branco" brasileiro. Editora, Jornal do Commercio, 1955.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSA EXTERNAS

Henry Johnson Passos de Oliveira¹; Cristine Viera do Bonfim²;

¹Discente do Curso de Enfermagem –Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU); henry123johnson@gmail.com ,

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: O óbito infantil por causa externa, cuja ocorrência dar-se em indivíduos menores de um ano devido a acidentes e violências, representa um agravo complexo e multifatorial. Assim, o objetivo do trabalho é descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos infantis por causas externas de residentes no Recife, Pernambuco, no período de 2010 a 2016. Estudo descritivo com abordagem quantitativa. Os dados são provenientes do banco do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e pela ficha confidencial de investigação do óbito fetal e menor de um ano da cidade do Recife. A análise estatística foi feita com a aplicação da estatística descritiva. A principal causa básica do óbito foi à inalação do conteúdo gástrico. A maior parte dos óbitos foi do sexo masculino, raça/cor preta de ocorrência no período pós-neonatal. A maioria das mães possuía mais de 20 anos de idade, e mais de 8 anos de estudo. A análise descritiva das características dos óbitos infantil por causa externa, representa uma oportunidade para o desenvolvimento de políticas efetivas de caráter preventivo, feitas segundo a multiplicidade de fatores que o determinam o risco de morte por causa externa entre os menores de um ano.

Palavras-chave: Mortalidade infantil; causa externa; lesões e ferimentos; injúrias.

INTRODUÇÃO

O óbito infantil, cuja ocorrência dar-se antes do primeiro ano de vida do indivíduo, representa um agravo complexo e multifatorial. Esses óbitos, em sua maioria, poderiam ter sido evitados na vigência de um sistema de saúde, organizado e articulado que respondesse às necessidades da população. A taxa de mortalidade infantil é calculada a partir da razão entre o número de óbitos de menores de um ano de idade e o número de nascidos vivos em um determinado ano e local. Dentre as causas de mortalidade, os óbitos infantis por causas externas, derivada de acidentes, violências ou tratamento médico ineficiente, caracterizam-se como evitável, visto que, poderia ser reduzido por meio de ações de serviços de saúde acessíveis e efetivos. Nesse contexto, o entendimento a respeito das variáveis associada ao óbito infantil por causa externa é indispensável. Sendo assim, o objetivo do trabalho é descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos infantis por causas externas de residentes no Recife, Pernambuco, no período de 2010 à 2016.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa. A área de estudo foi o Recife, de capital Pernambuco, situada no litoral nordestino. A população do estudo foi constituída por todos os óbitos



infantis por causa externa de residentes no Recife, Pernambuco, entre 2010 e 2016 que foram investigados pela vigilância do óbito infantil. Como objeto de análise utilizou-se o banco do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e pela ficha confidencial de investigação do óbito fetal e menor de 1 ano da cidade do Recife. Foram analisadas 96 variáveis da ficha confidencial de investigação do óbito fetal e menor de 1 ano da cidade do Recife. Essas variáveis estão categorizadas em 9 blocos. I - Dados da notificação e da investigação; II - Dados de identificação; III - Dados do pré-natal; IV - Dados do nascimento; V- Dados da puericultura e doenças anteriores; VI- Características da família; VII - Dados básicos sobre a ocorrência do óbito; VIII - Conclusões; IX - Recomendações e medidas de prevenção. Destas, 26 compuseram os resultados dessa pesquisa. A análise estatística foi feita com a aplicação da estatística descritiva. O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos da Fundação Joaquim Nabuco e aprovado sob parecer Nº 3.355.528 e conta com a carta de anuência da secretaria do Recife.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No período de estudo, foram registrados 83 óbitos infantis por causas externas. Destes, 64 foram investigados pela vigilância do óbito infantil. Dos óbitos infantis por causa externas investigados, a maior concentração deu-se em crianças de mães com mais de 20 anos de idade. O maior número de nascimento se deu na faixa etária superior aos 20 anos, o que explica o resultado encontrado. Além disso, nos últimos anos, há uma maior inserção da mulher no ambiente escolar e profissional. Com maior renda e maior instrução educacional, observa-se uma redução da gestação entre as adolescentes. Entre os achados dessa pesquisa, observou-se maior periodicidade de óbitos entre os bebês de mães com 8 ou mais anos de estudo. Nas últimas décadas houve uma expansão e melhoria no processo educacional e, conseqüentemente, maior escolarização das sociedades corroborando ao resultado encontrado. Baixos níveis educacionais maternos aumentam o risco para lesão por causa externa. A maior parte das mulheres possuíam 2 ou mais filhos vivos. Uma pesquisa realizada Passo Fundo - RS relatou que a quantidade de filhos vivos é um determinante de risco para óbito infantil em geral. Os lares com maior quantidade de crianças diminuem a vigilância dos genitores sobre as mesmas, assim podem potencializar lesões por causas externas. Nesse estudo, o sexo masculino foi predominante nos óbitos infantis por causa externa entre os menores de um ano. Atribui-se essa predominância a diferenças comportamentais de cada sexo e aos fatores culturais que determinam maior vigilância sobre as meninas. Além disso, sugere-se que o indivíduo do sexo masculino possui maior perímetro cefálico o que ocasiona maior desequilíbrio corporal no início dos seus movimentos motores e conseqüentemente maior risco a queda. A raça/cor preta apresentou destaque nos óbitos de menores de 1 ano. Atribuem a raça/cor preta como detentora de maior risco ao óbito infantil em geral. No entanto, a raça/cor em si não é um fator de risco, e sim a inserção social adversa de um grupo racial/étnico constitui característica de vulnerabilidade. Os óbitos, agruparam-se no período pós-neonatal e ocorreram, em sua maioria, no ambiente hospitalar. Resultado semelhante ao descrito numa pesquisa realizada nos Estados Unidos. Atribui-se ao fato de, no período pós-neonatal, a criança apresentar maior desenvolvimento motor, com início de maiores movimentos corporais, sujeitando-os a lesões decorrentes de acidentes. Além disso, é



é nesse período que se inicia a introdução alimentar e os maiores riscos a acidentes envolvendo a inalação do conteúdo gástrico ou corpo estranho. A inalação do conteúdo gástrico, na própria residência foi a principal causa de óbito nesse estudo. Autores abordaram os desfechos associados à sufocação como a causa externa mais comum de óbito infantil. A introdução alimentar e interrupção da amamentação exclusiva contribuem para a maior ocorrência de óbitos infantis decorrentes de broncoaspiração. Verifica-se que, devido a criança não possuir a dentição posterior completa, dificulta o ato de mastigar e engolir, aumentando o risco de broncoaspiração. Na investigação, foram identificados problemas como os relacionados às dificuldades das famílias em acesso e assistência aos serviços de saúde, incluindo a assistência ao pré-natal. Problemas na organização dos sistemas/serviços de saúde como a falta de cobertura da atenção primária também foi observado. A descrição dos problemas evidenciados pode contribuir para redução dos óbitos infantis por causa externa decorrentes de falhas no acesso e na assistência à saúde. De acordo com a lista de causas de morte evitável, os óbitos por causa externa deste estudo foram descritos, em quase sua totalidade, como evitáveis. Para que seja possível alcançar maiores decréscimos no coeficiente de mortalidade infantil, torna-se fundamental identificar os principais aspectos de causas de morte e potencial de redução e evitabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, enquanto menor o coeficiente de mortalidade infantil, maiores são as dificuldade encontradas para a continuidade de sua redução. As mortes infantis por causas externas podem representar um empecilho na diminuição da mortalidade infantil em geral. A análise descritiva das características dos óbitos infantil por causa externa, representa uma oportunidade para o desenvolvimento de políticas efetivas de caráter preventivo, feitas segundo a multiplicidade de fatores que o determinam o risco de morte por causa externa entre os menores de um ano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente ao CIEG por todo o suporte, e por fim, à orientação e investimento da professora Cristine Vieira Bonfim.

REFERÊNCIAS

- ABIB, Simone de Campos Vieira et al. Unintentional pediatric injuries in São Paulo. How often is it severe?. *Acta cirurgica brasileira*, v. 32, n. 7, p. 587-598, 2017.
- BRITO, S.S et al. Analysis of the spatial distribution of infant mortality cases. *Journal Nursing UFPE On Line*, Recife, v. 9, n. 7, p. 8561-8567, 2015.
- DOMBROWSKI, J. G. et al. Effectiveness of the Live Births Information System in the Far Western Brazilian Amazon. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n.4, p. 1245-1254, 2015.
- FERNANDES, Heloisa Regina. Preditores clínicos do risco de broncoaspiração em crianças com cardiopatias



congênitas. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MELO, C. M. et al. Vigilância do óbito como indicador da qualidade da atenção à saúde da mulher e da criança. **Ciencia & Saúde Coletiva**, {s.l.}, v. 22, n. 10, p. 3457-3465, out. 2017.

SON, Mia; AN, Soo-Jeong; KIM, Young-Ju. Trends of Social Inequalities in the Specific Causes of Infant Mortality in a Nationwide Birth Cohort in Korea, 1995–2009. **Journal of Korean medical science**, v. 32, n. 9, p. 1401-1414, 2017.

WAQAS, Muhammad; JOOMA, Rashid. Unintentional head injury in children less than 3 years of age: an insight into safety practices in a developing country. **Pediatric neurosurgery**, v. 52, n. 5, p. 306-312, 2017.



O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Irene Adryane Marciano da Silva¹; Henrique Guimarães Coutinho²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail: ireneadryane12@gmail.com, ²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES no Centro de Estudos de Cultura Identidade e Memória - CECIM; e-mail: henrique.guimaraes@fundaj.gov.br

RESUMO: O estudo trata sobre os conceitos de representatividade e participação social exercido/a pelos/as Presidentes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - CACS/ FUNDEB - nos municípios do Nordeste, considerando o contexto da gestão democrática. Com o intuito de observar concepções relativas à representação e participação social através de sua atuação em seus respectivos segmentos. Busca-se analisar a execução, estrutura e funcionamento desses Conselhos a partir da gestão desses e dessas presidentes por meio de uma análise bibliográfica e das entrevistas realizadas a partir da pesquisa elaborada pela Fundaj em 2014, “Avaliação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb – em municípios do Nordeste”, os resultados obtidos demonstram vários desafios de representação, tanto internos quanto externos, presentes nesses contextos demonstrando tanto sua importância em relação aos repasses da educação municipal quanto a necessidade de efetiva autonomia.

Palavras-chave: Conselhos do Fundeb; gestão democrática; participação social; sociologia da educação;

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988 foi possível construir diversas políticas públicas e, entre elas, educacionais que proporcionaram maior participação da sociedade, como exposto no Artigo 205: “a educação [...] será promovida e incentivada (pelo Estado) com a colaboração da sociedade [...] para o exercício da cidadania [...]” [grifo meu], que institucionaliza garantias referentes a uma educação de qualidade e gratuita, além do tratamento da educação como um direito público subjetivo, responsabilizando o Estado pelo seu não oferecimento. Segundo Davies (2006), o Fundeb surge como uma continuação do Fundef, abrangendo toda a educação básica, diferentemente de seu antecessor que abarcava apenas o ensino fundamental. O Fundeb, por sua vez, considera todas as etapas da educação básica - a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio - e modifica algumas disposições relativas ao repasse de impostos, considerando também os de âmbito municipal, expandindo a quantidade de matrículas a serem atingidas. Nesse sentido, os governos possuem ganhos específicos com o objetivo no combate ao



analfabetismo e o analfabetismo funcional e sua continuidade depende, agora, dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social - os CACS do Fundeb. Nesse sentido surge a principal questão, com um grande número de vozes e de interesses, faz-se necessária a representação nesses espaços, com o objetivo de trazer para a discussão as pautas dos segmentos representados nesses conselhos (Serafim e Santos, 2009). No entanto, como visto a partir das entrevistas, encara-se um grande processo de baixa representação, ou mesmo sua ausência nas esferas locais que podem deslegitimar e enfraquecer seu papel de atuação, como se a construção das políticas não viesse contemplar as reais necessidades dos segmentos representados (Cury, 2011). A partir disso, busca-se analisar as concepções desses e dessas presidentes para, mediante as questões mostradas, observar os desafios e as características de representatividade nos Conselhos do Fundeb em Municípios do Nordeste.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, buscando observar as formas de funcionamento e estrutura dos Conselhos e as noções de seus representantes em relação aos conceitos de representatividade e a participação social. Para isso foi realizada uma análise bibliográfica sobre a temática, incluindo seus contextos históricos e de discussões epistemológicas fundamentadas a partir dos anos de 1980, principalmente, e que influenciaram a formação de novos contextos de produção e de saberes baseados em uma perspectiva neoliberal e industrial, sendo também passíveis de uma análise crítica neste trabalho. O que justifica essa escolha teórica são os diversos escritos sobre o tema a partir de especialistas considerando tanto a perspectiva histórica, quanto às formas de gestão pública e suas abordagens pedagógicas. As diretrizes que amparam as medidas direcionadas à formação na educação básica e a análise documental sobre a legislação do Fundeb e a Gestão Democrática da Educação foram constantemente utilizadas e revisadas. Também foram teoricamente analisados os conceitos de “Gestão Democrática” e “Participação Social” por meio de entrevistas realizadas com os Presidentes dos Conselhos do Fundeb das 9 capitais do Nordeste e de 9 cidades de pequeno porte de cada estado da região. Este estudo é parte integrante do projeto desenvolvido pela Fundaj/Dipes de realizada em 2014. A técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977) foi utilizada como método de estudos das entrevistas realizadas com os presidentes dos Conselhos dos CACS do Fundeb, sendo a base de dados principal que direcionou as noções dos conceitos pesquisados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Cury (2010) ressalta três princípios fundamentais do que deve ser a gestão democrática na educação e para a sua efetividade enquanto direito da população: participação da sociedade, transparência nas ações e alocações de recursos públicos, e; a descentralização administrativa. Logo, além de estar presente em todas as esferas do ensino por norma jurídica, também o deve do ponto de vista pedagógico.

Essas diretrizes demonstram-se, explicitamente, necessárias quando considerado o contexto brasileiro, pois algumas razões históricas justificam a importância de uma gestão mais democrática na busca de superar



alguns desafios.

O perfil dos indivíduos entrevistados, bem como suas formações e tempo como participantes dos Conselhos nos permite afirmar que possuem um conhecimento prévio mínimo sobre questões relativas à educação para a atuação nos conselhos, principalmente em atividades como as de presidentes. Nesse cargo é possível ver uma predominância de professores e atuantes em sindicatos, tendo em um dos municípios um diretor de escola e uma estudante do EJA.

Em relação aos dados relacionados à atuação dos segmentos representados nos Conselhos do Fundeb (no exercício da presidência). Destacamos em dados percentuais que o segmento de professores como presidentes dos conselhos, equivale a 50% da representação, sendo seguidos pelos segmentos dos pais, com 20% e respectivamente o segmento dos alunos e diretores 10%.

Sobre suas atuações, oito afirmaram atuar em sindicatos, onde nove já foram conselheiros e dois já atuaram em conselhos de saúde. Apesar disso, não se percebe uma articulação estruturada do CACs do Fundeb com Conselho Municipal de Educação em relação à regulamentação e reconhecimento de pautas de outros segmentos da sociedade. Um dos exemplos desse descaso é o próprio Fundeb não possuir coisas básicas relativas à sua estrutura, como uma sala própria de reuniões, telefones e computadores.

Quando consideradas questões de estrutura, esses conselhos também não possuem recurso próprio, ou seja, não estão disponíveis materiais para a realização de seus trabalhos, como: computadores, impressoras ou mesmo transporte para a locomoção dos membros para as reuniões. Com isso, os representantes de segmentos que estão sendo representados - como é o caso dos pais de alunos e estudantes das escolas da rede municipal - ficam em evidente posição de desigualdade de oportunidades de acesso entre representantes da sociedade civil e os representantes do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o surgimento tensionamentos e desafios torna-se uma realidade quando considerada sua relação dos conselheiros com a gestão municipal, pois o conselho além de estabelecer uma função fiscalizadora, irá necessitar de novas práticas de representação. Ou seja, isso significa que ainda dentro desse sistema de participação direta, é necessário que os segmentos se dividam entre aqueles que são representados e aqueles que representam (PATEMAN, 1992). Além disso, mostra-se de grande necessidade uma capacitação continuada para atuação nesses espaços, mais diálogo com a população e divulgação dos resultados.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a mediação de alguns apoiadores e apoiadoras. Por isso quero agradecer as pessoas e organizações que contribuíram para que fosse possível a finalização desse Projeto de Iniciação Científica - PIBIC, intitulado “O funcionamento dos Conselhos do Fundeb em Municípios de Pernambuco: um estudo sobre representatividade dos Conselheiros no contexto da Gestão Democrática da Educação” que faz parte da pesquisa da Fundaj, “Avaliação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle



Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Nordeste”.

Deste modo, agradeço primeiramente à instituição de ensino da qual faço parte, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, e seus docentes, que contribuem diretamente para minha formação; à Fundação Joaquim Nabuco, pelo incentivo à pesquisa através de programas que tornam possível seu exercício na graduação, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, com o incentivo financeiro no qual possibilitou o desenvolvimento e aprendizado necessários ao estudo, observação e análise científica, contribuindo para uma maior qualidade do trabalho.

Por fim, agradeço ao proponente deste projeto, Henrique Guimarães Coutinho DIPES/ CECIM - FUNDAJ e, em especial, à Ana de Fátima Souza Abranches DIPES/ CECIM - FUNDAJ, pelo constante apoio e predisposição em ajudar no que fosse possível. Também à todas e todos os funcionários e assistentes dessas instituições, que sempre puderam me informar e resolver questões burocráticas, de documentação e estruturais para que pudesse realizar este objetivo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. L., Implicações da nova lógica de ação do Estado para a Educação Municipal, In: Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/ 2002 p.49-71
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBD. . In: Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2010
- _____. Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. . In: Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2010
- CURY, Carlos R. Jamil. A Questão federativa e a educação escolar. IN: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010
- DAVIES, Nicholas. Fundeb: a redenção da educação básica? Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 753-774, out, 2006
- EVANGELISTA, Olinda, MORAES, Maria C. M. de, SHIROMA, Eneida O., Política Educacional, Rio de Janeiro, DP&A, 2000
- FRANCO. Maria L. P. B., Análise de conteúdo, Brasília, 2ª ed. Liber Livro Editora, 2005
- GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- GOHN, M. G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed, São Paulo, Editora Cortez, 2007 Pg. 99 - 106
- RIBEIRO, Wanderley. Municipalização: os conselhos municipais de educação, Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2004 Pg. 15-38

CÁRIA, Neide P, SANTOS, Mileide P., Gestão Democrática na escola: limites e desafios, In: Regae: Revista de Gestão Avaliativa Educacional, v. 3, n. 6, Jul./ Dez. 2014 Pg. 27-41

TROJAN, Rose M. Educação Comparada: considerações teórico - metodológicas no contexto da globalização, Universidade Federal do Paraná, 2009



O TRABALHO DOCENTE, A PESQUISA E A INOVAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Isadora Lóssio Lubambo do Rêgo Barros¹, Darcilene Cláudio Gomes².

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; e-mail:

isadoralubambo@gmail.com, ²Pesquisadora na Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj e-mail: darcilene.gomes@gmail.com.

RESUMO: O presente trabalho visa compreender quanto aos objetivos e finalidades dos Institutos Federais com relação à pesquisa aplicada e apoio ao desenvolvimento local, a partir da Inserção dos docentes do Instituto Federal de Pernambuco no sistema de pesquisa e inovação do estado, com base na contribuição destes nos grupos de pesquisas. Quanto ao objetivo da pesquisa é do tipo descritiva, para a análise foi utilizado a base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq), onde se pode observar, por exemplo, o número de pesquisadores e estudantes segundo a titulação; número de publicações; Grande área dos grupos, entre outros. Além de descrever o perfil socioeconômico dos docentes; a estrutura dos IFPE por campi e os Municípios sede desses campi, buscando então, relacionar esses fatores. Foi possível observar que os grupos de pesquisa não são muito significativos dentro dos IFPE. É exígua a quantidade de grupos com alguma parceria com Empresas e as parcerias envolvem limitações geográficas e financeiras.

Palavras-chave: Pesquisa e Inovação, Docentes, Instituto Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A criação dos Institutos Federais (IFs) esteve relacionada com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), ocorrida nos anos 2000. Os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Com exceção aos do Rio de Janeiro-RJ e Minas Gerais-MG, as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas a Universidades foram transformadas em IFs.

Dentre os objetivos e finalidades dos IFs, destaca-se o compromisso com a pesquisa e o desenvolvimento local. Segundo a seção III do Art. 7º inciso III da Lei Federal Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, a finalidade atribuída aos IFs é a de “Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. O que difere do tipo de pesquisa das Universidades, que é a de produção de “papers”.

É notória a importância dos docentes no tocante a efetivação dos objetivos e finalidades que são responsabilidades dos IFs, principalmente no que diz respeito à pesquisa aplicada. Porém, ainda são escassos os estudos que visam analisar qualitativa e quantitativamente essas questões. Por isso o intuito da pesquisa é revelar as significativas atuações dos docentes do IFs para identificarmos os pontos de melhoria e relevância no ensino para as comunidades.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa terá como procedimento metodológico abordagem quantitativa. A respeito do seu objetivo é do tipo descritiva. Foram usados como procedimentos metodológicos 1) levantamento bibliográfico; 2) análise de dados de questionários respondidos eletronicamente; 3) dados em bases secundárias (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) como a do DGP/CNPq.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Para a análise e compreensão a respeito da efetivação dos compromissos dos IFs, especificamente no que diz respeito à pesquisa aplicada e desenvolvimento local, fez-se necessário avaliar a relação dos docentes do IFPE com os grupos de pesquisa, como também a relação desses grupos de pesquisa com empresas, além de outros fatores igualmente importantes.

Existe um total de 120 grupos de pesquisa espalhados pelo IFPE, com 468 membros – média de 3,9 membros por grupo. A maioria dos grupos apresenta uma grande quantidade de pesquisadores com mestrado, o que reflete na titulação dos docentes que lecionam nos IFPE - Obtêm-se os valores de 44,2% de grupos que reúnem de zero a dois pesquisadores mestres, 37,5% possuem de três a cinco, 10% de seis a sete e 8,3% detêm oito ou mais. A respeito das relações com outras instituições, três em cada dez grupos mantém esse vínculo, o que é relativamente pouco tendo em vista a quantidade de grupos existentes. Essas parcerias Instituições – Empresas são restritas ao entorno geográfico, no caso do IFPE, à região Nordeste. Quanto aos recursos financeiros, a maioria das parcerias não envolve transparência, ou seja, uma das principais formas de estimular o desenvolvimento das pesquisas, que é o recebimento de recursos para a realização delas, não é devidamente instituído. Quanto às publicações, elas existem, mas o número não é tão relevante - O maior número de grupos aparece na faixa de uma a quatro do total de publicações, 25% em 2014, 23,4% em 2015 e 25,9% em 2016 - O que significa dizer que os grupos de pesquisa dos IFPE não tem tanta expressão tanto no tocante a pesquisa aplicada e desenvolvimento local, quanto no que se refere à produção de “papers”. A estrutura dos IFPE são relativamente adequadas, especialmente no campus Recife. Porém, as instalações de alguns cursos ainda são provisórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que difere a pesquisa nos IFs em relação a das Universidades Federais é o direcionamento para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento local. O que se pode observar com os dados extraídos do DGP/CNPq é que o número de publicações não é tão significativo - o maior número de grupos aparece na faixa de uma a quatro do total de publicações, 25% em 2014, 23,4% em 2015 e 25,9% em 2016. Poucos grupos possuem parcerias com outras instituições (três em cada dez), essa relação é restrita ao entorno geográfico e a maioria não indica transparência referente aos recursos financeiros.

AGRADECIMENTOS

Ao programa PIBIC pelo financiamento do projeto de pesquisa, à Fundaj pela concessão da bolsa de Iniciação



Científica e a pesquisadora Darcilene C. Gomes, pelo suporte durante a execução do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Dez de 2008. Institui a Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm?fbclid=IwAR36fafjik34eGo2r2jJGAmzLxQsvr1DMMKksCjzPu1UsSGt5nw5vDENWqg>. (Acesso em: 19 Dez. 2018).
- DIAS, A. et al. Impulsionando a Inovação à consolidação da rede que conhece o nosso chão, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Recife, Fundaj, 2016.
- DGP/CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científicos e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. 2016.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metódos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- GOMES, C. D.; VASCONCELLOS, I.; MORETTO, A. Considerações Sobre o Trabalho Docente, a Pesquisa e a Inovação nos Institutos Federais. **Anais do XII Seminário Internacional de La Red Estrado**, Lima, Perú, 2018.
- GOMES, D. C. A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2016. (Projeto de Pesquisa).
- GOMES, D. C.; SORIA, S.; TROPIA, P. VASCONCELLOS, I.; MELO, B. R. A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos docentes. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2018. (Relatório de pesquisa v. 1).
- SETEC/MEC. Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, Secretaria de Educação profissional e Tecnológica/ Ministério da Educação, 2018.



JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO SOB AS PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PERNAMBUCO

Ivo Pereira Neto¹; Túlio Velho Barreto²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: ivopereiraneto8@gmail.com , ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES, CECIM; e-mail: tulio.araujo@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho busca, através de uma pesquisa qualitativa, compreender a participação política dos jovens, em especial as ocupações escolares ocorridas em 2016, sob a perspectiva dos professores da área de sociologia de Pernambuco. Procura ainda compreender a perspectiva deles a respeito da participação juvenil, das ocupações das escolas, e dos movimentos atuais. A partir de entrevistas semi-estruturadas feitas com professores de sociologia, foi construído uma visão dos professores a respeito das formas de mobilização dos estudantes na atualidade, e suas transformações e impactos sociais. Assim, em alguma medida, pode-se apreender a percepção destes acerca da participação política dos jovens dentro e fora do contexto escolar.

Palavras Chaves: Participação Política, Juventude, Ocupações Escolares

INTRODUÇÃO

A partir de fenômenos como as “Jornadas de junho de 2013”, as mobilizações de 2016 contra a PEC 241/55 do teto de gastos, que culminaram no processo de ocupações das escolas e universidades, e atualmente das mobilizações políticas contra o contingenciamento de verbas na educação, grupos políticos têm cada vez mais procurado novas formas de se mobilizar, como a ocupação das ruas e dos espaços público em atos com pautas envolvendo críticas ao sistema político e econômico nacional, demandas por direitos e políticas públicas, intensificando o debate político-ideológico.

Tendo como momentos paradigmáticos as ocupações das escolas de rede estadual em São Paulo, em 2015, em resposta ao projeto de reorganização escolar imposto sem diálogo pelo governo daquele estado, e as ocupações de 2016, onde a pauta foi a luta contra a PEC 241, o movimento estudantil tem se mobilizado e ganho coesão e apoio em diversas camadas da sociedade.

Nesse contexto, os movimentos de ocupação se encontram no bojo das novas formas de participação política. A forma como foram desenvolvidas as ocupações no Brasil têm semelhanças com as manifestações que ocorreram em todo mundo nessa década. As manifestações na Islândia, Espanha e Tunísia se orquestraram de uma forma não hierarquizada, diferente da forma convencional partidária. Busca-se nesses movimentos uma multiplicidade de vozes, que caracterizam as formas de participação política da década de 1980 para até os dias atuais. (CASTELLS, 2013; CASTRO ABRAMOVAY, 2009).

O foco da pesquisa, cujo esse resumo é fruto, se pauta no protagonismo dos jovens segundo a perspectiva

dos professores de sociologia em atividade ou licenciado de escolas de ensino médio na Região Metropolitana do Recife (RMR), mais especificamente os secundaristas, envolvidos nesses movimentos políticos, tendo como principal evento as ocupações de escolas. Esse movimento foi uma ação coletiva de resistência política dos secundaristas contra a redução de investimentos nas áreas de educação e saúde, e também à reforma do Ensino Médio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

I. Pesquisa qualitativa que utilizou como ferramenta de pesquisa a realização de entrevistas semi-estruturadas com docentes de sociologia em escolas de nível médio públicas e privadas da RMR;

II. Coleta, análise e sistematização de informações bibliográficas, de diferentes fontes, a respeito da temática de pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A partir de sete entrevistas com professores de sociologia que lecionam em escolas de ensino médio na RMR, ou encontram-se, no momento, licenciados, foi possível ter um panorama dos professores sobre a temática da participação política e juventude. O roteiro semi-estruturado foi dividido em três blocos, com perguntas que visavam atender às seguintes questões: primeiro, identificar suas percepções acerca da juventude e suas formas de participação política; segundo, acerca dos fenômenos recentes que têm contado com a participação de jovens, dando ênfase às ocupações das escolas em 2016; terceiro, compreender como os professores abordam essa temática dentro de sala de aula.

Os professores em geral notaram uma mudança na forma da participação política dos jovens, diferentemente do senso comum, que coloca o jovem da atualidade como um sujeito apático politicamente. Como pudemos inferir da leitura de bibliografia recente específica sobre o tema, os professores visualizam o jovem atual como um sujeito político diferenciado do jovem de sua geração. Um professor, por exemplo, afirmou que a juventude atual tem buscado uma desvinculação das estruturas hierarquizadas, que são visualizadas nas estruturas partidárias, procurando uma forma de fazer política mais dinâmica e que permita sua participação mais efetiva no processo de criação de pautas e nas decisões políticas.

Na perspectiva dos professores, nota-se uma maior mobilização dos estudantes nos últimos anos, principalmente no tocante a pauta da educação, sendo enfatizado a internet como potencializador instrumento de engajamento. A cultura é colocada, por outra professora, também como uma forma de participação política juvenil, identificando, mais especificamente, a música também como forma de protesto.

Segundo os professores, a participação política juvenil tem tido uma ressonância muito forte com a situação política atual, onde os ataques constantes à educação provoca uma pauta em defesa da juventude, desaguando nas mobilizações que ocorreram nos últimos três anos, como as passeatas realizadas em maio

e junho de 2019. Estas são vistas pelos professores como marcos de que a juventude está atuando fortemente nas questões sociais brasileiras, com um maior foco nas pautas ligadas à política identitária e nas questões relacionadas à sua realidade.

Todos os entrevistados visualizaram positivamente o processo de ocupação das escolas, ocorrido em 2016 durante a tramitação da PEC 241, enfatizando a importância da organização e mobilização juvenil, reafirmando como foi dito anteriormente, a presença intensa da juventude nas lutas políticas e no processo em defesa da educação.

Em consonância com a literatura, os professores enfatizaram a politização dos estudantes atualmente, rejeitando o estigma apontado por muitos de que a juventude tornou-se apática a questões política. Na contramão desta perspectiva, a juventude têm se tornado cada vez mais politizada e, com o acesso mais imediato e fácil a informações, têm buscado cada vez mais conhecimento, sempre se mantendo atualizados a respeito das temáticas da atualidade. (CASTELLS, 2013; CASTRO ABRAMOVAY, 2009)

Movimentos como as Jornadas de Junho de 2019 e as manifestações que ocorreram este ano são provas de que há uma forte politização dessa juventude, que se mostrou com grande força em ambas as manifestações, com ideias mais plurais nas Jornadas e com uma maior unidade nas manifestações recentes, visto a pauta em comum que abraçou. Nota-se que o enfrentamento político e a maior criticidade apontados pelos professores são concretizados nesses fenômenos protagonizados por esses jovens. (ZAIDAN FILHO, 2014; PINASSI, 2014)

No que diz respeito à sala de aula, a abordagem mais utilizada pelos professores para falar de participação política e juventude com os estudantes são os movimentos sociais, democracia e cidadania. A partir da noção de movimentos social se entende os agrupamentos organizados que demandam políticas públicas e atenção do Estado, dentre eles encontra-se o movimento estudantil. A partir da discussão sobre democracia, tem-se a perspectiva da participação política, que é variada e abrange as manifestações de rua que têm ocorrido com frequência desde as Jornadas de Junho de 2013 até a atualidade. No âmbito da discussão de cidadania entra também a questão dos direitos políticos, que implicam no direito de mobilização e crítica.

Quanto à forma de abordagem, a maioria dos professores prefere colocar em debate essas temáticas, buscando que os estudantes falem sua visão sobre os fenômenos abordados, para que estes sejam discutidos. Vários professores enfatizaram a capacidade dos estudantes de trazer informações atualizadas e de se manterem informados sobre o que acontece, fazendo com que o debate em sala de aula seja intenso. Outras abordagens foram listadas também, como jogos pedagógicos e a presença de pessoas de fora da escola para dar relatos de experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados da pesquisa nota-se que os professores entrevistados têm a percepção e perspectiva de que tem havido uma maior politização dos jovens na conjuntura atual, onde existe uma maior procura dos estudantes pelos assuntos ligados à política e, principalmente, à participação política. As ocupações de escolas têm sido vistas como positivas pelos professores de sociologia entrevistados, que têm trabalhado



o tema em sala de aula. Apontaram, no entanto, que há discordâncias entre os estudantes quanto ao método e eficácia das ocupações, porém há grande adesão às pautas defendidas e às razões delas existirem. Durante as aulas, segundo diversas narrativas, há uma grande adesão dos jovens a uma perspectiva positiva das ocupações e das mobilizações em curso atualmente.

As entrevistas se deram entre os meses de junho e julho com professores e professoras de sociologia da Região Metropolitana do Recife, tanto de escolas públicas quanto escolas privadas, ao todo foram sete entrevistas, com quatro mulheres e três homens, onde cada um/uma abordou acerca da temática “participação política e juventude”, dos movimento de ocupação e da mobilização política juvenil, e sobre a forma eles, professores, têm lidado com a participação política juvenil dentro de sala de aula. O roteiro semi-estruturado foi utilizado como ponto de partida para nortear a entrevista com esses professores e buscou-se diversificar a escolha dos professores segundo o sexo, a natureza da escola em que trabalha ou da qual está licenciado, e se buscou professores com o perfil e as características apropriadas para que, assim, pudessem contribuir com suas narrativas e observações no tratamento da temática pesquisada. Assim, as entrevistas propiciaram elaborar um panorama, ainda que com as limitações de uma iniciação científica, da percepção dos professores de sociologia a respeito da participação política juvenil a partir das mobilizações que ocorrem atualmente e daquelas que ocorreram nos últimos anos, priorizando as ocupações das escolas. Com os dados analisado pode-se notar a percepção desses docentes a respeito da juventude, mostrando que os jovens têm buscado se mobilizar, que estão atualizados sobre temas relativos à política e têm procurado, de forma cada vez mais intensa, debater em sala de aula as temáticas ligadas ao mundo da política.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundaj e ao CNPq pela oportunidade de fazer esse trabalho, a todos os envolvidos no PIBIC-Fundaj, em especial ao orientador Túlio Velho Barreto, e aos professores de sociologia entrevistados. Todos foram de extrema importância para a efetivação da pesquisa e ao andamento positivo dessa bolsa.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.
- PINASSI, Maria Orlanda. Da democracia formal à radical. In :GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife. Ed do Organizador, 2014.
- ZAIDAN FILHO, Michel. Perguntas e respostas sobre o movimento das ruas. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife. Ed do Organizador, 2014.



O IMAGINÁRIO NACIONAL SOBRE OS POVOS INDÍGENAS: UMA REVISÃO DAS PESQUISAS, ARTIGOS E ESTUDOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS, REVISTAS, LIVROS E EDIÇÕES DA FUNDAJ

Julya Carolina Souza Vasconcelos¹; Mauricio Antunes Tavares²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História – CFCH/UFPE; e-mail: julyavasconcelos@outlook.com; ²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/Coordenação; e-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

RESUMO: Na busca de entender o imaginário nacional sobre os povos indígenas, a pesquisa teve por objetivo identificar, nos acervos de publicação da FUNDAJ, quais as visões e interpretações sobre o “ser índio” que circulava no contexto institucional. A pesquisa partiu de uma consultoria intitulada “Fortalecimento da capacidade institucional da Fundação Joaquim Nabuco nas ações de internacionalização” do historiador e antropólogo, Alexandre Gomes, que consistiu em levantar dados de publicações referentes a temática indígena e a afro-brasileira, a partir de palavras chaves como “povos indígenas”, “índios”, “nativos”, “aborígenes”. Os procedimentos metodológicos foram baseados a partir de leituras de bibliografia específica sobre povos indígenas, aprofundamento do produto da consultoria, análise dos artigos publicados nos periódicos da instituição, além de entrevistas com pesquisadores. Foi-se constatado um número pequeno de artigos a respeito da temática, tal como uma certa invisibilidade da questão no meio institucional e uma falta de incentivo a publicações nos periódicos desta natureza.

Palavras-chave: Artigos; Fundaj; Periódicos; Povos indígenas.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas no Brasil tornaram-se centro de debates acadêmicos a partir das suas mobilizações as demandas políticas. A construção da visão atual sobre os indígenas foi sendo arquitetada desde a invasão dos portugueses no Brasil no século XVI e acentuada no século XIX, quando, segundo Silva (2015), se projetou, no imaginário da população brasileira, uma imagem idealizada sobre os índios, que influenciou na criação de categorias e classificações de quem é índio e quem não é, até os dias atuais.

A pesquisa partiu de uma consultoria intitulada “Fortalecimento da capacidade institucional da Fundação Joaquim Nabuco nas ações de internacionalização” do historiador e antropólogo, Alexandre Gomes, que consistiu em levantar dados de publicações referentes a temática indígena e a afro-brasileira, a partir de palavras chaves como “povos indígenas”, “índios”, “nativos”, “aborígenes”. Tornou-se necessário, devido a elevada quantidade de documentação do acervo, um recorte, restringindo-se apenas as revistas da instituição, afim de garantir uma análise mais pontual dos documentos. Foram elencados 6 periódicos.

A Revista Coletiva data sua primeira edição do ano 2010. Possui um caráter quadrimestral e temático com as 21 edições on-line, sendo 4 anuais, editada pelos pesquisadores Alexandre Zarias, Allan Monteiro e Pedro



Castelo Branco da Silveira, este como editor chefe. A Revista Ciência e Trópico caracteriza-se por ser um dos mais antigos periódicos operantes no Brasil com data de estreia em 1973 pelo sociólogo Gilberto Freyre; apresenta um caráter semestral e interdisciplinar com 83 edições, 2 volumes por anos, disponíveis on-line, sendo que a editoria está a cargo da pesquisadora Alexandrina Sobreira de Moura.

A Revista Cadernos de Estudos Sociais tem como objetivo publicar trabalhos de pesquisa do Brasil e do exterior, com publicações semestrais. A revista debate temas atuais da sociedade, seja por discussões teóricos-metodológicos, seja por resultados de pesquisas fundamentados teórico e metodologicamente, resenhas e notas de pesquisas, como afirma o produto da consultoria do professor Alexandre Gomes. Atualmente a revista é editada por uma Comissão Editorial formada pelas pesquisadoras Beatriz Mesquita Pedrosa, Diogo Henrique Helal e Patrícia Maria Uchôa Simões.

A Revista Horizontes LatinoAmericanos foi criada em 2013 é a Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educacional com produção editorial realizada pela Editora Massangana. Se caracteriza por ser um periódico multidisciplinar nas áreas de humanidades e ciências sociais. Esse projeto editorial foi interrompido por questões políticas institucionais e também em função do esvaziamento do MERCOSUL pelos governos recentes.

A Séries Textos para Discussão – TPD, criada em 1981, com o objetivo de publicar trabalhos resultantes de pesquisas e atividades científicas desenvolvidas pela Fundaj. Foi retirada das análises por não possuir nenhum artigo que trate da temática indígena. O Memória Editorial Fundação Joaquim Nabuco 1999-2008 é um catálogo organizado pelas bibliotecárias da instituição Lúcia Freitas e Nádja Tenório e integra o conjunto de ações comemorativas da Fundaj.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização da pesquisa foi fundamentada em leituras bibliográficas específicas sobre as construções dos conhecimentos científicos relacionados aos índios/povos indígenas brasileiros, como Manuela Carneiro da Cunha (1992, 2009), Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1978), João Pacheco de Oliveira (1999, 2011) e John M. Monteiro (1996). Após a primeira fase da pesquisa bibliográfica o trabalho permeou em um aprofundamento nos levantamentos já realizados no acervo da Fundaj, especialmente o resultado do PRODOC Fundaj/Unesco 2017-18, no âmbito do “Projeto de Fortalecimento da capacidade institucional da Fundação Joaquim Nabuco nas ações de internacionalização”. A pesquisa consistiu em análise de revisão bibliográfica do acervo da Fundaj, especificamente a do CEHIBRA (Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade). A partir do resultado da leitura do produto da consultoria, responsável pelo ponto inicial da pesquisa, a orientação foi recortar para as revistas que compõem o acervo, são elas: Revista Coletiva, Revista Ciência e Trópico, Revista Cadernos de Estudos Sociais, Revista Horizontes LatinoAmericanos, Séries Textos para Discussões TPD e o catálogo Memória Editorial Fundação Joaquim Nabuco 1999-2008 contabilizando no total de 42 artigos e 3 livros com a temática indígena inserida no corpo do texto e presente on-line.



RESULTADOS

Pôde-se constatar três pontos principais: uma invisibilidade e/ou uma falta de incentivo da temática indígena no histórico dos periódicos da instituição, uma disparidade de produção a respeito da temática indígena em relação a temática africana e afro-brasileira e os artigos que tratam a respeito dos povos indígenas, geralmente perpassam o mesmo assunto, deixando de tratar outros.

REVISTA	ANO DE INÍCIO DE ATUAÇÃO	TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS	TEMÁTICA INDÍGENA	TEMÁTICA AFRO E AFRO-BRASILEIRA
Coletiva	2010	161	8	2
Ciência e Trópico	1973	617	16	46
Cadernos de Estudos Sociais	1985	629	9	13

Horizontes LatinoAmericanos	2013	18	1	0
Séries Textos para Discussão - TDP	1981	207	0	2

REVISTA	TEMÁTICA INDÍGENA	TEMÁTICA INDÍGENA MENCIONADA/SECUNDÁRIA
Coletiva	8	2
Ciência e Trópico	16	4
Cadernos de Estudos Sociais	9	1
Horizontes LatinoAmericanos	1	0
Séries Textos para Discussão - TDP	0	0



Os poucos artigos encontrados ainda dividem espaço com os trabalhos publicados que não tem a temática indígena como principal assunto, resultando no número ainda menor de publicações que contemplem a temática indígena.

TEMAS FREQUENTES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA NAS REVISTAS
Direitos
Terras
Demarcação de terras
Índios no Nordeste

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco e a CNPQ pela oportunidade de produção científica e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. "Questão racial e etnicidade". In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) (org) MICELI, S. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- ANDRELLO, Geraldo. Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo, UNESP, 2006.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2009
- GOMES, Alexandre Oliveira. Documento técnico contendo diagnóstico institucional (incluindo legado) e planejamento estratégico para a implementação do NEABI no período 2018-2019 (PRODUTO 2). Recife: Fundaj; Brasília: Unesco; abril 2018, 516 p.
- MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro durante o Império. In: Ricardo Ventura dos Santos; Marcos Chor Maio. (Org.). Raça, Ciência e Sociedade no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996, p. 15-24.



RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Larissa Fernandes Ferreira¹; Edneida Rabêlo Cavalcanti²

¹Estudante do curso de jornalismo – Unicap; e-mail: larissa99fernandes@hotmail.com , ²Pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória – CECIM - da Fundaj; e-mail: edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

RESUMO: A pesquisa busca analisar o processo de comunicação e educação presentes na dinâmica de funcionamento dos Conselhos Gestores em Unidades de Conservação Federais (Resex Acaú-Goiana e APA Costa dos Corais)[São UCs que fazem parte da pesquisa Unidades de Conservação como Lugares Educadores, a qual o presente subprojeto encontra-se relacionado.] em especial os que envolvem o processo de realização das reuniões desses espaços colegiados. Os procedimentos metodológicos utilizados como suporte foram: revisão da literatura sobre os temas da participação e gestão pública, conselho gestor, educação e comunicação em UCs; acompanhamento das reuniões dos Conselhos Gestores da APA e Resex, com base em roteiro de observação e a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos conselheiros, seguido pela interpretação de todo o material, a partir da Análise de Conteúdo (AC). Os principais resultados obtidos do subprojeto apontam que o modelo de governança que inclua a efetiva participação popular é um instrumento fundamental para as Unidades de Conservação. A gestão partilhada, quando posta em prática, possibilita a criação de diálogo entre os diversos segmentos representados nos Conselhos Gestores, trabalhando tensões e conflitos, construindo acordos e soluções que repercutem de maneira positiva no território. Nesse aspecto, as estratégias de comunicação e educação ou a ausência delas, dizem muito no tocante a ganhos ou estagnação nos processos de gestão democrática.

Palavras-chave: Comunicação; Conselho Gestor; Educação Ambiental; Gestão Participativa; Unidade de Conservação.

INTRODUÇÃO

Um dos princípios da gestão participativa é o envolvimento de todos os atores sociais. Ela deve propiciar não apenas o acesso à informação para população, mas também que a mesma possa interagir e ser produtora dessa informação. Nesse sentido, é necessário que haja ambiente de diálogo entre os integrantes do Conselho Gestor, espaço público que incorpora a participação da sociedade como um de seus fundamentos, e desse com os contextos mais ampliados das representações, com a população do entorno e com a sociedade em geral. A perspectiva é a de sair da ideia de convencimento ou conscientização, e caminhar para a construção de conhecimentos necessários à gestão compartilhada das UCs. O relatório final traz os



resultados do que foi desenvolvido no processo do subprojeto que trata da “Relação entre Comunicação e Educação Ambiental na Gestão Participativa de Unidades de Conservação”, no âmbito da pesquisa “Unidades de Conservação como Lugares Educadores”, cujo objetivo geral é o de avaliar UCs como um lugar educador no âmbito das políticas públicas vinculadas à Sustentabilidade a partir da sua inserção na educação formal e não formal. Constituíram-se como objetos de estudo do subprojeto, os Conselhos Gestores da Reserva Extrativista (Resex) Acaú- Goiana e a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, a primeira possuindo Conselho Deliberativo e a segunda o Conselho Consultivo. A Fundação Joaquim Nabuco possui representação nas duas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho caracteriza-se por ser predominantemente de caráter qualitativo, fazendo uso de observação participante e levantamento secundário e direto de informações. No processo de trabalho do subprojeto, foi desenvolvida a revisão bibliográfica de autores que trabalham com a temática de participação e gestão pública, conselho gestor; educação e comunicação em UCs, como, por exemplo, Almeida e Cunha (2011), Alves (2013), Bordenave (2013), Lima (2016), entre outros. O acompanhamento das reuniões dos Conselhos Gestores das duas UCs selecionadas como objeto de estudo, com base em roteiro de observação foi outro instrumento metodológico, assim como a aplicação de entrevista semiestruturada junto aos conselheiros e a interpretação de todo o material a partir da ferramenta de Análise de Conteúdo (AC). Além disso, foram vistos os documentos de convocação e de suporte às reuniões, assim como as atas das mesmas e os mecanismos utilizados para dar visibilidade a todo o processo. Na primeira etapa do projeto foi possível participar de duas reuniões de Conselho, uma na Resex e outra na APA, que aconteceram no ano de 2018. A primeira ocorreu no dia 7 de novembro e foi sediada na Associação das Marisqueiras localizada no município de Pitimbu, já a segunda aconteceu no dia 13 de dezembro, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seccional Alagoas. Na etapa seguinte, houve a participação na capacitação dos conselheiros e na reunião da APA Costa dos Corais, que ocorreram, respectivamente, nos dias 18 e 19 de junho de 2019, no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (CEPENE) – Tamandaré. Nos dias da capacitação e reunião, foram aplicadas, como instrumento de coleta de dados primários, entrevistas semiestruturadas junto a dez dos conselheiros presentes nos respectivos dias e, analisadas posteriormente. A apuração e análise das entrevistas foram feita a partir de uma AC das respostas das questões fechadas e abertas, por entrevistado, que permitiram categorizar e traçar uma linha de raciocínio, a qual foi apresentada nos resultados do presente subprojeto. Para englobar os diversos segmentos existentes no Conselho Gestor da APA, foram entrevistados representantes dos tais setores: Gestão Pública; Pesquisa Científica; Atividade Pesqueira; Atividade Turística; Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária; e Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa. Haveria, também, participação na 21ª reunião do Conselho Deliberativo da Resex, no dia 03/05/19, no SESC Ler Goiana, mas houve adiamento da mesma, por parte da Gestão, sem data prevista.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na primeira etapa dos trabalhos, os resultados obtidos até o relatório parcial foram relacionados às observações feitas a partir de dois aspectos: a) processo de mobilização para a realização das reuniões, disponibilização das convocatórias e das atas em ambiente virtual e b) dinâmica de funcionamento das reuniões, no sentido da pauta, ritual de funcionamento, falas e processos de participação. No primeiro ponto se evidenciou que, para que haja mais possibilidade de participação e controle social é necessário que seja dada visibilidade tanto as convocatórias, com respectivas pautas, assim como as atas e demais documentos que façam parte da dinâmica de funcionamento dos Conselhos Gestores. Nesse ponto, há diversas lacunas nos processos relativos à Resex Acaú-Goiana e já a APA Costa dos Corais consegue estabelecer dinâmicas mais comunicativas e inclusivas. No segundo ponto foi observado que os espaços em que foram sediadas as reuniões possuíam acolhimento adequado, contudo, o processo de organização do espaço na Resex é convencional, no formato auditório, sendo a APA uma construção evidentemente organizada no formato de metodologia participativa. As pautas distribuídas anteriormente foram obedecidas em ambos espaços. Na Resex, apesar de seguirem os temas propostos, há falhas na comunicação entre a gestão e o público, com expressões concretas do segmento dos beneficiários da UC no tocante a não perceberem suas falas, demandas e observações serem consideradas. Já na APA, houve uma diferenciação nessa perspectiva, dado que a gestão foi parabenizada pelos conselheiros, por acolhimento das ideias e pedidos feitos pela população residente através do conselho. No tocante à finalização da reunião, avaliação e encaminhamentos viu-se que, o saldo de ambas foi positivo. Quanto ao encaminhamento, contrariamente à APA, houve relatos, na Resex, de que muitos dos questionamentos não tiveram respostas satisfatórias. Os resultados relativos à segunda etapa da pesquisa estiveram centrados na APA Costa dos Corais já que, por questões relativas a mudanças político-institucionais, não aconteceram outras reuniões do Conselho Gestor na Resex, apesar das iniciativas dos beneficiários, junto a outros representantes da sociedade civil e também setores ligados a pesquisa, de articularem junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio) para que as reuniões acontecessem com a periodicidade prevista no regimento da Resex. Na APA foi possível participar de uma capacitação do Conselho, seguida de reunião ordinária do mesmo. Da aplicação das entrevistas semiestruturadas e sua análise de conteúdo pôde-se perceber que o estímulo da integração entre conselheiros e Conselho, o trabalho reflexivo voltado para suas próprias ações e, também, a troca de experiências partilhadas entre os Conselhos de outras Unidades de Conservação, foram temas levantados e tidos como necessárias para agregarem mudanças construtivas ao Conselho. O processo comunicacional é tido, pelos conselheiros, como um dos fatores mais eficientes existente no Conselho, devido aos envios dos e-mails com atas, documentos e informativos referentes às datas e locais das reuniões, que são mandados sempre dentro dos prazos, para que os conselheiros cheguem, nas reuniões, já informados sobre os assuntos que serão discutidos, cobranças necessárias feitas de modo pontual e, principalmente, a divulgação dos documentos, regimentos e atas no site oficial da APA, que funciona de forma transparente para os usuários que o acessam. Contudo, o exercício de linguagem clara e acessível, do diálogo entre diferentes segmentos e saberes diversos é algo a ser aprimorado internamente e externamente, para que haja um melhor funcionamento na gestão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado ao longo do relatório, a Resex e a APA, escolhidas como objetos de estudo do presente subprojeto, são duas importantes categorias de UC na vertente de uso sustentável, tendo a primeira um Conselho Gestor Deliberativo, mas que tem seu funcionamento comprometido pelas trocas de chefia da UC, lacunas na gestão e formatos de condução verticalizado; já a APA, que possui Conselho Gestor Consultivo, teve seu processo de construção ancorado em pilares de governança e acaba tendo desdobramentos de caráter deliberativo. É necessário que haja processos permanentes de análise sobre a governança nos Conselhos Gestores de UC e isso implica olhar para a existência de estratégias de comunicação e educação nas ações desenvolvidas pelas gestões dessas Áreas Protegidas, envolvendo Conselhos Gestores e sociedade, no sentido de agregar conhecimento e se utilizar cada vez mais de um processo transparente, que seja de fácil acesso e entendimento para o coletivo. A união entre os conselheiros e comunidade gera o fortalecimento da gestão. Diante da temática debatida no relatório parcial e final, pode-se evidenciar que a relação entre Comunicação e Educação Ambiental na Gestão Participativa de Unidades de Conservação vem sendo positiva e agregadora, porém, ainda detêm falhas e necessita de maiores atenções e análises.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à agência financiadora do projeto, CNPq/PIBIC, por me proporcionar esta oportunidade. Agradeço à Fundaj e a equipe do projeto maior, por enriquecerem minha sabedoria. Agradeço à orientadora deste projeto, Dr^a Edneida Rabêlo Cavalcanti, por compartilhar comigo seu vasto conhecimento. Por fim, agradeço minha família e amigos, pelo suporte fornecido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. C. R. de; CUNHA, E. S. M. **A Análise da Deliberação Democrática: Princípios, Conceitos e Variáveis Relevantes. Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** IPEA. 2011.
- ALVES, J. C. M. **A participação social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE.** Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Juazeiro do norte – CE, 2013.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação.** Coleção Primeiros Passos, 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- LIMA, Maira Egito Alves de. **Gestão Participativa na Reserva Extrativista Acaú-Goiana: O papel da comunidade de Acaú – PB.** Recife, 2016.



USO DE RECURSOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA INTERNET NA PRÁTICA DOCENTE

Letícia Maria Guedes Barbosa¹; Viviane Alonso de Andrade²

¹Estudante do Curso de Jornalismo- CAC/UFPE; e-mail: leebarbosaa861@gmail.com; ²Analista de C&T lotada na Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional da Fundação Joaquim Nabuco; e-mail: viviane.toraci@fundaj.gov.br

RESUMO: Esta pesquisa busca identificar como professores de humanidades do ensino médio da rede pública de Pernambuco adotam Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e conteúdos de divulgação científica publicados na internet na atividade docente. Para tal, fizemos entrevistas em profundidade com os docentes, que lançaram luz para o desenvolvimento de perfis dos professores, a saber: professor livresco, professor usuário, professor produtor e professor divulgador. Estes perfis são discutidos considerando as diretrizes trazidas pela Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. A natureza da pesquisa é prática, de caráter exploratório e explicativo.

Palavras-chave: Ciências Humanas; Prática pedagógica, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

Este projeto compõe a terceira fase de desenvolvimento da pesquisa Divulgação Científica na Internet e o ensino de Ciências Humanas na Educação Básica, iniciada em agosto de 2016. Nesta fase final, foi realizada a pesquisa de campo, incluindo a aplicação de questionário eletrônico e realização de entrevistas em profundidade tendo como público professores responsáveis pelas disciplinas das Ciências Humanas no ensino médio público de Pernambuco. Tendo como base os dados coletados por questionário eletrônico, entrevistas e revisões bibliográficas, desenvolvemos uma nova categorização dos professores como usuários de tecnologias digitais de informação e comunicação em sua prática pedagógica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pode ser enquadrada como prática, pois visa “gerar conhecimentos [...] dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51), além de atentar para interesses locais. De caráter exploratório e explicativo, o estudo contou com os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, levantamento documental, pesquisa exploratória na web, aplicação de questionário eletrônico, que obteve 96 respostas de professores, e entrevistas em profundidade realizadas com 6 professores da rede pública estadual de Pernambuco. Todas as entrevistas foram semiestruturadas, neste caso “o pesquisador organiza um conjunto de questões [...] mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.72). Elas aconteceram de forma individual, realizadas em uma sala de reuniões e contava apenas com a presença da bolsista PIBIC e da coordenadora da pesquisa, Viviane Toraci. Foram gravadas em vídeo, permitindo o registro

da linguagem corporal, expressões faciais e habilidades com o computador disponibilizado durante a entrevista. Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas pela equipe da pesquisa para a produção do Relatório Final do projeto “Divulgação científica na internet e o ensino de ciências humanas na Educação Básica”.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No ano de 1988, período em que a internet chegou tímida no Brasil, a nova ferramenta chamou a atenção dos estudiosos, que até então não conheciam o potencial e as possibilidades daquela novidade. Um dos primeiros estudos sobre hábitos de navegação foi realizado pela pesquisadora do campo da comunicação Lúcia Santaella. A pesquisadora, 11 anos depois da chegada da internet no Brasil, decidiu “descobrir, por meio do comportamento visível que o usuário [de internet] exhibe diante da tela [...] os mecanismos cognitivos e perceptivos que guiam [...] as escolhas instantâneas que esse usuário é capaz de fazer diante da enxurrada de signos das telas do computador, (SANTAELLA, 2004, p. 12). Assim realizou várias entrevistas com pessoas de diferentes níveis de experiência, observando seu comportamento e dúvidas enquanto navegavam.

Este estudo foi um dos primeiros no Brasil que gerou uma classificação dos hábitos dos usuários da internet e seus modos de navegação. A pesquisadora identifica três tipos de usuários: o experto, o leigo e o novato. O usuário experto “sabe encontrar o que busca com grande facilidade” (SANTAELLA, 2004, p. 61). O leigo “aprende a se virar”. “Este usuário é aquele que já tem um conhecimento específico de algumas rotas e que vai se virando para encontrar outras.” (SANTAELLA, 2004, p. 65). O usuário novato conhece a pouco tempo a internet, não a acessa com tanta frequência quanto os outros usuários ou só viu outras pessoas acessarem, o que o faz ter menos habilidade com a ferramenta.

Similar ao trabalho de Santaella, há o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). O documento desenvolve mais uma tentativa de entender quais são os perfis de professores usuários de tecnologia. O CIEB fala em níveis de maturidade do docente, que são separados em básico: possui conhecimentos básicos de informática no nível de usuário; intermediário: possui conhecimentos equivalentes a um técnico em informática, e avançado: possui conhecimentos de conceitos de computação, podendo ter formação inicial ou complementar na área. O currículo foi feito com base em políticas educacionais que tratam do tema da tecnologia e educação básica e inclui as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. Assim, cada nível de maturidade do professor pode cumprir determinadas práticas baseadas na BNCC.

Ao pesquisarmos sobre a trajetória das TDIC na escola, observamos as tentativas de desvendar o momento histórico em que vivemos e destacamos as iniciativas de sistematizar o seu ator principal, o professor, e de entender seus momentos, tipos e as tarefas que se esperam deles em diversos documentos. A pesquisa “Divulgação científica na internet e o ensino de ciências humanas na educação básica” também busca deixar sua colaboração para a construção do mapa dos novos tempos e desenvolveu, a partir dos resultados de um survey eletrônico, novas chaves para pensar o atual estágio do uso pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação por professores da educação básica. Apresentamos em nossas considerações



finais os perfis identificados pela pesquisa: professor livresco, professor usuário, professor produtor e professor divulgador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro professor é o livresco. Ele representa o profissional que prefere utilizar os métodos pré-digitais, principalmente materiais produzidos em papel. Teve ou tem contato com computadores e celulares, porém confia mais nas fontes impressas. Sem familiaridade com os aparelhos, muitas vezes tem dificuldades em manuseá-los sozinho, e por não ter acesso a quem lhe ensine, tende a se afastar da novidade e trabalhar com o que conhece, permanecendo em sua zona de conforto. O professor usuário usa a internet como fonte de informações, coletando textos, vídeos, imagens e bancos de questões para planejamento de suas aulas. Realiza estas atividades sozinho, e não em conjunto com os alunos. Como principal produto de seu trabalho com as TDIC gera apresentações para projeção em sala de aula. O Professor Produtor faz uso das TDIC como fonte de informações e instrumento de trabalho com os alunos. Pois ele, além de utilizar a internet para planejar suas aulas, sugere e realiza produções originais com seus alunos. Em sua maioria, estes professores são autodidatas, aprendem muitas vezes sem estarem vinculados a cursos. O Professor Produtor reúne as características necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades trazidas pela BNCC, pois estimula seus alunos a produzirem conteúdos utilizando as diversas linguagens digitais.

O Professor Divulgador agrega todas as atividades realizadas pelo professor produtor, realizando curadoria e produção, e ao final preocupa-se em divulgar o conteúdo produzido em autoria individual e coletiva. Então publica as criações em blogs, canais no Youtube ou circula o material nas redes sociais. Ao publicar de forma aberta na Web, qualquer usuário da rede poderá encontrar seu vídeo explicando um fato histórico e aprender com ele. A circulação desse conhecimento insere esse professor no campo da divulgação científica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Viviane Toraci pelos ensinamentos, confiança e paciência. Aos familiares e amigos pelo apoio. A todos os funcionários da Fundaj que direta ou indiretamente ofereceram o apoio necessário e ao auxílio financeiro do CNPq.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – Educação infantil e Ensino fundamental**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – Ensino Médio**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CIEB. **Currículo de referência em tecnologia e computação – Da educação infantil ao ensino fundamental**. Centro de Inovação para a Educação Brasileira: 2018

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leito imersivo**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2004.



DESEMPENHO ESCOLAR E CAPITAL FAMILIAR

Lucas Elias Arcelino Silva¹; Patrícia Bandeira de Melo²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: lucasearcelino@gmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria de... da Fundaj – sigla da Diretoria e Coordenação...; e-mail: do(a) pesquisador(a)@provedor...

RESUMO: Este texto trata-se de um estudo realizado a partir do bando de dados da pesquisa “Determinantes do Desempenho Escolar na Rede de Ensino Fundamental Do Recife” de 2013. O objetivo foi investigar como a ação da família pode redundar no sucesso ou insucesso escolar de jovens das classes populares. Optou-se por um viés disposicionalista amparado pela perspectiva teórica de Bourdieu (2004), no qual se reconhece a importância das estruturas, entretanto, põe em evidência também a potência criativa dos agentes. Nesse contexto entendeu-se que a família seria o ambiente que influenciaria de maneira mais significativa o desempenho e o futuro escolar dos indivíduos, visto que ela é o primeiro lugar de socialização e de aquisição de códigos e esquemas de pensamento, entendidos aqui como capital cultural. A metodologia da pesquisa consistiu numa análise documental, seguindo uma abordagem qualitativa e quantitativa, realizando o cruzamento entre construtos elaborados a partir dos dados primários. Como resultados obtivemos a confirmação da correlação entre aqueles que possuem famílias com uma quantidade maior de capital cultural considerado legítimo e uma maior taxa de êxito, e de que existem ambientes de socialização que podem contribuir positivamente para se contornar um déficit de capital cultural, como teatros e cinemas.

Palavras-chave: CAPITAL CULTURAL; CAPITAL FAMILIAR; DESEMPENHO ESCOLAR; FRACASSO ESCOLAR.

INTRODUÇÃO

Como a família pode atuar para contribuir com o desempenho escolar de seus filhos? Dentre as inúmeras razões que justificam o sucesso escolar de jovens da classe popular, insiste-se numa lógica meritocrática que apela a aptidões individuais inatas do aluno, quando na realidade aptidões são resultado de um investimento familiar vigoroso, capaz de proporcionar ao sujeito um conjunto de competências que facilitam sua vida acadêmica (MELO; CAMPOS; et al., 2017). Analisando através de outra ótica, sob um viés disposicionalista, compreende-se que existem esquemas, modos de se agir e pensar interiorizados que são validados pela instituição escolar e outros não. Desta forma, o sucesso ou insucesso escolar estaria mais relacionado com o capital cultural que cada estudante traz consigo ao entrar na escola do que dons acadêmicos.

Partindo dessa perspectiva, a família seria o ambiente que influenciaria de maneira mais significativa o desempenho e o futuro escolar dos indivíduos, visto que ela é o primeiro lugar de socialização e de aquisição de códigos e esquemas de pensamento. Este conjunto de esquemas e códigos que são assimilados pelo indivíduo é chamado de capital cultural. (BOURDIEU, 2012).



Tendo isso em mente o objetivo principal dessa pesquisa foi compreender de que maneira a ação da família pode redundar no sucesso ou insucesso escolar de jovens das classes populares, ou seja, identificar como o capital familiar pode influenciar o capital cultural escolar de alunos da rede pública do Recife.

Nós acreditamos que entender de maneira mais profunda o papel da ação familiar e seu poder de influência no resultado escolar dos alunos é de fundamental importância para se elaborar políticas públicas efetivas para driblar o fracasso acadêmico, em especial dentre os jovens das classes populares. Estudar esta temática é relevante pois facilita a identificação das ações, dos atores sociais ou dos espaços de socialização que podem contribuir com um melhor desempenho escolar, além de apontar as falhas ou preconceitos que podem estar presentes nas instituições de ensino, fazendo delas instrumentos de manutenção das desigualdades sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa consiste numa análise documental. Nosso principal material de análise se baseia nos dados primários obtidos do projeto de pesquisa “Determinantes do Desempenho Escolar na Rede de Ensino Fundamental Do Recife”.

Optamos por uma abordagem qualitativa e quantitativa. Foi necessária a criação de construtos a partir da escolha de conjuntos de perguntas que permitiram identificar os hábitos e práticas familiares relacionados às atividades escolares dos alunos. Primeiramente buscou-se traçar um perfil familiar genérico dos alunos da rede pública do Recife, atentando para fatores como ocupação, nível socioeconômico e escolaridade dos responsáveis. Definido esse perfil, foi necessário associar conjuntos de perguntas que nos permitisse mensurar os seguintes atributos: (1) condições de existência dos estudantes; (2) capital cultural familiar. As condições de existência refletem a realidade econômica, estrutura familiar e contexto sociocultural dos alunos. O capital cultural familiar diz respeito ao conjunto de modos de pensar e agir, esquemas de linguagem e códigos passados por meio da herança dos responsáveis para os estudantes. Após elaborar os construtos foi possível realizar o cruzamento com o desempenho dos estudantes obtido nas provas aplicadas. Esse cruzamento permitiu identificar que tipos de práticas familiares ou extraescolares podem influenciar o desempenho escolar dos alunos

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Após a elaboração de um perfil geral dos estudantes e dos pais foi possível examinar as particularidades da relação entre o ambiente familiar e o desempenho escolar dos alunos, confirmando algumas hipóteses. Podemos citar como confirmação a correlação entre alunos que possuem uma quantidade maior de capital cultural considerado legítimo e uma maior taxa de êxito. Os dados revelam que ambientes onde existe um acompanhamento escolar mais próximo, além do hábito de leitura em casa (particularmente da mãe) e visitas a cinemas ou teatros, estão associados com 95% de confiança a alunos com as maiores notas (LAHIRE, 2004; BOURDIEU, 2007).

Entendemos que um maior nível de capital escolar dos responsáveis garante uma transmissão maior de



capital cultural legitimado e consequentemente proporciona um melhor desempenho acadêmico, isso é confirmado na tabela a seguir:

Tabela 1

Desempenho médio segundo capital escolar do responsável e renda mensal da família

Capital escolar do responsável	Renda mensal da família*	(%**)	Média na primeira prova	Média na segunda prova
Alto	Acima da média geral	11,83	47,82	45,12
Alto	Menor ou igual a média geral	14,22	44,32	42,53
Baixo	Acima da média geral	15,05	41,24	38,26
Baixo	Menor ou igual a média geral	32,49	40,24	36,93

Fonte: elaboração própria

*A renda média mensal das famílias pesquisadas foi de R\$ 892,26, em valores de 2013

** Foram excluídos da tabela sujeitos que não realizaram a segunda prova, não quiseram ou não souberam responder a renda mensal da família, não quiseram ou não souberam responder o nível de escolaridade, acumulando um total de 26,41%.

O capital cultural legitimado não se encontra somente dentro da formação acadêmica. Existem diversas aptidões e práticas culturais consideradas como as mais nobres pela sociedade, que vão além da vida escolar propriamente dita. Para investigar a relação dessas atividades com o desempenho e com a renda das famílias foram cruzadas informações acerca da frequência de leitura dos pais e da visitação a cinemas e teatros. Percebeu-se que os alunos que obtêm as melhores médias são os que pertencem a uma família que possui uma renda acima da média e que frequentam sempre, ou ocasionalmente, museus e teatros, e tem uma frequência maior de leitura, ou seja, há uma união da possibilidade financeira dos pais de oferecer aos seus herdeiros acesso a espaços culturais legitimados em conjunto com o hábito de visitar estes ambientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este trabalho fica evidente a importância do capital familiar no contexto educativo e sua influência direta no desempenho escolar dos alunos da rede pública do Recife. Fica claro que existem diversos os hábitos e práticas familiares que impactam nas atividades escolares dos alunos, podendo auxiliá-los em suas vidas escolares ou dificultar seu sucesso, dependendo dos níveis de capital cultural legitimado que estes estudantes possuem. Nesse sentido parece haver uma tripla responsabilidade que incide sobre o



desempenho acadêmico. A primeira está depositada na família e nos ambientes de socialização que o sujeito frequenta, que são os responsáveis por transmitir primariamente capital cultural para este aluno e garantir um ambiente propício ao aprendizado. A segunda seriam as escolas, responsáveis pela validação daquilo que é considerado capital cultural legítimo e a transmissão dos mesmos aos alunos. E por último os próprios alunos que devem esforçar-se para tirar boas notas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a fundação Joaquim Nabuco e ao CNPQ pela experiência da iniciação científica que contribuiu para meu aprendizado prático de pesquisa. E também a minha orientadora Patrícia Bandeira, com quem aprendi muito, um exemplo de profissional e uma pessoa da minha mais alta estima.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 59-74.
- BOURDIEU, P. O capital herdado e o capital adquirido. Os dois mercados. In: BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007, p. 78-88.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2012, p.71-80.
- LAHIRE, B. "Fracasso" e "sucesso". In: LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004, p.47-70
- MELO, P.B.; CAMPOS, L.H.R.; GONÇALVES, M.B.C.; RAPOSO, I.P.A. A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 13 (Educação e Sociedade). DF: Brasília, jul 2017. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0533-2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

COTIDIANO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIDADE DO PROINFÂNCIA

Marcela Pires Barbosa¹; Patrícia Maria Uchôa Simões²

¹Estudante do Curso de Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: marcela.barbosa17@gmail.com, ²Pesquisadora da CGEE da Diretoria de Pesquisas Sociais- DIPES/FundajEmail: patricia.simoes@fundaj.gov.br.

RESUMO:

O presente estudo fez uma análise da qualidade trabalho pedagógico desenvolvido em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), em Recife, que teve sua construção financiada pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), tentando compreender os limites e possibilidades desse tipo de programa para garantir um trabalho pedagógico de qualidade para as crianças de 0 a 5 anos. Como instrumento para coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas inspiradas nas dimensões e indicadores elencadas no manual “Indicadores de qualidade na Educação Infantil” (MEC, 2009) com diferentes profissionais que atuavam na unidade. A análise realizada nos permite concluir que na unidade em questão os espaços amplos e adequados são apontados como fator determinante para realização de um trabalho pedagógico de qualidade, assim, consideramos que o Proinfância contribuiu para a construção de uma nova identidade para a Educação Infantil, ao destinar espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nessa etapa do ensino e teve um papel importante na ampliação do atendimento as crianças de 0 a 5 anos, visto que 25% dos CMEI’s de Recife foram financiados pelo programa.

Palavras Chave: Proinfância, Educação Infantil, Qualidade.

INTRODUÇÃO:

Em 2007, o governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). O programa foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e tem o objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. O Programa repassa também recursos para equipar as unidades de educação infantil em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao seu funcionamento.

Em um estudo anterior sobre os impactos do Proinfância na Região Metropolitana do Recife (RMR), foi analisado o número de contratos firmados entre o FNDE e os municípios da RMR por meio das tabelas do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação) que estavam disponíveis do site do FNDE até maio de 2017. Até esse período, haviam sido firmados 79 contratos com os



15 municípios da RMR e o município que mais havia firmado contratos era Recife, com 23 contratos e 6 obras concluídas. (BARBOSA, 2018).

Em um acesso mais recente à tabela do SIMEC, no dia 12 de maio de 2019, pudemos ver que Recife não fechou mais nenhum contrato com o FNDE nesses últimos dois anos e continua com 23 contratos firmados, mas, agora, com 8 obras concluídas. O presente estudo fez uma análise qualidade do trabalho pedagógico desenvolvida em um dos CMEI's financiados pelo Proinfância em Recife.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se inspira na Abordagem do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (2001), com foco no contexto de resultados e efeitos do Programa Proinfância, entendido enquanto política pública. Portanto, fizemos uma análise em uma unidade do referido programa no Município de Recife. Tivemos como corpus, os discursos dos sujeitos entrevistados e os dados do programa disponíveis nas páginas oficiais do FNDE e do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Tivemos como sujeitos entrevistados: gestores, coordenadores pedagógicos, professores, auxiliares do desenvolvimento infantil (ADI's) e funcionários terceirizados dos dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) analisados nessa pesquisa.

Como instrumentos de coleta de dados usamos roteiros de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa construídas através das dimensões e indicadores de qualidade da educação infantil elencadas no manual "Indicadores de qualidade na Educação Infantil" (MEC, 2009), dentre as quais citamos as seguintes dimensões: Dimensão do Planejamento institucional, Dimensão Espaços, Na dimensão dos materiais e mobiliários, dimensão da Formação e condições de trabalho das professoras, A dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Este documento foi elaborado sob a coordenação conjunta do Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef publicado no ano de 2009.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Segundo a Gerência Pedagógica da divisão de Educação Infantil do município, Recife tem 32 unidades de Educação Infantil públicas em funcionamento, que podem ser instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico, que estão incluídas na distribuição de recursos do Fundeb. Podemos assim dizer que 25% dos Centros Municipais de Educação Infantil de Recife foram financiadas pelo Programa, o que representa uma quantidade relevante, e nos faz acreditar que o mesmo tem um papel importante no sentido de a transição da EI deixar de ser apenas uma política de progressão expansiva e elevar-se à categoria de direito público subjetivo, tal como citamos acima.

Para responder a nossa indagação de pesquisa sobre a qualidade do trabalho desenvolvido em uma unidade do proinfância em Recife, fizemos toda a análise via algumas dimensões e indicadores já apresentados anteriormente.

Dentre os resultados, constatamos que na Dimensão do Planejamento institucional pudemos observar que



na unidade as entrevistadas afirmaram que a proposta pedagógica foi elaborada e é periodicamente atualizada com a participação das professoras e demais profissionais, exceto os terceirizados. No indicador do Planejamento, acompanhamento e avaliação, percebemos não existe momento para troca sobre o planejamento entre professoras ou com a coordenadora pedagógica, elas. Todas devem sempre preencher a caderneta online do sistema da própria prefeitura, após o término de cada aula.

Na Dimensão Espaços, observamos que unidade dispõe de um cardápio nutricional variado e rico que atenda às necessidades das crianças. No indicador referente a limpeza, salubridade e conforto, percebemos que as salas de atividades e demais ambientes internos e externos são agradáveis, limpos, ventilados e tranquilos, com acústica que permite uma boa comunicação na unidade.

Na dimensão dos materiais e mobiliários percebemos que existem bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros em número suficiente e acessíveis às crianças. Ainda nessa dimensão, o indicador de Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos percebemos que há espaço que permite o descanso e o trabalho individual ou coletivo da equipe que seja confortável, silencioso, com mobiliário adequado para adultos e separado dos espaços das crianças (para reuniões, estudos, momentos de formação e planejamento).

A dimensão da Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, na unidade todas as professoras são formadas em pedagogia, mas no indicador que trata de formação continuada, todas participem de formações continuadas uma vez por mês em seu horário de trabalho, disponibilizadas pela prefeitura especificamente sobre infância e Educação Infantil.

A dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, pudemos perceber houve discordância dos profissionais quanto a existência do conselho escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos permite concluir que na unidade analisada os espaços adequados são apontados como fator determinante para realização de um trabalho pedagógico de qualidade, embora este não seja o único fator que garante o acesso a uma Educação Infantil de qualidade, consideramos que o Proinfância contribuiu para a construção de uma nova identidade para a Educação Infantil, ao destinar espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nessa etapa do ensino e com a inclusão das crianças de 0 a 5 anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Patrícia Simões e as demais pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa. Ao apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras. Porto

Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BARBOSA, Marcela Pires. Efeitos e Resultados do Proinfância na Educação Infantil dos municípios da Região Metropolitana do Recife. Caderno de Resumos da XIV Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2018.

VARJAL, Elizabeth. Educação Básica Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

O ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DO NORDESTE: EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO.

A Oligopolização do Ensino Superior Afeta a Qualidade do Ensino?

Marcus Vinicius Gomes Cardona¹; Luis Henrique Romani de Campos²

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas da UFPE; marcuvocardona@gmail.com, ² Pesquisador Titular no Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco; luis.campos@fundaj.gov.br.

RESUMO: A pesquisa demonstra a situação do nível de qualidade do ensino superior brasileiro dos grandes grupos empresariais que compõe o mercado. Através da comparação do desempenho de cursos no Enade, demonstra como o processo de concentração de mercado de educação superior brasileiro leva à uma queda no nível de qualidade de ensino.

Palavras chave: Ensino Superior, Oligopólio, Qualidade de ensino.

INTRODUÇÃO

O mercado de Ensino Superior brasileiro cresceu de 2,7 milhões de alunos em 2000 para aproximadamente 8 milhões de alunos em 2016. Tamanho potencial de crescimento, aliado a mudanças regulatórias, atraiu investidores instituições (Fundos de Investimento) que aceleraram a consolidação de Instituições de Ensino Superior (IES) por meio da criação de grandes grupos educacionais. (CADORNA, 2018)

As estimativas de concentração do mercado brasileira mostram que 10 grupos empresariais respondem por 35% das matrículas do ensino superior. Desta forma, pode-se afirmar com segurança que o ensino superior brasileiro já pode ser considerado um oligopólio.

Os grupos financeiros podem trabalhar com diferentes ‘marcas’ de IES, cada marca focando em um determinado valor de mensalidade e público alvo. Projetos pedagógicos mais ricos e com corpo docente mais qualificado e (re)conhecido focariam classes de renda mais altas, com preços elevados. Já projetos pedagógicos centrados no treinamento para o trabalho e na empregabilidade, com salas mais numerosas e infraestrutura mais espartana permitiriam preços menores e atingiriam classes de renda menores.

Deste raciocínio desdobra-se a hipótese de que o processo de oligopolização do ensino superior pode fazer com que a qualidade seja afetada, isto porque a prática de diferenciar unidades por faixas de preços pode levar a que critérios de custos sobreponham-se a critérios didáticos na gestão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para medir o nível de qualidade das universidades foi utilizada a nota do ENADE, uma vez que a nota é uma medida de aproveitamento do aluno no curso.



A nota do ENADE é calculada a partir de uma média das notas dos cursos de uma IES. As notas são coletadas em um período de três anos, onde cada ano cerca de um terço dos cursos é coletado. Portanto, a fim de calcular a nota das instituições, é necessário utilizar as bases de dados que formam um ciclo de três anos. O ciclo do ENADE disponível para a realização da pesquisa foi o de 2013, 2014 e 2015. Os dados de 2018 – que completariam o último ciclo – não estavam disponíveis durante a pesquisa, e dessa forma, foi necessário utilizar o último ciclo disponível.

Com a utilização do software R, as bases de dados foram tratadas a fim de obter as notas no ENADE dos maiores grupos de ensino que compõem o mercado de ensino superior brasileiro.

As bases de dados são compostas por informações de cada aluno que realizou a prova do ENADE. As variáveis utilizadas para a pesquisa foram as notas, o curso, e a instituição de ensino em que o aluno estuda. Foi feito um agrupamento das notas por curso e por instituição de ensino. Após o agrupamento por instituição de ensino, foi realizado um agrupamento por grupos de ensino. (CARDONA, 2018)

Para a comparação de notas, foi necessária uma normalização das notas, uma vez que não é possível comparar notas de cursos diferentes, já que diferem em dificuldade. Um curso considerado mais “fácil” terá inevitavelmente uma nota maior que um curso considerado “difícil”. Portanto, com a normalização, é possível analisar as notas de cursos diferentes sem o viés de dificuldade.

Após a obtenção das notas por grupo de ensino, foram apenas considerados para a análise os grupos mais dominantes do mercado (CARDONA, 2018).

RESULTADOS

Notas por grupo	
Grupos	Nota Enade
Governo Federal	0,424
Governo Estadual	0,250
UNIP-Objetivo	0,190
PUC	0,145
Laureate	-0,040
Estácio Participações	-0,054
UNINOVE	-0,076
Grupo Cruzeiro do Sul	-0,091
UNINTER	-0,130
Ser Educacional	-0,199
Kroton	-0,312
Governo Municipal	-0,366



A tabela demonstra as notas padronizadas por grupo. Como as notas foram normalizadas, um grupo que apresenta a média próxima de zero, indica que seus alunos tiveram desempenho similar à média dos alunos brasileiros. Notas negativas indicam desempenho abaixo da média brasileira e notas positivas desempenho acima da média brasileira. Como o desvio padrão é 1, as notas não variam de 0 a 10.

As esferas Federal e Estadual do governo têm a primeira e segunda maior nota, respectivamente, enquanto a esfera municipal apresenta a pior nota. Essa diferença pode se dar ao fato de que as instituições de ensino municipais recebem recursos das prefeituras, que por sua vez, sofrem com insuficiência de recursos frequentemente.

A Kroton, maior empresa do mercado no segmento, apresenta a pior nota os grandes grupos de ensino superior privado.

A disparidade entre a qualidade de ensino das universidades federais e estaduais e as universidades dos maiores grupos de ensino é expressiva. Essa diferença demonstra a queda na qualidade do produto devido à oligopolização do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de ensino superior brasileiro apresenta uma concentração expressiva, o que aparenta, de acordo com as evidências, estar impactando negativamente a qualidade do ensino. Como é o caso da Kroton, empresa que domina o mercado, com 11,7% de parcela do mercado, e apresenta, dentre dos grandes grupos o pior desempenho na prova do Enade, inclusive em cursos chaves como direito e engenharia.

O fenômeno da concentração, por mais que torne a educação mais acessível (por meio da diminuição de custos e consequentemente com preços menores), a torna mais precária. As universidades federais e estaduais continuam sendo a referência máxima de ensino de qualidade no país.

Portanto, há indícios de que a massificação do ensino superior não está impactando positivamente a produtividade da força de trabalho qualificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida, possibilitando a execução da pesquisa. Agradeço também à Luis Henrique Romani de Campos, que sem sua orientação, a pesquisa não seria possível. E por fim, agradeço à Fundação Joaquim Nabuco, que com a disponibilização de sua estrutura pavimentou o caminho para que a pesquisa fosse finalizada.

REFERÊNCIAS

CADORNA, M. **A estrutura de mercado no ensino superior no Nordeste**. Recife: Fundaj, 2018. Relatório de Iniciação Científica.

DE LACERDA, Leo Lynce Valle; FERRI, Cássia; DA CRUZ DUARTE, Blaise Keniel. SINAES: avaliação, accountability e desempenho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 21, n. 3, 2016.

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. **Science**,



v. 312, n. 5782, p. 1900-1902, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. A contribuição da Educação para o Progresso Social. **Ciência & Trópico**, v. 42, n. 1, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. Disponível em:

< <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=6198&lang=pt-br>>. Acesso em 07 de março de 2019.



O PROINFÂNCIA NA ZONA RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIDADE

Mariana Uchôa Simões Barbosa¹; Patrícia Maria Uchôa Simões²

¹Estudante do Curso de Psicologia - FAFIRE. E-mail: marianausbarbosa@outlook.com ²Pesquisadora da CGEE da Diretoria de Pesquisas Sociais- DIPES/FUNDAJ. E-mail: patricia.simoies@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo principal de analisar a implantação do Proinfância na região rural do nordeste, para tal, realizamos uma visita em uma unidade localizada na região rural de um município pernambucano. Foram realizadas entrevistas com sete profissionais, que ocupam diferentes posições na política educacional local, a nível municipal foram ouvidas a diretora de ensino e a coordenadora pedagógica, na instituição realizamos entrevistas com a gestão, duas professoras e duas monitoras. A análise focalizou a compreensão das rotinas, utilização de espaços, capacitação e condições de trabalho dos profissionais, assim como compreender as especificidades de uma instituição de Educação Infantil na zona rural. A fundamentação teórica utilizada foi o ciclo de políticas de Stephen Ball que se constitui como um referencial que possibilita a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação. Os resultados apontam um impacto positivo na comunidade e na condições de trabalho dos professores decorrente da alta qualidade dos materiais e estrutura oferecida pelo programa, constatamos a necessidade de um contato mais próximo do MEC com os municípios, além da insuficiência da exploração dos saberes e necessidades específicas de instituições localizadas na região do Campo.

Palavras-chave: Proinfância; Educação Infantil; Política Educacional

INTRODUÇÃO

A história Educação Infantil do Campo está atrelada aos marcos da Educação Infantil no Brasil e ao desenvolvimento de políticas próprias para a Educação do Campo. Primeiramente, foi com a Constituição Federal de 1988, ou “Constituição Cidadã”, que as crianças no Brasil obtiveram direitos, sendo designadas sujeitos diante da lei. No ano de 1990, ocorreu a instauração do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que atua reforçando a Constituição no âmbito da proteção integral das crianças e adolescentes. Outro importante avanço legal referente a Educação Infantil no Brasil foi a nova LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional), que definiu em 1996 a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011; SIMÕES, LINS; 2015; ROSEMBERG, ARTES, 2012).

O debate sobre as políticas educacionais específicas para o campo obteve um avanço em 1998, a partir da pressão dos movimentos sociais do campo, foi realizada a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, trazendo propostas que buscavam combater a submissão do rural ao urbano no contexto educacional. Esse debate vem sendo aprofundado e as crianças residentes nas zonas rurais do país, sejam quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre as outras, vêm tendo maior visibilidade de suas necessidades e



especificidades.

Nesse contexto histórico da política educacional de avanços na legislação, é instituído o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), pela resolução nº 6 de 24 de abril de 2007, sua finalidade é oferecer apoio técnico e financeiro aos municípios para a construção, reforma e a aquisição de equipamentos e mobiliários para as instituições públicas de Educação Infantil, no sentido de melhorar a qualidade e ampliar a oferta de educação pública para as crianças de zero a cinco anos. Trata-se de um programa de abrangência nacional, com recursos do governo federal, dirigido aos municípios e focalizando a construção de unidades de Educação Infantil (FNDE, 2017).

Procurando colaborar com essa reflexão, o presente trabalho teve como objetivo realizar Programa Proinfância em municípios da região rural do Nordeste. A necessidade de explorar os dados referentes a esse programa se dá pelo fato de ser o maior programa em amplitude e quantidade de recursos, da história da Educação Infantil pública no Brasil, ampliando a inclusão de crianças entre 0 a 5 anos na primeira etapa da educação. Os resultados dessas investigações subsidiarão alternativas e propostas que auxiliem os sistemas municipais de educação na oferta de um atendimento de maior qualidade social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optamos por utilizar como perspectiva teórica norteadora da coleta e análise dos dados a abordagem teórico-metodológica do ciclo de políticas proposta por Ball e seus colaboradores, nessa etapa da pesquisa focalizamos especificamente no contexto de resultados e efeitos do Programa Proinfância, a presente abordagem contribui para uma análise crítica dos programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação abrangendo, assim, desde o texto da política até os seus resultados e efeitos. Portanto, compreendemos os pais, os gestores, os professores, demais profissionais e as crianças como agentes ou atores no processo da implementação desse processo, interferindo ativamente na interpretação e reinterpretação da política proposta. (BALL 2016; MAINARDES 2006)

Para nosso processo investigativo utilizamos como ferramenta de pesquisa a entrevista semiestruturada, que contou com a participação dos seguintes atores: Diretora de ensino do município, coordenadora pedagógica do município, gestora da instituição de Educação Infantil do Proinfância, duas professoras e duas monitoras atuantes na mesma instituição.

A unidade do Proinfância visitada se localiza na área rural de um município do agreste pernambucano, na realização do último Censo Demográfico (2010) residiam no município 20.488 pessoas, com um total de 1.607 crianças de 0-4 anos, sendo essas 821 do sexo masculino e 786 do sexo feminino.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A opção do município pela adesão ao programa Proinfância veio pela necessidade de auxílio financeiro, com o objetivo de atender as demandas internas e do Plano Nacional de Educação. O projeto arquitetônico escolhido pelo município foi o projeto Tipo C, é o menor tipo de projeto arquitetônico e tem capacidade



total de 120 crianças, 60 pelo turno da manhã e 60 pelo turno da tarde. O processo de construção da unidade visitada foi concluído em junho de 2016 e em agosto do mesmo ano iniciou-se o funcionamento. A quantidade de alunos matriculados a princípio foi de 60 alunos, atualmente estão com um total de 143 matrículas. O crescente número de matrículas acarretou em dificuldades estruturais, como sobrecarga das salas de aula e mudanças no planejamento da planta original, isso se deu pela divergência da demanda do município e a capacidade do projeto arquitetônico.

A principal dificuldade durante o processo de implementação da obra foi o contato com MEC, descrito pelas entrevistadas como pouco acessível e muito burocrático, existiu uma dificuldade do MEC em compreender as necessidades específicas do município, além disso, existia uma sobrecarga de atividades desenvolvidas pelos funcionários responsáveis pela Secretaria de Educação do município.

A infraestrutura e os equipamentos adquiridos foram amplamente elogiados e citados como fatores importantes para o bom funcionamento da instituição por todos os profissionais entrevistados, os espaços internos das salas de aula foram colocados de forma bastante positivas pelas falas das professoras

Transporte de qualidade é essencial para a locomoção das crianças filhas de moradores do campo, na instituição visitada mais de 50% dos alunos residiam em regiões mais afastadas e necessitavam do transporte escolar. As duas instituições localizadas na zona rural utilizam o mesmo ônibus (do programa Caminho da Escola) para o locomoção.

Podemos perceber dentro do discurso dos entrevistados fatos que ressaltam, mesmo sem ter esse objetivo algumas questões específicas de uma comunidade do Campo, como a subsistência familiar voltada para plantação, apesar disso, eram inexistentes aspectos específicos de instituições de educação na zona rural, como adaptação de curricular, de calendário ou algum tipo de formação específica para professores.

A jornada de trabalho é de 30 horas semanais para professores e 40 horas semanais para os monitores e existe a garantia do piso salarial. Na pré-escola atuam em cada sala de aula um professor e um monitor, ambos com formação superior, na creche atuam, um monitor com nível superior e um auxiliar de limpeza com nível médio. São realizadas pelo município formações semestrais com os professores e monitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, compreendemos que apesar das dificuldades constatadas a unidade visitada se configura como um avanço na formação de identidade da Educação Infantil no que refere a construção de uma ideia de espaço adequado e materiais utilizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Patrícia Simões e a todos que compõe o GPIEDUC pelo apoio, paciência e importante troca de ensinamentos. Ao apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS



BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRASUN, Annette. **Como as Escolas fazem as Políticas: atuação em escolas secundárias**. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2016.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas uma contribuição para análise de Políticas Educacionais**. Educação e sociedade, Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan/abr. 2006.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO. Ministério da educação / Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; LINS, Danielle Mylene Reis. **Implementação do Proinfância nos municípios de Pernambuco**. In: Concepções e Práticas na Educação Infantil. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife, 2015

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. **O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos**. In: Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo. 1ª ed. Porto Alegre. UFRGS, MEC. 2012.



A HISTÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RECIFE: CONTEXTUALIZANDO SUA TRAJETÓRIA

Marília de Melo Cavalcanti¹ ; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹Estudante do curso de História-Bacharelado UFPE; email:marilia.meloc@gmail.com,²Analista em Ciência e Tecnologia(Pedagoga)

- DIPES/CECIM e professora do PPGECl; email: anafpsa@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é um estudo acerca do Conselho Municipal de Educação (CME) do Recife no que diz respeito ao contexto histórico e político de criação do conselho municipal, até os dias atuais. A necessidade de criação do conselho, vincula-se à prerrogativa de normatizar, fiscalizar e autorizar o funcionamento das escolas, de emitir pareceres e de deliberar sobre os assunto dentro do âmbito pedagógico. Através da pesquisa cuja abordagem é de caráter qualitativo, realizou-se um Estudo de Caso sobre o Conselho Municipal de Educação do Recife, compondo uma análise de conteúdo documental vasta. A análise nos remete a compreender que o CME do Recife é um órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema Municipal de Ensino do Recife, sendo-lhe assegurados caráter público, constituição paritária e democrática e autonomia no exercício de suas competências. Dessa forma, sua competência primordial é priorizar a realização dos princípios informadores do desenvolvimento e da consolidação educacional, ao manter as estruturas, acompanhar e avaliar as políticas educacionais, respaldada pela Constituição Federal/1988, pela Constituição do Estado de Pernambuco, pela Lei Orgânica do Município do Recife, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação; Recife; Educação; Trajetória.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral do estudo Analisar o contexto histórico e político de criação do Conselho Municipal do Recife até os dias atuais. . Para realização da pesquisa tiveram os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a estrutura, composição, atuação e funcionamento do conselho desde sua criação
- Caracterizar o perfil dos conselheiros e das conselheiras desde a criação do conselho

A criação do Conselho Municipal de Educação, nosso objeto de estudo, ocorreu na gestão do prefeito Sr. Augusto Lucena, pela Lei nº 10.383/71 e teve sua primeira composição aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois (registrado em Ata) de acordo com a Lei de Nº 10383/71 no seu Art. 7º, sendo composto por Presidente e Vice-Presidente, seis conselheiros Professores e um vereador.

Atualmente, o Conselho Municipal de Educação (CME) do Recife é um órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema Municipal de Ensino do Recife, sendo-lhe assegurados caráter público, constituição paritária e democrática e autonomia no exercício de suas competências. Dessa forma, sua competência primordial é priorizar a realização dos princípios informadores do desenvolvimento e da consolidação



educacional, ao manter as estruturas, acompanhar e avaliar as políticas educacionais, respaldada pela Constituição Federal/1988, pela Constituição do Estado de Pernambuco, pela Lei Orgânica do Município do Recife, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Os Conselhos Municipais de Educação possuem competências denominadas de deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. É neste contexto que o subprojeto se apresenta como uma proposta de investigação a partir de um estudo de caso do CME de Recife.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi de natureza qualitativa e consistiu em Analisar o contexto histórico e político de criação e funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Recife. Para o tratamento e a análise dos dados desta etapa adotou-se como método a Análise de Conteúdo:

(...) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações...

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 1977, p. 33).

Apoiada em Bardin (s/d), utilizou-se a análise de conteúdo em documentos. A autora apresenta uma tabela que descreve os “Domínios possíveis da Aplicação da Análise de Conteúdo”, sendo que a partir desta referência é possível codificar e compor o campo da pesquisa. Dentre eles foram selecionados os seguintes aspectos da tabela para esta pesquisa.

- Levantamento bibliográfico
- Levantamento dos documentos oficiais do Conselho Municipal de Educação do Recife
- Análise dos dados
- Produção do relatório de pesquisa
- Produção de artigos para periódicos

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Antes de tudo, faz-se imprescindível a compreensão do período de formação do Conselho, em 1971, no qual o processo de redemocratização ainda parecia uma realidade distante, pós Golpe Militar de 1964. Prova disso está no governador do período, Eraldo Gueiros Leite, ter tomado posse por eleições indiretas, na condição de governador biônico. É evidente que o clima político partidário desembocava nas políticas conservadoras direitistas militares, tendo como presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici, considerado, por muitos, o auge da ditadura militar, com controle das raras atividades políticas toleradas, regidas pela repressão e censura às instituições civis ainda mais reforçadas, e qualquer manifestação de opinião contrária ao sistema, foi proibida. Nota-se, que ainda seria um longo caminho a perseguir para processos como o pluripartidarismo em 1979 e as “Diretas Já” em 1984.

Nesse panorama, o prefeito Augusto Lucena foi indicado pelo governador Eraldo Leite para seu segundo mandato como prefeito da cidade do Recife (1971-1975). Como gestor, além da criação do Conselho Municipal de Educação, foi considerado um grande tocador de obras.

É importante ressaltar que o início dos anos 90 no Brasil foi marcado pelo colapso da União Soviética e plenitude do modelo Capitalista estadunidense, onde se consolidaria, por fim, a democracia, regida por uma forte globalização. Não obstante, ocorreria uma instabilidade marcada pelo governo Collor nos primeiros dois anos dentro da esfera brasileira, com o confisco de poupanças pelo presidente. Fator esse que desencadearia, mais adiante, o movimento dos caras-pintadas e o consequente Impeachment do presidente por improbidade administrativa. Já que o país beirava a estagnação econômica, inclusive com uma hiperinflação drástica. Os ideais liberais entraram rapidamente nesse panorama, enquanto que ideias de intervencionismo estatal foram descartadas. Fazia-se necessário redefinir os modelos estratégicos para uma melhoria no desempenho econômico nacional, onde principalmente teve-se como base o modelo de privatizações de maneira a obter ganhos fiscais.

A década dos anos 2000 no Brasil foi de grande representatividade pela esquerda política brasileira, consolidada com o primeiro presidente operário Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Houve um alastramento da política de ampliação do direitos sociais, mantendo a inflação controlada como seu antecedente Fernando Henrique Cardoso. De fato, os programas sociais beneficiaram milhares de brasileiros, com melhorias na educação e expansão da educação básica. Ainda, a política externa brasileira avançou, trazendo crescimento para inúmeros estados, inclusive para Pernambuco que se beneficiou diretamente nesse ângulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado concluímos que o Conselho Municipal de Educação de Pernambuco nasceu em um contexto de fortes impasses ditatoriais devido ao Golpe Militar de 1964, dentro do Governo Médici. O prefeito Augusto Lucena, eleito por eleições indiretas, instituiu pela Lei nº 10.383/71 a criação do CME do Recife.

Destacamos que o conselho se caracterizou inicialmente pela composição de sete membros, que só se alterou com a Lei Municipal nº 14.105/79, passando para nove membros. Já em 1996, com a lei 16.190/96, a composição passa a ser paritária, com sete representantes de órgãos públicos e sete representantes da Sociedade Civil, ao todo representado por 14 membros.

Hoje tem como membros: Francisco Luiz dos Santos (presidente); Rogério de Melo Moraes (representante governamental); Rebeca Oliveira Duarte (representante das escolas públicas); Natália Rayane Couto Barbosa (Natália de Menudo) (representante da câmara municipal do Recife); Francisco Ferreira Rocha (vice-presidente); Jacira L'Amour Barreto de Barros (representante governamental); Adriana Maria Barbosa Alves (representante dos pais e alunos); Eduardo Vasconcelos Rodrigues (representante governamental); Alíria Thaísa Monteiro Costa (representante do sindicato dos servidores do Recife); Rafael Reis da Silva (representante do conselho tutelar); Ivanete Paulino Tavares (representante das escolas comunitárias); Elaine Oliveira dos Santos (representante do sindicato dos profissionais de ensino da rede oficial do Recife);



Rossana Salete de Barros Albuquerque (representante governamental); Zulmira Gomes de Lima (representante dos estudantes da rede municipal de ensino do Recife); Maria da Conceição Lima da Silva (representante dos estudantes da rede municipal de ensino do Recife); Maria Julieta da Silva (representante dos pais e alunos).

Observa-se avanços na estrutura do conselho sendo o FUNDEF e a LDB/96 imprescindíveis para reformularem a atuação e as regras para a gestão democrática para os municípios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela oportunidade de desenvolver esta atividade e participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pois fora um aprimoramento para o desenvolvimento intelectual. Agradeço à minha orientadora Ana de Sousa Abranches (CECIM/DIPES/PPGECI) pela dedicação, compromisso e contribuição para minha vida profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, s/d.

CURY, Carlos R. Jamil. **A Questão federativa e a educação escolar**. IN: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **Conselhos de Educação: fundamentos e funções**. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília v. 22, n. 1, 41-67, jan./jun. 2006.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna, COUTINHO, Henrique Guimarães; MARQUES, Helena Maria de Barros. **Conselhos Gestores na Educação**. Perfil, discurso, funcionamento. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

ROSSINHOLI, Marisa. **Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB**. Brasília: Liber livro, 2010.

TEIXEIRA, Lucia Helena G.. **Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino**. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 34, n. 123, p. 691 708, Dec. 2004 .Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Feb. 2019.

<http://www.portalcme.recife.pe.gov.br/>

DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF**



____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**

RECIFE, Secretaria de Educação. **Plano municipal de educação. Retrospectivas: bases legais. Vol 1.** Recife, 2003.

____. **Lei 16.190/96.** Dá nova regulamentação ao Conselho Municipal. Recife



MORTALIDADE MATERNA NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, 2010-2017

Rayllene Pachêco Muniz¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de Enfermagem- FENSG/UPE; e-mail: ray_llene@hotmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo/ Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais – CIEG/NEES; e-mail: Cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: O estudo teve como objetivo descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos maternos de residentes no Recife, Pernambuco, no período de 2010 a 2017. Estudo transversal, descritivo de base populacional, cuja população foram os óbitos maternos de residentes no Recife, registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), ocorridas no período de 2010-2017, disponíveis no sítio da Secretaria de Saúde de Pernambuco. Foram analisados 120 óbitos maternos, com uma RMM de 66,20 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos. Os resultados encontrados neste estudo possibilitam o conhecimento sobre a mortalidade materna no Recife, e as informações fornecem subsídios para auxiliar o planejamento de ações que visem a sua redução.

Palavras-chave: Epidemiologia; Estatísticas vitais; Mortalidade materna; Saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

A morte de uma mulher devido a complicações na gravidez ou puerpério é, em grande parte dos casos, evitável e constitui em uma grave violação dos direitos humanos. De acordo, com a Organização Mundial de Saúde na 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) morte materna é definida como “morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da mesma, independente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devido a causas acidentais ou incidentais”. Os óbitos maternos podem ser classificados em causas obstétricas diretas e indiretas.

No ano de 2000, foi assinado um acordo adotando oito objetivos intitulados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que trazia no quinto objetivo a redução de 75% da Razão da Mortalidade Materna (RMM) entre 1990 e 2015. Em continuidade aos ODM, no ano de 2015 foram introduzidos 17 novos, intitulados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde traz no terceiro objetivo a redução global da RMM para menos de 70 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos até 2030. Em 2016, a RMM mundial encontrava-se em 210 por 100.000 nascidos vivos, bem acima do valor estabelecido nos ODS.

Este trabalho teve como objetivo descrever as características clínicas e epidemiológicas dos óbitos maternos de residentes no Recife, no período de 2010-2017.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado na cidade do Recife (PE), administrativamente dividida em 94 bairros e oito Distritos Sanitários. Trata-se de um estudo transversal, descritivo de base populacional, onde a população de estudo foram os óbitos maternos, definidos nos capítulos I e XV da CID-10 (códigos B20 e O00-O99), de residentes no Recife, registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), ocorridas no período de 2010-2017. As informações sobre os óbitos maternos e Nascidos Vivos foram obtidas a partir do site da Secretaria de Saúde de Pernambuco, proveniente dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos vivos (Sinasc) que foi utilizado no cálculo da razão da mortalidade materna. Trata-se dados secundários de domínio público, sem a identificação pessoal, que dispensa a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos. Foi empregada estatística descritiva, com a distribuição de frequências.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No período de 2010 a 2017 foram registrados no SIM, 120 óbitos maternos. Os anos de 2011 e 2015 apresentaram, respectivamente, a menor e maior frequência com 10 e 22 óbitos. Analisando o último ano de pesquisa, tem-se uma RMM de 65,74 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, acima do recomendado pela OMS. É possível observar que, exceto os anos de 2011 e 2014, Recife se manteve acima do recomendado; assim como não teve alterações significativas no número de óbitos maternos ocorridos. Do total de óbitos, verificou-se, que 110 (91,7%) mulheres estavam entre 20 a 29 anos. Essa faixa etária também foi a mais prevalente no estado da Bahia com cerca de 40% dos óbitos maternos (JO et al., 2018). O número de óbitos neste intervalo de idades se dá devido a um maior número de paridade durante este período, porém, oferece menor risco se comparada a gravidez em extremos etários. Quanto à raça/cor, o estudo evidencia que 80 (66,6%) eram negras. Houve predominância de óbitos de mulheres sem companheiro. Evidenciando uma necessidade de atenção as mulheres durante o acompanhamento pré e pós a gravidez e corroborando com outras pesquisas (CASTRO, 2016; QUIRINO, 2019).

Quanto à escolaridade, morreram 59 (49,1%) mulheres com oito anos ou mais de ensino. Resultado similar foi encontrado num estudo em Belo Horizonte (RESENDE; RODRIGUES, 2015), onde mais mulheres com ensino igual ou superior a oito anos morreram devido à causas maternas. Em relação ao local da ocorrência, 113 (94,1%) óbitos aconteceram em hospitais; 97 (80,8%) providos pelo SUS.

Verificou-se no estudo que o maior número de óbitos maternos ocorreu devido a causas obstétricas indiretas com destaque para outras doenças maternas que compliquem a gravidez, o parto e o puerpério (O99) (41 óbitos), diferente à situação vivenciado no Brasil onde há predominância de óbitos maternos por causas diretas. A variável morte na gravidez e puerpério, mostrou que 73 (60,8%) dos óbitos transcorreram durante o puerpério até 42 dias. Todas as causas de óbitos maternos estudados foram consideradas como evitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste estudo mostraram que no período de 2010-2017 o maior número de mortes maternas ocorreu em mulheres negras e jovens, sem companheiro e com escolaridade igual ou superior a



oito anos de ensino. Todas as causas foram consideradas evitáveis, com predominância de óbitos maternos por causas obstétricas indiretas. Esses resultados são importantes para o conhecimento da mortalidade materna e para o planejamento de ações que visem a sua redução.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fornecimento da bolsa, a Fundação Joaquim Nabuco por toda assistência, em principal ao CIEG. Agradeço ainda aos meus amigos por todo apoio e por toda orientação da prof.^a Cristine Bonfim.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- BOTELHO NM, SILVIA IFMM, TAVARES JT, LIMA LO. Causas de morte materna no estado do Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.** 2014, 36(7): 290-5.
- FERNANDES, B. B. et al. Pesquisa epidemiológica dos óbitos maternos e o cumprimento do quinto objetivo de desenvolvimento do milênio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. (esp), p. 192–199, 2016.
- GARCIA DSS, GARCIA HS. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS.** 2016; 35 (esp): 192-206.
- GONÇALVES DIAS, J.M. et al. Mortalidade materna. **Revista Médica de Minas Gerais;** 25(2): 173-179, 2015.
- JO, G. et al. Perfil sociodemográfico e clínico de mortalidade materna. **Revista de enfermagem UFPE on line.** v. 12, n. 12, p. 3165–3171, 2018.
- LOPES FBT, MORAES MS, RODRIGUES APBA, FRANÇA AMB. Mortes maternas por causas sensíveis à atenção primária. **Cad Grad ciências biológicas e da saúde.** 2016; 3(3): 201-14.
- MARIO, D. N. et al. Qualidade do Pré-Natal no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde Quality of Prenatal Care in Brazil: National Health Research 2013. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** p. 1223–1232, 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. São Paulo: EDUSP; 2017.
- PICOLI, Renata Palópoli; CAZOLA, Luiza Helena de Oliveira and LEMOS, Everton Ferreira. Mortalidade materna segundo raça/cor, em Mato Grosso do Sul, Brasil, de 2010 a 2015. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** [online]. 2017, vol.17, n.4, pp.729-737. ISSN 1806-9304.



Resende LV, Rodrigues RN, Fonseca MC. Mortes maternas em Belo Horizonte, Brasil: percepções sobre qualidade da assistência e evitabilidade. **Rev Panam Salud Publica**. 2015;37(4/5):218–24.

SMALL, M. J.; ALLEN, T. K.; BROWN, H. L. Global disparities in maternal morbidity and mortality. **Seminars in Perinatology**, v. 41, n. 5, p. 318–322, 2017.

SANTOS, S.M dos. Desigualdades raciais na mortalidade de mulheres adultas no Recife, 2001 a 2003. **Saúde e Sociedade**. v. 16, n. 2, p. 87-102, 2007.



OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU NA PERSPECTIVA DA GESTÃO URBANA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SALVADOR, BAHIA

Rebeca Allana Albuquerque¹; Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura²; Antônio Jucá Filho³

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais – DECISO da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE; e-mail: beca.allana@gmail.com; ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da FUNDAJ-DIPES; e-mail: alexandrina.sobreira@fundaj.gov.br; ³Pesquisador da Coordenação Geral do Centro de Estudos em Dinâmicas Sociais e Territoriais da FUNDAJ- CEDIST; e-mail: antonio.juca@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo identificar como a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS contribui para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos), e número 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis). Para abordagem do problema, foram usadas ferramentas da metodologia qualitativa, através do uso de técnicas combinadas de coleta e análise de dados, como a análise bibliográfica e documental, além de entrevista com moradores do empreendimento Minha Casa Minha Vida, em Salvador, Bahia. Como conclusão, destaca-se que o Brasil está aquém de alcançar as ODS 6 e 11 da Agenda 2030, tendo em vista que não consegue sequer respeitar os princípios da PNRS, principalmente o princípio da não geração de resíduos sólidos. O déficit habitacional é um dos principais problemas a serem resolvidos na gestão urbana, haja vista que falta uma distribuição equitativa nas moradias, além de falhar na efetividade de suas políticas públicas, visto que em sua maioria, elas são pensadas como políticas de governo e não políticas de Estado para sua execução.

Palavras-chave: Agenda 2030. Resíduos Sólidos. Gestão Urbana.

INTRODUÇÃO

Em 2015, no seu septuagésimo aniversário e após anos de reuniões, debates, consultas públicas, a ONU, junto aos governos, à sociedade civil, ao setor privado, às organizações internacionais e outros parceiros, elaboraram uma Agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, com prazo para que seus objetivos serem atingidos, em sua maioria, até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Esta agenda elenca um plano de ação tendo em perspectiva favorecer das pessoas e o planeta, visando a prosperidade e paz universal. Assim, a Agenda 2030, como é conhecida, trata de “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ONU, 2015, p. 1).

Para o alcance dos objetivos supracitados, as legislações devem ser adaptadas para o alcance de um futuro cenário desejado. Assim, políticas públicas são fundamentais para que a Agenda 2030 sejam implementadas



e seus objetivos e metas alcançados.

Portanto, isto diz especial respeito às macropolíticas governamentais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que dialoga diretamente com a Agenda 2030 e que, se for devidamente efetivada, contribuirá para a melhoria da saúde pública e recuperação de ecossistemas etc.

Desta forma, o presente trabalho foi desenvolvido a partir da interseção de duas pesquisas: “Estratégias e Práticas de Inovação Social como Vetor de Indução e Aperfeiçoamento das Políticas Públicas para o cumprimento da Agenda 2030”; da pesquisadora Alexandrina Sobreira de Moura; e “A Política Habitacional de Interesse Social no Brasil à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030/ONU”, do pesquisador Antônio Jucá Filho; como trabalho final do Programa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – CNPq/FUNDAJ 2018-19.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar como a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS contribui para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos), e número 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para abordagem do problema, foram usadas ferramentas da metodologia qualitativa, através do uso de técnicas combinadas de coleta e análise de dados, como a análise bibliográfica a partir de “livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações e teses” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 54).

Foi aplicada a análise documental aos dados de órgãos governamentais brasileiros, aos de agências privadas, e de organismos internacionais, bem como análise do texto da própria Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é o documento basilar desta pesquisa. Este método de análise também foi aplicado à Nova Agenda Urbana, da ONU Habitat III; à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010; ao Relatório de Desenvolvimento Sustentável - Nordeste 2030; aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS, Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017); ao relatório intitulado – The Sustainable Development Goals Report 2018; a outros dados divulgados por órgãos governamentais e não governamentais; agências privadas e órgãos internacionais.

Também foram realizadas entrevistas com moradores e vizinhos do empreendimento Residencial Jardim Cajazeiras, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que fica localizado no bairro de Cajazeiras, município de Salvador, no Estado da Bahia.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O déficit habitacional no Brasil corresponde a um total de 7,757 milhões de moradias. Esse total corresponde a 3,27 milhões com a renda comprometida com pagamento de aluguel, 3,22 milhões com coabitação, 942,6 mil com habitações precárias e 317,8 mil pertence à categoria de adensamento excessivo (VALOR ECONÔMICO, 2018).

Verifica-se que “entre 2003 e 2030 será necessário construir habitações para uma população global estimada em 2,8 bilhões de pessoas” para poder suprir o déficit habitacional e fazer frente ao crescimento populacional aliado à urbanização (BRASIL, 2015).

Podemos constatar que há uma defasagem na distribuição equitativa na construção dessas moradias, por região do Brasil, haja vista que, de 2014 para 2015, houve um aumento no déficit habitacional de 201.642 unidades.

Os dados ficam alarmantes quando se explora a perspectiva de um estudo cruzado com os resíduos sólidos gerados pela população atual, e em 2030, caso não haja uma mudança de racionalidade.

O relatório “Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2016” publicado em março de 2018 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referente ao ano de 2016, aponta que apenas “3.670 municípios participaram da coleta, ou seja, 65,9% do total do País”, com o total de 49,5 milhões de toneladas coletadas na área urbana. Em relação ao ano de 2015, ainda de acordo com o mesmo relatório, houve uma redução de 5%, ou seja, foram coletados 58,9 milhões de resíduos sólidos urbanos (SNIS, 2018, p. 3).

Dos resíduos coletados em 2016, “apurou-se que 59,0% são dispostas em aterros sanitários, 9,6% em aterros controlados, 10,3% em lixões e 3,4% encaminhados para unidades de triagem e de compostagem” (SNIS, 2016, p. 3).

De acordo com o IBGE, apenas 79,8% dos municípios brasileiros contam com o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, ou seja, 1.257 municípios atuam por consórcio para o manejo de resíduos sólidos. (IBGE, 2017)

Observa-se um aumento 19,7% entre os anos de 2011 e 2017, no número de municípios que possuem serviço de limpeza urbana. Ademais, 20,2% dos municípios brasileiros não contam com esse serviço, o que contraria as metas das ODS 6, 11 e 12, bem como os artigos 6º e 7º da PNRS.

A NAU está em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em destaque a ODS 11, que trata de cidades e assentamentos sustentáveis. Neste sentido, encontra-se fundamento na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Declaração do Milênio, entre outros (ONU, 2016).

O posicionamento da NAU está ancorado nas “dimensões integradas e indivisíveis do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. (ONU, 2016, p. 13).

As dimensões sócio-econômica-ambiental estão pensadas e contempladas nas políticas da ONU desde que o Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum) foi elaborado, em 1987.

Todavia, diversas críticas já foram tecidas quanto à amplitude das dimensões que são levadas em consideração pelas diversas agendas da ONU, que reitera a polarização norte/sul mundial, assim como o reforço do pensamento da dualidade de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, deixando de lado outras dimensões que a teoria da sustentabilidade trás, como as dimensões cultural, ecológica, ambiental, territorial e política (SACHS, 2002).

No estudo de caso feito no empreendimento Residencial Jardim Cajazeiras, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que fica localizado no bairro de Cajazeiras, município de Salvador, no Estado da Bahia, em



entrevista aos moradores e vizinhos, foi constatado que:

- Quando questionados das vantagens e desvantagens de ter passado a morar no apartamento do MCMV, um morador respondeu que “saiu do lixo e foi para o luxo”, em comparação à moradia anterior, pois agora possuem “um teto para chamar de seu”.
- Quanto aos estabelecimentos de saúde, escolas, agências bancárias e orelhões, os moradores e vizinhos do Residencial Jardim Cajazeiras relataram a precariedade desses serviços públicos, não existindo nos arredores, que gera uma insatisfação pelos moradores e vizinhos com relação aos serviços supracitados. Há apenas uma linha de ônibus que atende o bairro de forma precária.
- No que tange ao abastecimento de água, a qualidade e quantidade do fornecimento, os moradores avaliaram como boa, no entanto foi evidenciado que não há iniciativas para captação da água da chuva ou reutilização da água de pias ou chuveiros.
- Não há iniciativas por parte da gestão pública estadual e municipal, nem da comunidade para a capacitação ou profissionalização dos jovens, nem para a melhoria dos serviços sanitários.
- Verificou-se ainda que não há estrutura adequada de acessibilidade para idosos e deficientes. Também foi constatado que no empreendimento não há rede conjunta de internet e que seu fornecimento é clandestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, podemos observar que o Brasil está aquém de alcançar as ODS 6 e 11 da Agenda 2030, tendo em vista que não consegue sequer respeitar os princípios da PNRS, principalmente o princípio da não geração de resíduos sólidos.

O déficit habitacional é um dos principais problemas a serem resolvidos na gestão urbana, haja vista que falta uma distribuição equitativa nas moradias.

O Brasil falha na efetividade de suas políticas públicas, visto que em sua maioria, elas são pensadas como políticas de governo e não políticas de Estado para sua execução.

Ademais, evidencia-se que o paradigma econômico distancia as pessoas dos processos sociais, ambientais, filosóficos e até mesmo éticos e as dita relações sociais entre as pessoas e o meio ambiente. Faz-se necessário uma mudança de paradigma, de modo a incluir as dimensões social, cultural, ecológica, territorial, política e ecológica.

Não obstante, deve ressaltar a ausência de poder coercitivo da ONU como um Governo Mundial, assim como sua falta de recursos para financiamento e execução de suas campanhas, a exemplo da Agenda 2030.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq e a FUNDAJ pelo fomento da bolsa e possibilidade da realização da pesquisa, assim como a meus orientadores Alexandrina Sobreira e Antônio Jucá por compartilharem seus conhecimentos e me acolherem como orientanda.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Análise da adequação das metas constantes do projeto de Plano Plurianual 2016-2019 com as metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024**. 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2015/nt37_2015>. Acesso em: 21 mar. 2018
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.pgiods.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 18.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Habitat III. **Nova Agenda Urbana**. 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002
- SNIS - Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2016**. 2018. Disponível em <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2016>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- VALOR ECONÔMICO. **Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões**. 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>>. Acesso em: 27 nov. 2018.



SÉRIE TEMPORAL DA MORTALIDADE FETAL NO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Rebecca Seus Barbosa¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de Enfermagem- Fensg/UPE; rebecca.seus17@gmail.com, ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; cristine.bonfim@uol.com.br

RESUMO: A taxa de mortalidade fetal é um indicador da qualidade da assistência à saúde materna e infantil. Objetivo: Analisar os padrões temporais da mortalidade fetal no período de 2000 a 2016 e a sua previsão até 2020 para o Recife, Pernambuco, Brasil. Métodos: Estudo ecológico de série temporal que utilizou o Modelo Auto Regressivo Integrado de Médias Móveis Sazonal (SARIMA). Para análise dos dados foi usado o programa R. Resultados: A série apresentou estacionariedade e um componente sazonal. Foi realizada a previsão, na qual observou-se tendência semelhante ao da série. Conclusão: A ausência de redução das taxas de mortalidade fetal poderá servir como fonte para o planejamento de estratégias de prevenção do óbito fetal.

Palavras-chave: Estudo de série temporal; Óbito fetal; SARIMA.

INTRODUÇÃO

No Brasil os óbitos fetais são os ocorridos a partir da 22ª semana de gestação, 500g ou 25 cm de estatura (BARROS, 2019). A taxa de mortalidade fetal, no mundo, em 2015 foi de 18,4 óbitos por 1.000 nascimentos (PINGRAY et al., 2018). No Brasil, neste mesmo ano, foi estimada uma taxa de mortalidade fetal de 9,50 por 1.000 nascimentos. Em comparação à taxa de 8,19 por 1.000 nascimentos, estimada no ano de 1996, foi observada uma tendência estacionária (BARROS; AQUINO; SOUZA, 2019).

Na Epidemiologia, as séries temporais têm como principais aplicações: A avaliação da evolução das taxas referentes ao evento estudado e a realização de previsões (RASMUSSEN et al., 2019). Este estudo teve como objetivo analisar a série temporal da mortalidade fetal no período de 2000 a 2016 e estimar a sua previsão até 2020 para o Recife, Pernambuco, Brasil. A sua realização contribuirá com o conhecimento de tendências que poderão embasar o planejamento de ações preventivas do óbito fetal na cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo foi o Recife, capital do estado de Pernambuco. Trata-se de um estudo ecológico de série temporal. Como fonte de dados, foi utilizado o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) para o cálculo da taxa de mortalidade fetal. Foi empregada a estatística descritiva para caracterização epidemiológica dos óbitos fetais.

A análise da série temporal foi dividida em: identificação, estimação e teste. Na fase de identificação da série foram calculadas as taxas de mortalidade fetal por trimestre, de 2000 a 2016. Para a análise dos dados foi



utilizado o programa R. Para a validação da estacionariedade da série foi realizado o teste de Dickey-Fuller e gerado gráfico com valores da função de autocorrelação (ACF). Para a seleção do modelo estatístico, foram observados os gráficos de ACF e da Função de autocorrelação parcial (PACF) e utilizada a função `auto.arima` do pacote “forecast”, sendo selecionado um modelo SARIMA(0,0,0)(1,1,1)(4). Além disso, foi realizada a análise dos resíduos. Utilizou-se gráficos e o teste de Ljung-Box. O estudo foi realizado com dados secundários disponíveis no DATASUS, dispensando a aprovação do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Caracterização dos óbitos fetais

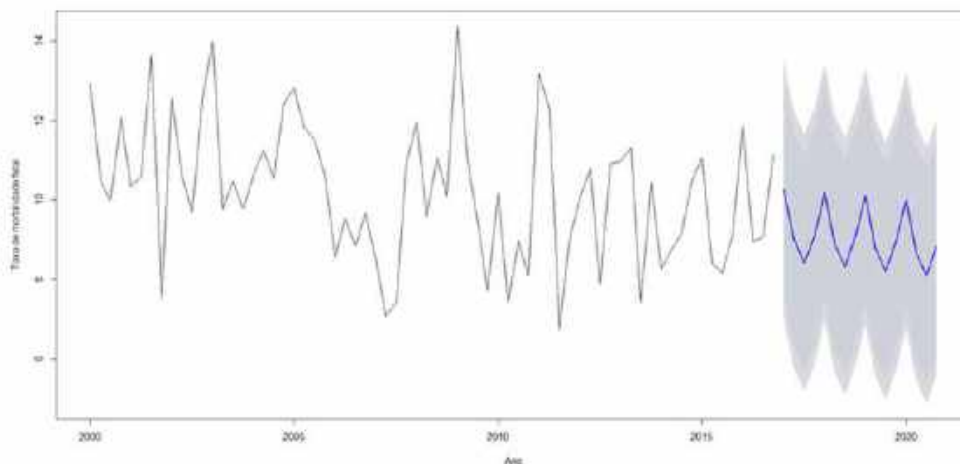
Entre os anos de 2000 a 2016 foram registrados 4.040 óbitos fetais. O ano de 2005 apresentou a maior taxa de mortalidade fetal (11,67 por 1.000 nascimentos) e 2007 a menor (8,23 por 1.000 nascimentos). Em 2014, foi lançado o Plano de Ação para Todos os Recém-nascidos. Este plano estabeleceu como meta, para os países o alcance da taxa de mortalidade fetal de 10 óbitos por 1.000 nascimentos até 2035. Até o ano de 2016, o Recife estava um pouco acima da meta estabelecida, com uma taxa de 10,22 por 1.000 nascimentos.

Os óbitos fetais ocorridos entre a 28ª e a 36ª semana de gestação apresentaram uma frequência de 43,29%. No mundo, a prematuridade (nascimento de um conceito com idade gestacional menor que 37 semanas) é a principal causa para a mortalidade infantil (LIU et al., 2015). Pode ser explicada através de fatores sociodemográficos, ambientais, relacionados à saúde materna e genéticos (WALLESTEIN; CARMICHAEL; STEVENSON, 2018). Em relação ao peso fetal, aproximadamente 46,19% dos natimortos apresentaram peso muito baixo ao nascer (<1500 gramas). Este foi um achado comum em outros estudos (OBADI, 2018; SALEEM et al., 2018; STRINGER et al., 2015). Segundo Lawn et al. (2016), quanto menor o peso e a idade gestacional, maior é o risco de óbito fetal. Do total de óbitos fetais, 22,48% foram decorrentes de afecções maternas, não obrigatoriamente relacionadas com a gravidez atual (P00). Esta causa básica se baseia na qualidade da atenção à saúde materno-infantil (VIEIRA, 2016).

Série temporal e previsão da mortalidade fetal

A partir da visualização da série, não foi identificado movimento de tendência e variações não significantes. No entanto, foi identificado um componente sazonal, de maneira que as variações da série apresentam um padrão cíclico de crescimento e decrescimento. Os inícios e finais de ano apresentaram maiores taxas em comparação aos segundos e terceiros trimestres (Figura 1). A série prevista de 2017 até 2020 exibiu comportamento estacionário e sazonal.

Figura 1 Série temporal da mortalidade fetal no Recife, de 2000 a 2016 e previsão até 2020



A estacionariedade pode estar relacionada com as medidas de saúde pública implementadas, tais como: Rede Cegonha, expansão da Estratégia de Saúde da Família, entre outras (NASCIMENTO et al., 2018). Acrescente-se a atuação da Vigilância do Óbito Infantil e Fetal que também fornece subsídios para o planejamento de novas estratégias de redução da mortalidade infantil e fetal (OLIVEIRA et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da série temporal da mortalidade fetal no Recife permitiu a visualização de um componente sazonal. A previsão apresentou comportamento estacionário. A ausência de redução das taxas de mortalidade fetal, poderá servir como fonte para o planejamento de estratégias de prevenção do óbito fetal no Recife.

AGRADECIMENTOS

Dedico este agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida; à Fundação Joaquim Nabuco e ao CIEG pelo suporte e acolhimento e à professora Cristine Vieira do Bonfim pela orientação e investimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

- 1LAWN, Joy E. et al. Stillbirths: rates, risk factors, and acceleration towards 2030. *The Lancet*, v. 387, n. 10018, p. 587-603, 2016.
- 2PINGRAY, Veronica et al. Stillbirth rates in 20 countries of Latin America: an ecological study. *BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, v. 125, n. 10, p. 1263-1270, 2018
- 3RASMUSSEN, I. S. et al. The association between seasonal influenza-like illness cases and foetal death: a time series analysis. *Epidemiology & Infection*, v. 147, 2019.
- 4BARROS, Patrícia de Sá; AQUINO, Érika Carvalho de; SOUZA, Marta Rovey de. Fetal mortality and the challenges for women's health care in Brazil. *Revista de saúde pública*, v. 53, p. 12, 2019.

- 5OBADI, M. A. et al. Risk factors of stillbirth in Yemen. *Journal of neonatal-perinatal medicine*, v. 11, n. 2, p. 131-136, 2018.
- 6MCCLURE, Elizabeth M. et al. Global Network for Women's and Children's Health Research: probable causes of stillbirth in low-and middle-income countries using a prospectively defined classification system. *BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, v. 125, n. 2, p. 131-138, 2018.
- 7VIEIRA, Maria Salete Medeiros et al. Fetal deaths in brazil: historical series descriptive analysis 1996–2012. *Maternal and child health journal*, v. 20, n. 8, p. 1634-1650, 2016.
- 8STRINGER, Elizabeth M. Ending preventable stillbirth: A gift for all women. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, v. 138, n. 3, p. 237-238, 2017.
- 9WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Every newborn: an action plan to end preventable deaths. 2014.
- 10WALLENSTEIN, Matthew B.; CARMICHAEL, Suzan L.; STEVENSON, David K. Prematurity and Stillbirth. In: *Avery's Diseases of the Newborn. Content Repository Only!*, 2018. p. 78-81. e3.
- 11NASCIMENTO, Jucelia Salgueiro et al. Assistência à Mulher no Pré-Natal, Parto e Nascimento: Contribuições da Rede Cegonha. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 694-709, 2018.
- 12OLIVEIRA, Conceição Maria de et al. Vigilância do óbito infantil no Recife, Pernambuco: operacionalização, potencialidades e limites. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 26, p. 413-419, 2017.



GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA PROFESSORA ZULMIRA DE PAULA ALMEIDA

Renata Coriolano de Souza Paixão¹ Alexandre Zarias²

¹Estudante da Licenciatura em Ciências Sociais – UFPE; renatacoriolanod@gmail.com; ²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Social da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) – Cecim/Dipes; alexandre.zarias@fundaj.gov.br

Esta pesquisa consiste em analisar a organização da instituição pública de ensino Escola Professora Zulmira de Paula Almeida, tendo como referência os princípios, diretrizes e leis concernentes à gestão democrática da educação. Apesar de a escola contemplar em seu Projeto Político Pedagógico esse conjunto de orientações, sua execução não é concretizada na visão de alunos entrevistados por meio de questionário.

Palavras-chave: Educação. Gestão democrática. Escola. Ensino.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se a análise da organização da instituição pública de ensino Escola Professora Zulmira de Paula Almeida, localizada no bairro de Jardim Paulista Baixo, do município de Paulista-PE, tendo como referência os princípios, diretrizes e leis concernentes à gestão democrática da educação. A partir dos estudos realizados, busca-se complementar o conhecimento que já se tem a respeito do sistema escolar do ensino médio, referente ao conjunto de elementos relacionados com a qualidade de ensino.

As referências bibliográficas utilizadas nessa pesquisa tratam sobre a gestão democrática da educação. Sob diferentes perspectivas, os autores e autoras apontam os principais pilares da gestão democrática, sua história e organização do ponto de vista gestacionário, a contribuição docente para a construção de um pensamento autônomo dentro da instituição escolar, além dos conceitos de democracia e de gestão democrática que fazem parte dos atrigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996.

Tal revisão preliminar da literatura foi essencial para a observação e análise do objeto de estudo “Gestão Democrática da Educação na Escola Professora Zulmira de Paula Almeida”, pois auxiliou no entendimento sobre o que é “gestão democrática” e os princípios que a regem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em pesquisa de campo e análise bibliográfica, durante a qual foi realizada aplicação de questionários com perguntas abertas para cinco alunos da Escola Professora Zulmira de Paula Almeida. Análise da prática de organização escolar à luz de pesquisas recentes acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que é gestão democrática da educação?

É uma gestão que pressupõe a participação efetiva de todo o seguimento escolar nas decisões tomadas dentro da instituição. Toda a comunidade escolar composta por diretores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos, pais ou responsáveis e demais funcionários devem participar de todos os processos decisórios da escola.

Esse modelo gestacionário está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. A gestão democrática da educação, não se trata apenas da participação nas tomadas de decisão dentro da escola. Mas diz respeito também à valorização do profissional de educação, ao reconhecimento do seu trabalho enquanto educador, ao direito de todos a terem livre acesso à educação pública e de qualidade.

Projeto Político Pedagógico da Escola Professora Zulmira de Paula Almeida

O Projeto Político Pedagógico da instituição data de 2013. De acordo com o texto do projeto, ele foi construído a partir de reflexões entre gestores, professores, pais, alunos e funcionários, ou seja, todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

O Projeto possui cerca de 30 páginas e está organizado desde as responsabilidades que cabem à escola e seus gestores, como também das obrigações do alunado para com a instituição, seus direitos e leis que os garantem. Ainda, de acordo com o texto do Projeto, a implantação da Proposta Pedagógica dá-se por meio de reuniões periódicas, seminários, informativos afixados nos painéis da escola e relatórios indicando o nível de sucesso ou insucesso, com a participação de todos os seguimentos da escola. Existe um trabalho de discussão que está sempre sujeito a modificações. A cada ano, a proposta é reavaliada.

Aponta-se que o projeto político pedagógico é voltado para o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno para as várias esferas da sociedade e que a instituição de ensino tem obrigação de informar os seus alunos e aprimorar o educando como pessoa humana, além de fazer com que o aluno desenvolva autonomia intelectual.

Análise dos questionários aplicados

No questionário, assim como teria sido na dinâmica do grupo focal, os alunos foram desafiados a dizer o que esperam de uma gestão em uma escola que possui determinadas características relacionadas a qualidade de ensino, índice de reprovação e infraestrutura.

Pensando sobre a questão da qualidade de ensino na escola, foi perguntado aos alunos no questionário sobre o alto índice de reprovação que havia dentro dessa escola e, na opinião deles, porque acham que isso acontece e o que se pode fazer para melhorar essa situação de reprovação.

A maioria dos alunos responderam que isso ocorre por falta de interesse do próprio aluno nas aulas e que muitos não gostam de estudar. Um aluno respondeu, que além da falta de interesse, ocorre também que, as vezes, o aluno não tem condições de comparecer às aulas porque trabalha: *“na maioria das vezes estão estressados porque não gostam de estudar, não tem interesse, ou porque não tem muita condições em ir a aula, porque trabalha e etc...”*

Quando perguntados sobre o que poderia ser feito para mudar esse quadro de reprovação na escola, a maioria dos alunos responderam que é necessário tornar as aulas mais atrativas e que a escola devia dar mais apoio aos alunos, mostrando como é bom estudar e que isso deve se tornar um hábito na vida dos deles, além de elaborar uma disciplina específica para alunos em situação de reprovação.

Os alunos foram perguntados sobre a participação em sala, sobre a interação professor-aluno. A maioria respondeu que falta apoio da instituição e que muitas vezes até mesmo os professores são desinteressados em fazer com que o aluno seja mais participativo. Os alunos afirmaram também que não são convidados a participar das tomadas decisões que ocorrem dentro da escola. Para eles isso não é certo, pois a opinião dos alunos importa.

Ainda, pensando a questão da qualidade de ensino dentro da instituição escolar e a tudo que ele remete, como por exemplo, a infraestrutura da escola que também reflete na qualidade ou não do ensino, os alunos foram desafiados a buscar soluções para o problema de infraestrutura na escola, que fica localizada numa área de difícil acesso, não oferece uma segurança adequada, além dos problemas de abastecimento de água na região em que a escola está localizada.

Os alunos responderam que isso deve partir do interesse de ambas as partes, tanto professores quanto alunos, juntos a gestão da escola, com a qual devem buscar por melhorias e que os alunos devem falar mais: *“nós alunos devemos buscar mais, ir sempre atrás porque se não fizermos isso, nada se resolve, fica tudo mesmo jeito”*; *“A gestão deveria juntar os professores e até mesmo alunos para ajudar com o que pode, seja com uma pequena quantia de dinheiro ou com projetos. Também temos a prefeitura que deveria ser o principal em ajudar”*.

De acordo com Furtado (2005), por meio de pesquisas realizadas, verificou-se que as escolas públicas de ensino regular-oficial não vivenciam essa democracia representativa. No entanto, é apontado pela pesquisa que as escolas que vivenciam esse tipo de democracia, no Brasil, nas palavras de Furtado, “que conseguem atingir esse nível democrático”, são aquelas controladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houveram muitas dificuldades impostas pela instituição escolar quando a ideia principal da pesquisa era a realização de grupos focais. Vendo a impossibilidade de realização dessa dinâmica, optamos por aplicação de questionários com perguntas abertas que dessem conta da temática de pesquisa escolhida. A ideia era aplicar os questionários com pelo menos professores e alunos da instituição. No entanto, vendo a rejeição dos professores, foi feita a aplicação dos questionários apenas com os alunos.

Por mais que a gestão democrática da educação seja uma consagração legal, que hajam leis que legitimem esse tipo de gestão, ainda assim, a gestão democrática parece algo distante de ser atingido. Há planos de orientação para ações que estão nos planos constitucionais e nas leis de base da educação, no entanto, tudo ainda parece insuficiente para garantir uma gestão democrática da educação efetiva. A maioria das escolas brasileiras da rede pública de ensino, ainda seguem um modelo de gestão fabril, baseado em resultados que



são produzidos pela escola.

Muito se fala em gestão democrática da educação e como ter esse tipo de gestão dentro de uma instituição escolar influenciaria também na qualidade de ensino da escola. Apresentam a qualidade de ensino diretamente ligada a gestão democrática da educação, e que ela é um meio imprescindível de se alcançar a autonomia do sujeito e a chance de mobilidade social por meio dessa autonomia, em que o indivíduo possa ditar o seu próprio destino.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só possível a partir do auxílio da Fundação Joaquim Nabuco, assim como do CNPq, aos quais agradeço. Agradeço também a todos que me incentivaram, em especial a minha família, a colega de pesquisa Elizabete Oliveira e ao professor e pesquisador Alexandre Zarias que acompanhou e orientou esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Erica Luisa Matos. Políticas educacionais e gestão democrática na escola. 2005. 115 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2005
- LIMA, Licínio C.. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 35, n.129, p.10671083, Dec. 2014
- LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? (2018). **Educar em revista**. Curitiba, Brasil, v.34.
- PASSADOR, Cláudia Souza; SALVETTI, Thales Silveira. Gestão escolar democrática e estudos organizacionais críticos: convergências teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 34, n. 123, p. 477-492, June 2013
- PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERNAMBUCO 2015 – 2025. <Disponível em:>http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/10046/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O_vers%C3%A3o%20final_%20Lei_%20n%C2%BA%2015.533%20DOE.pdf <acessado em: 21/12/2018; 01:44>
- ROSAR, Maria de Fatima Felix. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.20, n.69, p.165176, Dec. 1999
- SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo; SALES, Mônica Patrícia da Silva. Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 14, n.2, p.171183, Aug. 2012



DOCENTES EM SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO NORDESTE: EVOLUÇÃO RECENTE E ACOMPANHAMENTO DA FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Sabrina da Silva Sousa¹; Cátia Wanderley Lubambo²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais- UFPE; e-mail: sabrina.sousa96@hotmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; E-mail: catia.lubambo@fundaj.gov.br

RESUMO: Esta pesquisa de iniciação científica (PIBIC) desenvolvida na Fundação Joaquim Nabuco pretendeu apresentar o desenvolvimento do licenciado no que se refere a sua formação e como esta implica no seu desempenho enquanto professor de sociologia. Como forma de metodologia, a investigação buscou analisar alguns dados da formação de docentes dos anos de 2008 e 2018 oriundos do Censo Escolar para uma amostra de cinco Estados da Região Nordeste. Juntamente a isso houve a pesquisa qualitativa de campo, com visita à três escolas públicas estaduais da RMR a fim de investigar a atuação dos docentes de sociologia nestas escolas, traçando um quadro comparativo amplo entre suas metodologias de ensino e cada contexto escolar. Ademais, a partir desta pesquisa foi agregada uma análise individualizada da experiência de formação de uma aluna na Universidade Federal de Pernambuco, que se refere ao papel do PIBIC e do Pibid como programas auxiliares na formação de futuros docentes de sociologia. A partir da pesquisa se foi evidenciada a relevância da atuação de políticas de extensão para licenciandos de sociologia e considerações valorosas sobre os dados do Censo.

Palavras-chave: docente; ensino; Nordeste; sociologia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no projeto de pesquisa “Ensino Médio no Nordeste: desafios à qualificação do trabalho docente” em curso na Diretoria de Pesquisas da Fundaj. Nesse projeto de pesquisa maior o objetivo geral é elaborar um diagnóstico sobre as condições de formação e atuação do docente no ensino médio no Nordeste brasileiro e as necessidades de adequação profissional com vistas ao atingimento das metas 15 (obtenção de formação específica de nível superior entre os docentes do ensino médio) e 16 (obtenção de formação continuada e de nível superior entre os docentes do ensino médio) do Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024).

Nessa perspectiva, inserindo-se no corpo de objetivos do projeto de pesquisa referido, o trabalho propõe-se a apresentar uma composição e análise do quadro evolutivo (2008 e 2018) para os estados de Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe e Alagoas. Além disso, em atenção à formação específica de Sociologia, pretende-se verificar o exercício dos docentes dessa disciplina no Ensino Médio e também é feita uma breve análise sobre a influência do PIBIC e do Pibid na formação do licenciando. Para compor a estrutura teórica da pesquisa, objetivando aprofundar e enriquecê-la, mais dois autores foram inseridos, são esses: Maurice Tardiff e Émile

Durkheim. Com a publicação de Maurice Tardiff, foi frisado pontos levantados pelo autor tais como trajetória docente, saber profissional e precariedade da situação do professor. Émile Durkheim aborda sobre a importância da sociologia na educação e o papel de autoritarismo do docente. A partir das reflexões destes dois autores, pretendo esmerar e aplicar suas perspectivas sobre prática e evolução do docente da disciplina de sociologia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos, a pesquisa contemplou os métodos quantitativo e qualitativo, através de informações constantes no Banco de Dados oriundo dos Censos Escolares e Censos de Educação Superior levantados e publicados pelo site do INEP⁵ [Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>] e pesquisa de campo, respectivamente. Além disso, informações relativas às instituições de ensino superior formadoras dos docentes foram pesquisadas no site do e-MEC⁶ [Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>]. No que tange a Pesquisa de Campo foram realizadas visitas às escolas selecionadas. A pesquisa sobre o desempenho dos professores teve caráter descritivo e exploratório, onde fora utilizado métodos de investigação, tais como: a coleta de dados documentais (Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar, Fichas de Cadastros dos Docentes e Plano de Aulas) e a realização de observações de aulas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Como consequência da exploração do banco de dados, foi-se possível elaborar uma tabela composta por dados pertinentes à inserção dos egressos de Ciências Sociais no Ensino Médio nos anos de 2008 e 2018. A tabela a seguir concerne as seguintes Unidades da Federação: Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe e Alagoas. Fazendo a leitura dos resultados mostrados na tabela, é possível perceber a estagnação da procura pelas Ciências Sociais em 2008 e, após dez anos a drástica expansão do número de formados e maior introdução destes no mercado educacional.

Tabela 1 - Egressos das Ciências Sociais e docência no Ensino Médio 2008 e 2018 em AL, CE, MA, PI e SE

Estado	Ano	Modalidade	Egressos	Total licenciados lecionando
AL	2008	Licenciatura	3	11%
		Bacharelado	25	
	2018	Licenciatura	75	82%
		Bacharelado	17	

⁵ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>

⁶ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>



CE	2008	Licenciatura	19	16%
		Bacharelado	99	
	2018	Licenciatura	155	79%
		Bacharelado	39	
MA	2008	Licenciatura	1	5%
		Bacharelado	17	
	2018	Licenciatura	114	80%
		Bacharelado	27	
PI	2008	Licenciatura	0	0
		Bacharelado	27	
	2018	Licenciatura	66	68%
		Bacharelado	30	
SE	2008	Licenciatura	0	0
		Bacharelado	14	
	2018	Licenciatura	118	77%
		Bacharelado	34	

O segundo objetivo da pesquisa teve como propósito a realização de visitas de campo à três escolas. A amostra das unidades escolares foi definida a partir da distribuição territorial urbana, centrada na Região Metropolitana do Recife e da diversidade formativa encontrada entre as instituições locais. O propósito foi buscar e salientar os diferentes aspectos pedagógicos e didáticos desempenhados pelos docentes, mediante a heterogeneidade das instituições de ensino. A análise e apresentação dos resultados da pesquisa de campo seguiram o método da descrição densa e detalhada dos aspectos e dos elementos encontrados, conforme orientado para uma abordagem qualitativa.

A tática de aproximação na pesquisa científica ocorre de maneira mais neutra, pois o funcionamento do observado não dependia diretamente do observador, a exemplo o PIBIC. Diferente do Pibid, onde a inserção no contexto se dá de forma participante. Embora os dois programas fossem capazes de inserir discentes em realidades escolares, a abordagem acontece de forma totalmente diferente e específica, afinada aos objetivos de cada um. A observação vista de cima contrasta com a observação vista de dentro. As vivências em realidades escolares, em suma precárias, reforçaram ainda mais o axioma de que há um déficit real nas



instituições públicas de ensino, atingindo diretamente a docência.

Reforça-se o argumento de que a precarização do meio escolar afeta diretamente a ação docente em sala de aula (TARDIFF, 2002). As atividades práticas exercidas por meio dos programas de extensão, ambientalizam o discente ao seu futuro ambiente de trabalho, mesmo ante o estranhamento inicial. A prática é imprescindível ao seu processo formativo. Segundo Durkheim (1975), o docente além de transmitir conhecimento prévio da disciplina, deve ser sensível ao que concerne as Ciências Humanas, pois sabê-las auxiliam na condução de determinado grupo/turma, é por meio desses saberes que a “cultura pedagógica” é engrenada, trata-se também do exercício da autonomia docente (apud XAVIER, 2010, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos dados pesquisados acerca da formação de docentes dos anos de 2008 e 2018 oriundos do Censo Escolar, foi possível notar o boom crescente de licenciados egressos que estão estabelecidos como docentes de sociologia. O hiato de dez anos entre os dados obtidos, serviu pra aclarar melhor as mudanças ocorridas na procura do curso e no aumento de formados em Ciências Sociais. Quando se fala em acompanhamento e formação docente, deve-se questionar todos os aspectos que permeiam o ofício de ensinar juntamente ao aparato de formação. Nessa perspectiva, a importância da existência de políticas públicas voltadas à capacitação e colaboração ao discente ainda na graduação.

A escola é uma instituição social capaz de abarcar inúmeras relações, é uma das agentes cruciais na constituição de um indivíduo no que diz respeito à socialização deste à coletividade. Quando posto diante de uma realidade escolar muitas vezes desigual, instável e deficiente o egresso vê-se perdido e receoso durante o seu processo de adaptação. A substancial importância deste acompanhamento revela que o processo de formação do docente ultrapassa as paredes da universidade. É basilar que haja um seguimento formativo, ainda na universidade, capaz de oferecer ao licenciado não apenas estruturação teórica mais também subsídios práticos e dialogados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu amigo Luan Nunes, que me apresentou ao PIBIC e me auxiliou bastante durante o processo de pesquisa. Agradeço imensamente à minha orientadora, Cátia Lubambo, que é uma das pessoas mais lindas e incríveis que eu já pude conhecer durante toda a minha vida e que foi bastante paciente e prestativa com as minhas dificuldades de iniciante em pesquisa. À Fundaj e ao CNPq, que me propiciaram uma experiência una através da realização deste trabalho, fomentando a minha formação em Licenciatura em Ciências Sociais. Aos funcionários e funcionárias da Fundaj, em especial à secretária do PIBIC, Valdiane. E por último, mas não menos importante, à minha família que me incentivou a ir adiante sempre.



REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L.C. **Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem**. In: ANASTASIOU, L.C.; ALVES, L.P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7.ed. Joinville: Univille, 2007.
- Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 2019 Jun. 2019
- DE XAVIER, C. A. R. et al. **Émile Durkheim**. Coleção Educadores MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4657.pdf>> Acesso em: 2019 Ago. 2019
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar 2008 e 2018**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>> Acesso em: 2019 Jun. 2019
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2013
- MEUCCI, Simone. **Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil**. Revista Estudos de Sociologia, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184/180>> Acesso em: 2018 Jul. 2018.
- OLIVEIRA, Amurabi, SILVA, Camila Ferreira da. **A sociologia da educação no Nordeste brasileiro: uma análise a partir dos grupos de pesquisa**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.5, nº 1, p.134-159, jan./jun. 2015 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19653/11655>> Acesso em: 2019 Ago. 2019
- SANTOS, A. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido*** link. Rev. Bras. Educ. vol.13, No. 37, 2008.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. – Petrópolis, RJ: vozes, 2002.



POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS ACERVOS, ARQUIVOS E EXPOSIÇÕES DO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE

Thyara Freitas de Alcantara¹; Maurício Antunes Tavares²

¹Licencianda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); E-mail: thyarafreitas@hotmail.com, ²Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); E-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo discutir os discursos e narrativas acerca dos povos indígenas no Nordeste construídos no Museu do Homem do Nordeste (MuHNE), sobretudo, nas ações educativo-culturais, e o modo como tais imagens se materializaram discursos e caracterizaram questionamentos atuais nas narrativas institucionais sobre os indígenas, diante do contexto atual das demandas de povos indígenas no Nordeste. A ideia de que não havia mais índios na Região Nordeste era consenso não somente pela opinião pública, mas também no meio acadêmico que aceitava a noção de assimilação cultural embutida na ideia da miscigenação como aspecto formador da sociedade nacional. A imagem cristalizada foi construída ao longo de séculos, sobretudo no século XIX, sobre os indígenas no Nordeste, é que estes não eram índios por não terem semelhança com as populações indígenas no século XVI. As concepções, imagens e teorias sociais sobre os povos indígenas também se modificaram, especificamente ao longo dos anos 1990 e 2000, com a contribuição de pesquisadores com novas abordagens. A exemplo da discussão dos “índios misturados”. Ao longo de sua trajetória, o MuHNE protagonizou experiências curatoriais que, baseadas nas narrativas sobre mestiçagem, buscando representar a identidade e a cultura do “homem” do Nordeste. Sendo necessário problematizar essas narrativas museais discutindo os enunciados sobre os povos indígenas a partir dos documentos e ações educativo-culturais promovidas ao longo da trajetória do MuHNE, com um olhar crítico sobre a elaboração a respeito dos povos indígenas.

Palavras-Chave: Povos indígenas; Nordeste; Ações educativo-culturais; Museu do Homem do Nordeste

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Nordeste “reapareceram” como “objeto” das pesquisas sociais no Brasil em anos recentes, devido, sobretudo, à dinâmica de suas organizações sociais, mobilizações e demandas políticas. Não faz muito tempo, a ideia de que não havia mais índios na região Nordeste era consenso não só entre a opinião pública, mas também em um meio acadêmico que aceitava a noção de assimilação cultural embutida na ideia da miscigenação como elemento formador da sociedade nacional, presente em obras de grandes autores nacionais, de diferentes matizes e distintas produções teóricas, tal como Gilberto Freyre (Casa grande e senzala, 1933), e Darcy Ribeiro (O povo brasileiro, 1995). Como afirma Edson Silva (2017), a imagem cristalizada que foi construída ao longo de séculos, sobretudo no século XIX, sobre os indígenas no

Nordeste, é que estes não eram índios por não terem semelhança com as populações indígenas do século XVI. Isto revela o peso que o fator biológico exerce sobre a percepção dos indivíduos e coletivos.

Paralelamente, as concepções, imagens e teorias sociais sobre os povos indígenas também se modificaram, especialmente ao longo dos anos 1990 e 2000, com a contribuição de alguns autores, como o historiador John Manuel Monteiro (1996, 1997, 2008), Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1978), João Pacheco de Oliveira (1997, 2004, 2011). As transformações nas noções de identidade e de pessoa, a construção de novas categoriais sociais e políticas indígenas por meio da escolarização, como a de professores e acadêmicos indígenas, bem como a obrigatoriedade do ensino da temática indígena na Educação Básica (Lei nº 11.645/2008), são alguns dos fatores que, aliados às lutas pela demarcação das terras indígenas, que se intensificaram após a Constituição de 1988 e tiveram seu ápice durante os anos do governo Lula contribuíram para o reconhecimento das populações indígenas no Brasil.

A emergência das demandas de povos indígenas e populações quilombolas, em meio à emergência de outras identidades de gênero, de idade, de classe, denuncia a arbitrariedade desse discurso, que é contrário às políticas de identidade requeridas por estes grupos, desafiam as representações construídas pela instituição. Sendo preciso problematizar as narrativas museais produzidas por essa instituição ao longo de sua trajetória, estudar os enunciados produzidos sobre os povos indígenas a partir dos documentos, exposições e ações educativo-culturais promovidas ao longo da trajetória do MuHNE, aplicando o olhar crítico sobre as relações entre identidade e etnia (OLIVEIRA, 1978; WEBER, 1981); elaboração cultural de um Nordeste indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004), com atenção para as representações visuais de identidade étnicas (NOVAES, 1993).

O objetivo geral de pesquisa consistiu em estudar como foram construídas representações de povos indígenas do Nordeste, ao longo da trajetória do Museu do Homem do Nordeste, e o modo como tais representações e identificar como se materializaram discursivamente em acervos, documentos, exposições e ações educativo-culturais alusivas aos povos indígenas no Nordeste, realizadas pelo MuHNE/Fundaj. Além de estudar as relações entre as imagens produzidas e o material analisado com as teorias acadêmicas sobre a formação da identidade nacional; e compreender problemas e desafios atuais nas narrativas institucionais sobre os povos indígenas, diante do contexto atual das demandas de povos indígenas do Nordeste, e das teorias críticas da colonialidade/decolonialidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e consistindo em dois movimentos simultâneos e integrados: I. a realização de estudos bibliográficos sobre as teorias da chamada formação da identidade nacional brasileira e identidade nordestina, onde surgiram diferentes noções sobre a “contribuição” indígena; II. análise da documentação textual e registros visuais das ações educativo-culturais alusivas aos povos indígenas no Nordeste realizados por/no Museu do Homem do Nordeste/Fundaj.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A primeira fonte de dados explorado nesta pesquisa foi o relatório da consultoria prestada por Alexandre de Oliveira Gomes, Co-orientador da pesquisa, à Fundação Joaquim Nabuco, entre o final de 2017 e início de 2018, que teve como um dos objetivos “Repertoriar os levantamentos existentes dos acervos da Fundaj, pesquisas, eventos, exposições e publicações, bem como atualizar inventários anteriores sobre a atuação da Fundação Joaquim Nabuco relacionada às questões africanas, afro-brasileiras e indígenas”, segundo o documento “Parecer Técnico referente ao Produto 2 do Edital Fundaj/Unesco 01/2018, consultor contratado Alexandre de Oliveira Gomes”, datado em 2 de maio de 2018. E a segunda fonte de documentos consultada refere-se aos arquivos do Museu do Homem do Nordeste, especialmente do setor educativo deste. O conjunto documental revelou, devido à consultoria prestada, um importante, numeroso e diversificado acervo arquivístico, que reúne o material mais recente, formado após o MuHNE ter sido criado (1979), às coleções das instituições que o originaram: o Museu de Antropologia (1961-1978), o Museu de Arte Popular (1955-1978) e o Museu do Açúcar (1963-1978). A organização documental deste acervo já é uma valiosa contribuição para o enriquecimento do campo de investigações sobre a história e a trajetória da FUNDaj e, especialmente, do MuHNE, na história intelectual brasileira, com ênfase em sua atuação no campo museológico nacional e internacional.

Infelizmente, atualmente, pouco se percebe o trabalho realizado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, que atuou enquanto consultor no MuHNE entre finais da década de 1990 e começo da década de 2000, no qual, mesmo que ela tenha sido a primeira instituição museológica do Brasil a receber a exposição organizada por Pacheco de Oliveira, “Os primeiros brasileiros”, exposição de suma importância para a museologia brasileira por propôr um novo olhar e abordagem acerca dos povos indígenas no Nordeste. Exposição, cuja, Pacheco de Oliveira ressalta ter sido fundamental o apoio da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), através do apoio do Departamento de Pesquisas Sociais da Fundaj, possibilitando deslocamentos da equipe para o interior do Nordeste, disponibilizando ainda uma sala para trabalhadores da equipe, instalada com arquivos, computadores, mesas e telefone que permitiu que a exposição permanecer na instituição por um período de quase dois anos. (OLIVEIRA & SANTOS, 2019).

Ao analisar os documentos encontrados no arquivo do MuHNE, constatamos que cerca de 80% da documentação referente à temática indígena data de meados e final de 1980 e início e meados de 1990, coincidindo com o período marcado pelas novas abordagens teóricas, perspectivas e anseios nos campos da História e Antropologia brasileiras trazidos pela referida “nova história indígena”. Cujas objetivos eram “unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia”, proporcionada por “um emergente movimento indígena” (MONTEIRO, 2001, p. 138-139). Os estudos nas áreas da Antropologia e da História por meio da nova história indígena buscam compreender “as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas” nas reelaborações de códigos e “apropriações simbólicas através das quais os indígenas transformaram ritos e expressões socioculturais do colonizador: reformulando-as, adaptando-as, refazendo-as, influenciando-as, reinventando-as” (SILVA, 2017, p. 70-71). Além disso, também se destacou durante a pesquisa no arquivo a existência de uma parceria entre a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a

Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Afirmamos ainda que durante a relação existente entre a Fundaj e a FUNAI era latente o interesse, por parte do MuHNE, enquanto instituição museológica, em realizar atividades educativas atuantes no debate sobre a temática indígena. No entanto, ao fim desta relação, infelizmente, a temática indígena, passa a ser minimizada dentro da instituição. Ainda que o fim da relação entre a Fundaj e a FUNAI tenha ocorrido no início da década de 1990, coincidindo com o período da consultoria prestado pelo citado autor e antropólogo, João Pacheco de Oliveira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos questionamentos surgem diante da temática abordada por nosso estudo, tais como, compreender o processo de aparecimento, “desaparecimento” e reaparecimento dos povos indígenas em documentos oficiais, principalmente, os contidos no arquivo documental do MuHNE. Nossa pesquisa se propôs em contextualizar estes questionamentos, apresentando fontes bibliográficas e análise documental acerca do tema. Buscando a compreensão crítica dos processos históricos, socioculturais e políticos vivenciados por povo indígenas habitantes na região Nordeste, sobretudo em Pernambuco, expressas pelo MuHNE. Assim como relacionar tal processo com o campo de estudo ainda pouco recorrente na historiografia brasileira. E ainda relacionar estes processos com as noções de afirmações identitárias étnicas e estratégias de resistências.

Não é apropriado afirmar que as práticas educativas do MuHNE relacionadas à representação dos povos indígenas possa ser compreendida linearmente, como um continuum em que o ponto de partida estivesse em um tempo passado onde representações estereotipadas fossem reproduzidas nas ações educativas, até um ponto posterior na linha do tempo, em que essas representações tivessem sido ultrapassadas e substituídas por uma visão mais crítica e mais próximas das formas como as populações indígenas constroem e comunicam suas identidades hoje. Ao contrário, o exame da documentação, as observações e entrevistas realizadas demonstram que as práticas educativas do MuHNE ora se aproximam das perspectivas evolucionistas e assimilacionistas, reproduzindo o “índio” genérico, construído pelo colonizador e assimilado pelas elites dominantes do país ao longo de toda nossa história, ora transitam mais próximo das perspectivas contemporâneas que veem as populações indígenas como parte da diversidade humana, dotados de culturas, histórias e modos de viver próprios, e sujeitos atuantes na construção da história nacional.

Por um lado, essas variações denunciam o não cumprimento de direitos por parte do Estado e da sociedade civil que resultaram em práticas de perseguição, negação de suas identidades raciais, constante negação de direitos e expulsão, seguida de expropriação de suas terras. Por outro lado, percebe-se a tentativa de fixar um discurso atrelado à segunda fase da historiografia brasileira deu-se pela “nova história indígena” (MONTEIRO, 1991) que influenciam até hoje novas produções e abordagens acerca do protagonismo indígena representado na História brasileira, sendo possível evidenciarmos as características da “nova história indígena” expressas nos documentos analisados.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela oportunidade em contribuir com a produção científica brasileira, e pelo apoio financeiro, durante o desenvolvimento desta pesquisa. Frente ao atual cenário, agradecer, além de um ato de humildade, é um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 25-68.
- COELHO, Mauro C; QUEIROZ Jonas M. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985 [1902].
- CUNHA, Manuela C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Manuela C. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI*. Estudos Avançados, vol. 4, Nº 10, São Paulo, set./dez. 1990.
- _____. Manuela C. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GRUNEWALD, Rodrigo (Org.). *Toré: regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Ed. Massangana, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HIPÓLITO, Jéssica M. V. S. *A construção do discurso expositivo como ferramenta de identificação: Museus, Hegemonia e Subalternidade*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil, 2017.
- HOBBSBAWN, Eric; ranger, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? In: *Revista de humanidades*. Caicó, v. 15, n. 35, 2014. Dossiê Histórias Indígenas, p. 38-68.
- MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *O Estado do direito entre os Autóctones do Brasil*, tradução Alberto Löfgren, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia (série Reconquista do Brasil, n.s., 58), 1982 [1845], p. 85-107.
- _____. O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil. In: *O Estado do direito entre os Autóctones do Brasil*, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1982 [1838], p. 11-83.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)*. 1992.
- MONTEIRO, John M. *Armas e armadilhas*. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1999, p. 237-249.

- _____. *Negros da terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre docência em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campina, 2001.
- NOVAES, Sylvia C. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através de outros*. São Paulo: Edusp, 1993.
- MORAES, Marília B. L. de. *Memória institucional do Museu do Homem do Nordeste Arquivada*. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. *Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva*. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Orgs.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE/ABA, 2016, p. 17-55.
- OLIVEIRA, João P. de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- _____. *Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste*. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 653-687.
- _____. *Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872 – 1980)*. *Horizontes Antropológicos*, nº 6, ano 3, 1997, p. 60-83.
- _____. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Danação do Objeto: o Museu no Ensino de História*. 1ª ed. Santa Catarina: Argos Editora da Unochapecó, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. (primeira edição brasileira data de 1970)
- _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.
- SANTOS, C. *Os direitos dos indígenas no Brasil*. In: SILVA, Aracy L; GRUPIONI, L. D. Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: subsídios para professores de primeiro e segundo graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI-UNESCO, 2004.
- SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson H.; OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva (Orgs.). *História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido*. Brasileiro. Paulo Afonso: SABEH, 2018.
- SANTOS, Gersem L. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: MEC/SECADI/LACED/Museu Nacional, 2006, p. 57-85.
- SANTOS, Myriam S. *Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional*. Soc. estado., Brasília,

v. 15, n. 2, 2000, p. 271-302.

_____. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*. v. 19, n. 19, 2002, p. 115-137.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Questão racial e etnicidade. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (org.) MICELI, S. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, v. 1, p. 267-326.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Editora Claroenigma, 2013.

SILVA, Edson. A afirmação dos índios no Nordeste!. In: *Revista Crítica Histórica*. Ano II, Nº 4, 2011, p. 314-319.

_____. "Confundidos com a massa da população": o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. In: *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, Recife, nº46, v.42, 1996, p.17-29.

_____. Expressões indígenas da cultura imaterial de Pernambuco. In: GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). *Tradições & Traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife, Editora Universitária – UFPE, 2008, p. 215-230.

_____. "Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público". In: *Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI*, Brasília, v.3, n.1/2, 2006, p. 175-224.

_____. "Os caboclos" que são índios: História e resistência indígena no Nordeste. In: *Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF*. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, 2004, p. 127-137.

_____. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950- 1988*. Campinas, SP, Unicamp, 2008 (Tese Doutorado em História).

TAVARES, Mauricio Antunes; LIMA, Joana D'Arc de Sousa. Processos civilizadores, colonialidades e decolonialidades. *Comunicações (UNIMEP)*,v. 25, pp. 99-125, 2018.

VARIVE-BOHAN, H. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: *Os Museus no Mundo*. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979, p. 8-21.

WARREN, Jonathan W. *Racial Revolutions: antiracism and Indian resurgence in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2001.

WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3 ed. Brasília: UnB, 1991, p. 267-277.



A DOCÊNCIA NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DE UMA LITERATURA RECENTE.

Walyson de Lima Cavalcante da Silva¹; Cibele Maria Lima Rodrigues²

¹Graduando do Ciências Sociais – UFPE; e-mail: Walyson.lima2016@gmail.com, ²Pesquisadora da Coordenação Geral do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória da Fundaj – CECIM.; e-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

RESUMO: O trabalho docente passou por modificações nos últimos anos, o que lhe imprimiu novas formas de organização dos professores e o reconhecimento social de ser docente (identidade profissional docente), bem como, novas metodologias e modos de educar. O presente trabalho consiste em apresentar uma análise investigativa das produções acadêmicas vinculadas à temática trabalho docente entre 2006 a 2018, pesquisas advindas do banco digital de dissertações e teses da CAPES que tratam do trabalho docente no Brasil. O nosso objetivo geral foi avaliar as principais abordagens teóricas, tratamento e análise desenvolvidos nos trabalhos, por isso, recorreremos à metodologia de pesquisa qualitativa, fundamentada da metapesquisa (pesquisa da pesquisa) na dimensão reflexiva (MAINARDES, 2015; TELLO, 2012), mapeando as tendências teóricas presentes nos trabalhos levantados, destacando seus objetivos e características apresentadas nas pesquisas em função dos conteúdos de investigação propostos.

Palavras-chave: Ensino médio; metapesquisa; trabalho docente.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui sobre o resultado de uma pesquisa realizada no Pibic (2018-2019) que objetivou identificar os referenciais teóricos empregados em dissertações e teses que tem como tema norteador o trabalho docente. Para tanto, fazemos uso da metapesquisa (pesquisa da pesquisa) de Mainardes e César Tello. O trabalho ocorreu a partir da amostra de 13 trabalhos encontrados na biblioteca digital da Capes publicados entre 2009 e 2018. Com enfoque das epistemologias utilizadas nas pesquisas, ou seja, a “cosmovisão que o pesquisador assume para orientar sua pesquisa” (MAINARDES, 2017). Nas ciências sociais a temática trabalho docente é bem polifônico, observamos que existem diferentes eixos de definição, por um lado, tendências liberais entendendo a profissão docente como pseudo-profissão, uma vez que o docente que “só precisa ser um expert na aplicação de provas” (GADOTTI, 2005 Apud Tello, 2011, p. 161) reduzindo o professor em mero “selecionador de informações”; depois, eixos com enfoque pedagógico-didático no qual o trabalho docente é definido como um trajeto formativo que vai realizando o docente desde sua formação inicial, formação da sua representação social (docente) e identidade profissional (Ibidem, 2011, p.149). Deste modo, identificar as orientações teóricas dos pesquisadores da área de educação é compreender sua visão de mundo e realidade, pois suas orientações epistemológicas oferecem ao pesquisador “princípios orientadores sobre os quais fundamentam suas questões de pesquisa, teorias, métodos, análise e conclusões” (MAINARDES, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia analisada pesquisada foi de natureza qualitativa, inspirada no modelo de metapesquisa de Mainardes (2015) e Tello (2012). No processo de definição do objeto de estudo desta pesquisa, realizamos um levantamento de produções acadêmico-científicas relacionadas à temática trabalho docente, tendo como corte temporal o período de 2006 a 2018, e buscando como descritores os termos Ensino trabalho docente e ensino médio. Neste esforço, realizamos um levantamento de produções acadêmico-científicas relacionadas à temática trabalho docente, tendo como corte temporal o período de 2006 a 2018, e buscando como descritores os termos Ensino Médio e trabalho docente. A base de dados foram os trabalhos disponibilizados no banco de dissertações e teses da CAPES. A pesquisa teve como objetivo central a identificação das abordagens teóricas presentes nos trabalhos levantados. Os dados foram analisados conforme os pesquisadores abordaram o tema trabalho docente, o enfoque teórico do pesquisador, e como essa perspectiva epistemológica influencia a observação do pesquisador sobre a temática. O quadro abaixo mostra esse levantamento que culminou em 13 trabalhos.

TABELA - Distribuição das Dissertações e Teses por Abordagem Teórica

Ano	2006/2007	2008	2009/10	2011/12	2013/14	2015/16	2017/18	Total
Perspectiva Teórica								
a) Funcionalismo							1	01
b) Neo-marxismo	1		1	1		3	2	08
c) Neo-weberiano						2		02
d) Pós-Estruturalista						2		02
e) Total								13

Fonte: Banco de Teses e Dissertações - Capes (Elaboração própria)

RESULTADOS /DISCUSSÃO

Os trabalhos com abordagem teórica funcionalista são os com menor número (01), trabalho que refere-se a representação social do docente a partir do seu reconhecimento social e salarial. E 8 trabalhos que tratam, especificamente, de uma abordagem neo-marxista, problematizando o espaço escolar, inserido na lógica do capital, como uma reprodução da hierarquia social e de alienação do trabalho docente. A perspectiva neo-weberiana e pós-estruturalista tiveram 2 trabalhos cada uma. Do ponto de vista das perspectivas teóricas levantadas e analisadas, é possível observar no quadro que o neomarxismo se destaca como eixo teórico norteador dos trabalhos levantados.

O bloco Funcionalista (AURÉLIO, 2017) evidencia os fatores que influenciam na representação do professor de sociologia na rede estadual de ensino de Goiânia, analisando com base no conceito de *representação*



social do funcionalismo durkheimiano a função do docente, as relações sociais, políticas que envolvem a vida cotidiana do professor no seu ambiente de trabalho. o conceito de representação social de Durkheim é um “campo do que seria a “teoria das representações coletivas” que, por sua vez, considerava as representações coletivas como uma forma social de expressão, de explicação do mundo” (Ibidem, 2017).

Já no bloco Neomarxista, abordagem teórica com o maior número de trabalhos, os pesquisadores (SOUZA, 2012; LEMOS, 2015; JOSA, 2017; PAULA, 2006; FRANCISCO, 2010; MARCON, 2016; SILVA, 2016; SOUZA, 2018), destacam a realização do trabalho docente no sistema capitalista a desvalorização e desestruturação do trabalho docente é resultado de um processo que tem se agravado nos últimos anos de crise e reestruturação do capitalismo. Dessa forma, esses pesquisadores buscaram identificar como as transformações na organização do trabalho docente é resultado de implicações do capitalismo sobre as reformas pedagógicas que atingem especificidades do trabalho do professor em relação ao seu trabalho. No bloco Neo-weberiano foram identificados dois trabalhos (baseados em Tardif e Lessard) que centram a análise do trabalho dos professores como ontologicamente interativo e comunicativo. Nas manifestações discursivas dessas pesquisas, a dimensão interativa do professor com o espaço escolar, alunos, são evidenciados como fundamentais para realização da prática docente. Nos trabalhos deste bloco, os pesquisadores (CECÍLIA, 2014; FELIPE, 2015) nos convidam a pensar a docência como uma profissão de interações humanas, baseada e dependente da relação entre sujeitos, sejam professores e alunos, sejam a comunidade escolar como um todo.

Nos trabalhos identificados como pós-estruturalista (CONCEIÇÃO, 2015; SIMÃO, 2009), os discursos construídos nessas pesquisas representam como a identidade docente vem sendo transformada nos últimos anos por transformações nas leis educacionais e como a formação e atuação representa a aquisição do professor de um habitus docente, para esses pesquisadores, essa identidade ou habitus é marcado por continuidade e descontinuidades dependendo do contexto educacional. Neste processo, passamos a compreender o sentido de ser docente, por exemplo, formados por uma pedagogia crítica, a identidade docente será marcada por uma compreensão que o trabalho do professor não reside em transferir conhecimentos, e sim criar meios, em colaboração com os alunos, para construção de conhecimentos (FREIRE, 1997). Neste sentido, é necessário ressaltar a identidade docente não pode ser vista como estática, mas como num eterno devir (transformação), pois para eles, assim como todo ser, o docente está numa relação dialética como seu espaço de realização (escola), e por isso, sua identidade e/ou habitus docente não podem ser vistos como acabados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, consideramos que pesquisas de conhecimento teóricas ou técnico, contribuem mais na incorporação de conhecimento e reflexão sobre realidade do trabalho docente no Brasil. Compreendemos que as tendências teóricas apresentadas nas dissertações e teses possibilitaram uma reflexão crítica sobre a formação dos professores e suas práticas educativas a partir diferentes óticas: modelo funcionalista, neo-marxista, neo-weberiano e pós-estruturalista. No geral, observamos um ponto transversal em todas



pesquisas é preocupação dos pesquisadores com a construção de um ambiente de aprendizagem inovador, que provoquem a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagens significativas para a vida do professor e estudante.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Conselho nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, pela concessão da bolsa durante o desenvolvimento deste projeto, bem como, ao programa institucional de iniciação científica da Fundação Joaquim Nabuco. Agradeço a pesquisadora Cibele Maria Lima Rodrigues pelo apoio e orientação durante toda pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AURÉLIO, Marco. **Representações sociais sobre a escola e o trabalho docente: professores de sociologia no ensino médio nas escolas públicas de Goiânia**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- CABRAL, Enadir. **O Trabalho Docente No Ensino Médio No Estado De Santa Catarina: Embates, Desafios e Possibilidades à valorização dos professores**. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.
- CECÍLIA, Maria. **Trabalho docente: avanços e perspectivas no contexto da prática pedagógica no ensino médio em tempo integral**. Universidade de Taubaté, 2014.
- CONCEIÇÃO, Maria. **Um estudo sobre os elementos presentes na construção identitária profissional docente de professores que atuam no ensino médio: continuidades e discontinuidades**. Dissertação apresentada ao programa de Pós -Graduação em educação da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- FRANCISCO, Eduardo. **Formação e trabalho docente: um estudo com professores de ensino médio**, 2010.
- FELIPE, Maicon. **O trabalho docente dos professores de educação física durante a implementação do ensino médio politécnico: um estudo em escolas de ensino da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do SUL. Escola de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JOSA, Ana. **Crise Estrutural do capital, reformas educacionais e trabalho docente: análise da realidade dos professores do ensino médio em Sobral - CE**. Universidade do Ceará, 2017.
- LEMONS, L. S. **As condições de trabalho docente do cientista social no médio: um estudo de caso em Goiânia - Goiás**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- MAINARDES, Jefferson. **A Pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: Análise de Aspectos Teórico-Epistemológicos**. Educação em Revista. Belo Horizonte n.33. 2017. Desconstrucción y pragmatismo. Buenos Aires: Paidós, 1998, p. 97-136.
- PAULA, Yara. **O professor de ensino médio e as transformações no mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado educação) - Universidade de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.
- PUGLIESE, MARCON. **O trabalho do professor de física no ensino médio: realidade, vontade e necessidade**. Universidade de São Paulo- USP, 2016.



SILVA, Enadir. **O trabalho docente no ensino médio do Estado de Santa Catarina: Embates, desafios e possibilidades à valorização dos professores.** Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação, 2016.

SIMÃO, Elcimar. **A leitura e a sua resignificação no trabalho pedagógico: trajetórias e experiências formativas de docentes da EEFM Almir Pinto - Aracoiaba/CE.** Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, programa de Pós-graduação em educação brasileira, Fortaleza - CE, 2009.

SOUZA, Adriana. **As condições de trabalho de professores do ensino médio em escolas públicas estaduais da cidade de Teresina - PI.** Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Heloisa. **O trabalho docente no ensino médio em Goiás: uma análise das reformulações impostas a essa fase de ensino que transformam o trabalho dos professores.** Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TELLO, César. **Las epistemologías de la política educativa: vigilancia e posicionamiento epistemológicos del investigador en política educativa.** Práxis educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan/jun, 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. **Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, 2015.



O ENSINO SUPERIOR E A EMPREGABILIDADE EM ALAGOAS

Welliton Aragão Bezerra de Souza Filho¹; Luís Henrique Romani de Campos²

¹ Estudante do curso de ciências econômicas na UFPE; e-mail: wellitonarag@gmail.com; ² Pesquisador(a) da Diretoria de pesquisas sociais da FUNDAJ, DIPES; e-mail: luis.campos@fundaj.gov.br

RESUMO: O objetivo principal do projeto de iniciação científica foi mensurar a probabilidade de empregabilidade do indivíduo cujo tem o ensino superior completo. Com motivação da constante expansão do ensino superior para o interior do nordeste, e no caso do estudo, para o estado de Alagoas, foram colhidas variáveis da base de dados da PNAD nos anos de 1999, 2004, 2009 e 2014 para acompanhar a mudança causada pela ampliação do ensino superior. Com isso, para investigar os determinantes da empregabilidade de Alagoas foi estimado um modelo de regressão logística para as probabilidades de eles se encontrarem ocupados. Obteve-se, assim, que o resultado apareceu como esperado. A variável de ensino superior - que representa as pessoas economicamente ativas que já concluíram o ensino superior - mostrou-se significativa em todos os anos, além de uma constante diminuição do valor da mesma. Esse resultado possivelmente mostra um efeito do aumento da oferta de trabalhadores qualificados advindos da maior oferta de IEs, levando a uma menor probabilidade de empregabilidade ao longo do tempo. Outro ponto a ser destacado é que ter concluído o ensino superior no estado de Alagoas traz uma probabilidade maior de se encontrar empregado em todos os anos estudados.

Palavras-chave: IEs, ensino superior, empregabilidade, logit.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, será utilizada a definição de empregabilidade como a capacidade ou probabilidade de conseguir um emprego. Esta, certamente não é a única definição de empregabilidade descrita na literatura. Em função principalmente de não haver consenso sobre o que realmente determina o acesso dos indivíduos ao emprego. Além disto, há o caráter temporal da empregabilidade e as variações das aptidões necessárias para se entrar no emprego se modificam em função dos avanços tecnológicos e obrigam os indivíduos a buscarem mais capacitações.

Relacionando esse conceito com a capacidade e as competências adquiridas, quanto mais as aptidões dos trabalhadores ligarem-se com o mercado de trabalho, maior sua empregabilidade.

Ao procurar fatores que impactam na empregabilidade, encontra-se o ensino superior como provável aprimorador. As IES são de extrema importância na formação e transmissão de valores à sociedade. A educação é usada como um investimento feito como porta de entrada no emprego e uma maior chance a boa remuneração diante de oportunidades que demandam qualificação.

A teoria do capital humano propôs uma explicação para o tema que se baseava na elevação da produtividade

do indivíduo que detinha um maior estoque de capital humano. A consequência seria seu valor econômico no mercado de trabalho aumentando, implicando na elevação a empregabilidade do mesmo. (BALASSIANO, 2005)

Há também características individuais de cada empregado que são muito valorizadas na seleção, exemplo, a experiência profissional, pois, trabalhadores com mais experiência tendem a ingressar no mercado de trabalho novamente com mais rapidez por acreditarem ser mais produtivos. (CARDOSO, et. al, 2012)

Uma teoria também importante no contexto da empregabilidade que ajuda a explicar melhor as características tanto do trabalhador quanto do mercado de trabalho é a da segmentação dos mercados de trabalho. Nela, explica-se que cada emprego se caracteriza por diferentes critérios de recrutamento. São levados em conta, por exemplo, experiência, escolaridade e migração. Por cada setor produtivo ter diferentes características, os critérios de seleção para entrada também são diferentes. São estas características particulares que determinam os segmentos de mercado onde cada trabalhador se inserirá (LIMA, 1980).

A empregabilidade é um fenômeno complexo, então, é um erro pensar que a empregabilidade deve ser vista como algo que depende apenas do esforço individual por melhores competências e qualificações. O lado social do indivíduo, segundo a literatura, pode ser também determinante para uma oportunidade de trabalho. Assim, tornando a explicação de empregabilidade mais próxima da realidade.

A teoria do capital social explica a importância das redes sociais informais na construção de relações sociais baseadas em confiança, normas e organização social nas quais interesses pessoais e coletivos se ligam, resultando em numerosos benefícios aos indivíduos. Esses que vão desde melhores desempenhos acadêmicos a maiores salários, acessam a empregos, entre outros. O capital social é algo individual, varia em extensão e as pessoas a usam pra seu benefício. (HELAL, 2005)

Já a teoria do capital cultural explica que este é acumulado através da educação, com livros, diplomas, cursos, entre outros. E está completamente ligado ao desempenho escolar do aluno. Também são levados em conta conhecimentos que trazem de casa e são intrínsecos a criação da família, traços como postura corporal e habilidade de falar em público, por exemplo, além de algumas heranças formam um maior estoque de capital cultural. Quanto maior os níveis de capital cultural que os estudantes apresentam, melhor estão para se adaptar e desenvolver nas atividades escolares. (HELAL, 2005)

Cultura, em geral, não está disponível para todos, praticamente encontra-se mais nas classes mais altas das sociedades. Por este motivo, o capital cultural presente no indivíduo, desenvolvido junto a família, com o apoio educacional o garantem maiores benefícios, mesmo com a universalização do ensino. (HELAL, 2005). Também pode-se olhar a empregabilidade em questões não controladas pelos trabalhadores, como gênero e raça/cor. Segundo Guimarães (2004), as diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos afetam de maneira forte a absorção dos mesmos no mercado de trabalho, tendendo a deixar claro as desigualdades encontradas.



PROCESSOS METODOLOGICOS

Para investigar os determinantes da empregabilidade de Alagoas foi estimado um modelo de regressão logística para as probabilidades de eles se encontrarem ocupados. Nesse modelo, a variável dependente se mostra de forma binária. De forma semelhante, a obtenção dos dados para mensurar as probabilidades também se mostra em dicotomia.

O objetivo do modelo é avaliar as probabilidades de cada determinante da empregabilidade impactarem o indivíduo em conseguir emprego.

Foram colhidos os dados da PNAD nos anos de 1999, 2004, 2009 e 2014 para acompanhar desde o início da inserção da expansão do ensino superior para o interior dos estados.

De cada ano, foram escolhidas as variáveis: Idade, sexo, raça/cor, escolaridade, residência, região metropolitana, ramo de atividade, grupo de ocupação, posição na ocupação

RESULTADOS

Como era esperada, segundo a literatura, a variável de ensino superior se mostrou significativa na maioria dos anos em estudo. Mostrando que a capacitação do indivíduo é um fator determinante para o aumento da empregabilidade do mesmo.

Com uma maior qualificação, no ano de 1999, os indivíduos tinham a probabilidade 983,2% maior de estarem ocupados, em detrimento a parcela da população que não tinha ensino superior completo. Esse resultado caiu em 2014 para 198,2%.

Possivelmente, ao longo dos anos, a população de Alagoas foi se qualificando mais e, com o aumento da oferta de pessoas capacitadas no mercado de trabalho, diminuiu-se o prêmio de empregabilidade, mas mantendo-se ainda num patamar elevado.

Para o ano de 1999, ter completado o ensino superior no estado de Alagoas premiava em 9,6 vezes o graduado na probabilidade de estar ocupado. Esse valor não se mantém constante por motivos já citados no texto, e cai até 2014, atingindo patamares de 192,8% de probabilidade de o indivíduo empregar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado era esperado pela hipótese do projeto de pesquisa que buscava entender os determinantes da empregabilidade no estado e propunha o ensino superior como provável aprimorador da mesma.

Em termos comparativos, a probabilidade de empregabilidade do estado de Alagoas para a variável ensino superior tornou-se menos desigual ao passar dos anos. Esse efeito era esperado pelo acréscimo de trabalhadores qualificados no interior do estado que cresceu a cada ano, possivelmente motivado pela maior oferta de ensino superior causado pela expansão da mesma.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial a CNPQ pela bolsa de IC concedida, auxiliando financeiramente e tornando viável a produção deste trabalho de pesquisa.



Agradeço também ao meu orientador, Luís Henrique Romani de Campos, por toda paciência e conhecimentos transmitidos. Sem dúvidas foi de extrema importância para minha formação e me agregou aprendizados em diversas áreas.

REFERENCIAS

- BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves; LEMOS, Ana Heloisa; Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?, Rev. adm. contemp. vol.9 no.4 Curitiba Oct./Dec. 2005.
- CARDOSO, José Luís, et. al; Empregabilidade e ensino superior em Portugal. Agencia de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. 2012. A3ES READINGS Nº3.
- GUIMARAES, Nadya Araujo. Quando a indústria se transforma...: atores locais e políticas subnacionais de eqüidade de gênero e raça. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 4, p. 83-92, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400010&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000400010>
- HELAL, Diogo Henrique. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 3, n. 1, p. 01-15, Mar. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100006>.
- LIMA, Ricardo; Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação; IPEA, 1980.



IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO ENSINO BÁSICO: ANÁLISE DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EM PERNAMBUCO

Yasmim Chagas Costa¹; Darcilene Cláudio Gomes²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais – UFPE ; e-mail: yasmimchagascosta@gmail.com, ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES/ CGEP e-mail: darcilene.gomes@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente trabalho visa avaliar o impacto da Reforma Trabalhista, realizada em 2017, no trabalho docente em Pernambuco. Para isto, foi realizado o levantamento, a partir do Registro Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, dos principais números relativos ao montante de professores do Ensino Básico contratados e desligados, as modalidades de contratação, características gerais da amostra (idade, sexo) e o vínculo desses trabalhadores. Além disso, foi feito um levantamento das cláusulas de contrato elaboradas durante as Negociações Coletivas da categoria, a fim de averiguar as temáticas tratadas. Pretendeu-se, a partir dos dados obtidos, analisar se houve um reajuste quantitativo de professores e a introdução de novas formas de contratação atípica trazidas pela Reforma, além de analisar quais os interesses defendidos nas negociações entre o Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sinpro-PE) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco (Sinepe-PE).

Palavras-chave: Reforma trabalhista; Trabalho docente; Negociações coletivas.

INTRODUÇÃO

Em meio a um cenário de fortes crises em diversos setores, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) foi aprovada pelo então presidente, Michel Temer, como tentativa de modernização atendendo às novas formas de emprego e relações trabalhistas. No primeiro mês de sua vigência, em Novembro de 2017, a imprensa brasileira noticiou a dispensa em uma instituição de ensino superior privado de 1.200 professores. No ensino básico privado, as notícias apontaram dificuldades nas negociações das convenções coletivas do período 2018-19, duas delas resultando na deflagração de “estado de greve” em Recife e São Paulo.

Como a própria imprensa chegou a sugerir, a reforma trabalhista estaria por trás das dificuldades em negociar melhores condições de trabalho ou mesmo a manutenção dos direitos negociados no ano anterior e cuja vigência estaria prestes a expirar. Ademais, é possível que a proliferação de contratos temporários seja reforçada pela adoção das novas modalidades contratuais estabelecidas na Reforma, quais sejam os contratos intermitente e parcial. Como a Reforma é recente, seus impactos ainda estão sendo observados e avaliados. Nesse sentido, é objetivo desta pesquisa acompanhar seus efeitos entre os professores do ensino básico em Pernambuco.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizou técnicas quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados. Primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico da temática, a fim de contextualizar o tema; em seguida foi feita a análise de dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que são registros administrativos organizados pelo Ministério da Economia, conforme declaração anual efetuada pelas empresas privadas e pelo setor público. Atualmente, as bases estão disponíveis em versão online e o acesso ocorre por meio do uso de senha enviada pelo órgão público responsável⁷. Por fim, foi feita uma análise das convenções coletivas da categoria. Para esta etapa, os procedimentos adotados foram: a) o mapeamento dos principais temas tratados nas convenções; b) a análise dos conteúdos tratados; c) a aferição do número de cláusulas acordadas; d) a classificação das cláusulas. As Convenções foram obtidas no Sistema Mediador do Ministério da Economia, que passou a disponibilizar os instrumentos normativos em formato digital a partir de 2007. O período de análise foi o de 2010, 2016 e 2017 para os dados da Rais⁸ e de 2017-2019, para os dados do Caged e de 2009-2019 para as Convenções Coletivas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Como primeiro resultado do levantamento de dados do Rais, o que se percebeu foi que o perfil de professores, tanto no Brasil quanto em Pernambuco, era de mulheres (acima de 70% dos casos), em sua maioria de idade dos 30 aos 49 anos e dos 50 aos 64 anos. A maior parte dos vínculos desses professores é com o setor público (natureza estatutária), no entanto, nos anos analisados foi percebido um aumento dos vínculos do setor privado, passando de 13,51%, em 2010, para 19,44% em 2016, e 18,79% em 2017. Observando a remuneração média nominal, foi percebido que embora o salário desses profissionais tenha apresentado crescimento nos anos analisados, a média salarial de Pernambuco é consideravelmente mais baixa que média nacional, estando estes valores na média de R\$2979,97, no estado, e R\$3262,43 no país, em 2017.

Analisando os saldos de admissão e desligamento dos professores em Pernambuco, a partir dos dados do Caged, o que se percebeu foi que em 2016, refletindo cenário nacional, houve um grande saldo negativo nos contratos de trabalho desses profissionais. No ano seguinte, diferente do Brasil, Pernambuco mostrou um agravamento desse saldo, com uma baixa de 1.799 contratos. Analisando as formas de contratação atípica trazidas pela Reforma, em Pernambuco se percebeu que em dezembro de 2017, das 1.837 movimentações na categoria, 20 (1,1%) foram por contrato de jornada parcial. Em dezembro de 2018, no entanto, embora com um número total de movimentações bastante reduzido, a incidência de contratação por jornada parcial foi relativamente maior: das 852 movimentações, 90, ou seja, 10,6%, se deram por essa modalidade. Embora baixos, esses percentuais mostram que houve adesão às novas modalidades de contratação, que começam a apresentar crescimento. Os números das movimentações desagregadas apontam que as demissões Sem

⁷ Com a dissolução do Ministério do Trabalho, o setor responsável pelas estatísticas foi transferido para o Ministério da Fazenda.

⁸ Os dados de 2018 ainda não foram divulgados.



Justa Causa são as mais comuns, sendo 60,7% das movimentações em 2018. Em seguida vem o Desligamento a Pedido, que aumentou de 17,7% em 2017 para 27,7% em 2018. A modalidade de desligamento por Acordo, introduzida pela reforma, foi tímida: no Brasil, uma média de 1,4% dos desligamentos de 2018, e em Pernambuco de 0,9%. Novamente, embora os percentuais apresentados sejam baixos, nos indicam a aderência às possibilidades permitidas pela reforma.

Por fim, a análise das convenções coletivas aponta estabilidade no número de cláusulas e de temáticas tratadas, sendo 68 cláusulas acordadas desde 2013. Baseado na classificação que Horn (2003) faz das cláusulas de contrato, o que se percebeu foi que as categorias mais frequentes são cláusulas classificadas como “igual a lei”, repetindo o escopo legal como forma de reafirmar e divulgar normas de trabalho, e “sem norma estatal”, cuja presença busca alargar o escopo de normas para além da lei de forma a beneficiar os trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises, o que se percebeu é que o mercado de trabalho para professores costuma ser bem organizado, com pouco espaço para a informalização dos vínculos de trabalho e, assim, a flexibilização dos contratos, a partir da adesão das contratações atípicas, pode ser uma estratégia interessante para a redução dos custos com a força de trabalho. Além disso, a análise das Convenções Coletivas mostra que mesmo com a Reforma Trabalhista os professores conseguiram manter conquistas passadas. Apesar das negociações mais tensas, conforme noticiado pela imprensa e nos informativos sindicais, o resultado das últimas negociações foram, diante do contexto de crise e de perda de direitos, benéficas para os trabalhadores.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos dedicados ao CNPQ e a toda equipe da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj pela oportunidade de realização desta pesquisa, a minha orientadora, Darcilene Cláudio Gomes, por sua postura dedicada, paciente e estimulante em toda a orientação, e aos demais colegas da Universidade Federal de Pernambuco que contribuíram para finalização deste projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2017.

CHAHAD, J. P. Z. **“Reforma trabalhista de 2017: principais alterações no Contrato de Trabalho”**. Temas de Economia Aplicada. São Paulo, Informações FIPE, out., 2017.

_____. **“Reforma trabalhista de 2017: mudanças nas negociações coletivas e na organização sindical.”** Temas de Economia Aplicada. São Paulo, Informações FIPE, jan., 2018.

GALVÃO, Andreia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. (Cesit/IE/Unicamp), 2017. Disponível em



<http://www.cchla.ufpb.br/laept/wp-content/uploads/2018/05/Dossi%C3%AAA-Contribui%C3%A7%C3%A3o-Cr%C3%ADtica-%C3%A0-Reforma-Trabalhista-CesitIEUnicamp.pdf>. Acesso em outubro/2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

HORN, C. H. “Negociações coletivas e legislação estatal: uma análise da regulação da relação de emprego na indústria de transformação do Rio Grande do Sul”. In: VII ABET: REFORMAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS, CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, 13 a 16 de outubro de 2003, São Paulo. Anais do VIII ABET: Reformas Trabalhista e Previdenciária, Crescimento Econômico e Distribuição de Renda. São Paulo: FEA/USP, 2003.

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil. Campinas, SP; Curt Nimuendajú, 2018.